

VOLUME
EXTRA 1
2022

BOLETIM DO ARQUIVO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

2022

IMPRENSA DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA

1 2



9 0

UNIVERSIDADE D
COIMBRA

FICHA TÉCNICA

DIREÇÃO

Maria Cristina Vieira de Freitas

COORDENAÇÃO CIENTÍFICA DESTE NÚMERO

Carlos Guardado da Silva

Laureano Secundino Ascensão de Macedo

CONSELHO DE REDAÇÃO

Ana Maria Bandeira (AUC - amlb@ci.uc.pt)

Gracinda Guedes (AUC - gracinda.guedes@auc.uc.pt)

Ilídio Pereira (AUC - ilidiobp@ci.uc.pt)

José Pedro Paiva (FLUC - leipaiva@fl.uc.pt)

Leontina Ventura (FLUC - leventura@sapo.pt)

Maria Cristina Vieira de Freitas (FLUC - cristina.freitas@fl.uc.pt)

TRADUÇÃO

Luis Miguel Nunes Corujo

COORDENAÇÃO TÉCNICA

Gracinda Maria Ferreira Guedes

CONSELHO EXTERNO DE CONSULTORES

Abel Rodrigues (Univ. Nova de Lisboa, Portugal - abel.roiz@gmail.com)

Agustín Vivas Moreno (Univ. de Extremadura, Cáceres, Espanha - avivas@alcazaba.unex.es)

Ana Célia Rodrigues (Univ. Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Brasil - anyrodrigues@yahoo.com.br)

Ana Isabel Lopez Salazar (Univ. Complutense de Madrid, Espanha - alopezsalazar@hotmail.com)

Ana Isabel Ribeiro (Univ. Coimbra, Portugal - aribeiro@fl.uc.pt)

António Resende de Oliveira (Univ. de Coimbra, Portugal - arendeo@gmail.com)

Bernard Vincent (EHESS, Paris, França - bernard.vincent@ehess.fr)

Bernardo Vasconcelos e Sousa (Univ. Nova de Lisboa, Portugal - bvases@fcsh.unl.pt)

Caio César Boschi (Pontifícia Univ. de Belo Horizonte, Brasil - caioboschi@hotmail.com)

Carlos Alberto Ávila Araújo (Univ. Federal de Minas Gerais, Brasil - carlosaraujofmg@gmail.com)

Carlos Guardado da Silva (Univ. de Lisboa, Portugal - carlosguardadodasilva@gmail.com)

Conceição Casanova (Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa, Portugal - mccasanova@museu.ulisboa.pt)

Dália Rodrigues (Mosteiro dos Jerónimos e Torre de Belém, Portugal - daliaarodes@gmail.com)

Daniel Norte Giebels (Univ. de Coimbra, Portugal - danielgiebels@gmail.com)

Daniela Fernandes Gabriel (Câmara Municipal do Porto, Portugal - danielafernandes@cm-porto.pt)

Dunia Llanes Padrón (Univ. Havana, Cuba - duniallp@yahoo.es)

Everton Sales Souza (Univ. Federal da Bahia, Brasil - evertons@gmail.com)

Fátima O Ramos (Arquivos Nacionais Torre do Tombo, Lisboa, Portugal - fatima.oramos@antt.dgarq.gov.pt)

Fátima Reis (Univ. Lisboa, Portugal - fatimareis@fl.ul.pt)

Fernanda Olival (Univ. de Évora, Portugal - fernanda.olival@gmail.com)

Fernanda Ribeiro (Univ. do Porto, Portugal - fribeiro.flup@gmail.com)

Fernando Taveira da Fonseca (Univ. de Coimbra, Portugal - fertaveira@gmail.com)

Gabriel Paquette (Univ. de Oregon, EUA - paquette@uoregon.edu)

Georgina Silva dos Santos (Univ. Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Brasil - georginasantos@uol.com.br)

Geraldo Mártires Coelho (Univ. Federal do Pará, Brasil - gmartirescoelho@gmail.com)

Giuseppe Marocci (Univ. de Oxford, Reino Unido - giuseppe.marocci@gmail.com)

Guilhermina Mota (Univ. de Coimbra, Portugal - guimota@mail.telepac.pt)

Heloísa Bellotto (Univ. de São Paulo, Brasil - hbellotto@yahoo.com.br)

Hugo Ribeiro da Silva (Univ. de Coimbra, Portugal - hribeirodasilva@hotmail.com)

Inês Amorim (Univ. do Porto, Portugal - inesamorimflup@gmail.com)

Isabel Drumond Braga (Univ. de Lisboa, Portugal - isabeldrumondbraga@hotmail.com)

Isabel Vargues (Univ. de Coimbra, Portugal - ivargues@fl.uc.pt)

Jacqueline Herman (Univ. Estadual do Rio de Janeiro, Brasil - jacquehermann@uol.com.br)

Jaime Gouveia (Univ. Coimbra, Portugal - jaim.ricardo@gmail.com)

Jaime Reis (Univ. de Lisboa, Portugal - jaime.reis@ics.ul.pt)

Joana Antunes (Univ. Coimbra, Portugal - joana.filipa.antunes@gmail.com)

Joana Brites (Univ. Coimbra, Portugal - joanabrites@hotmail.com)

João José Alves Dias (Univ. Nova de Lisboa, Portugal - joaosalvesdias@gmail.com)

João Manuel Filipe Gouveia Monteiro (Univ. Coimbra, Portugal - joao.g.monteiro@uc.pt)

João Paulo Avelãs Nunes (Univ. Coimbra, Portugal - jpavelas@fl.uc.pt)

José Luis Bonal Zazo (Univ. Extremadura, Badajoz, Espanha - jlbonal@unex.es)

José Maria Jardim (Univ. Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil - josemariajardim@yahoo.com.br)

José Miguel Sardica (Univ. Católica Portuguesa, Portugal - jsardica@fch.lisboa.ucp.pt)

José Murilo de Carvalho (Professor Emérito, Univ. Federal do Rio de Janeiro, Brasil - josemurilodecarvalho@gmail.com)

José Vicente Serrão (ISCTE-IUL, Lisboa, Portugal - jose.serrao@iscte-iul.pt)

Judite Gonçalves de Freitas (Univ. Fernando Pessoa, Porto, Portugal - jfreitas@ufp.edu.pt)

Karen Racine (Univ. de Guelph, Toronto, Canadá - kracine@uoguelph.ca)

Laurinda Abreu (Univ. Évora, Portugal - laurinda.abreu@mail.telepac.pt)

Luciana Duranti (Univ. of British Columbia, Vancouver, Canadá - luciana.duranti@ubc.ca)

Lucília Runa (Arquivos Nacionais Torre do Tombo, Lisboa, Portugal - lucilia.runa@dglab.gov.pt)

Luis Carlos Amaral (Univ. do Porto, Portugal - lcamaral@letras.up.pt)

Luis de Vasconcellos e Sá (Arquivos Nacionais Torre do Tombo, Lisboa, Portugal - luis.sa@dglab.gov.pt)

Mafalda Soares da Cunha (Univ. de Évora, Portugal - msc@uevora.pt)

Manuel José de Sousa Barbosa (Univ. Lisboa, Portugal - menamanuel@sapo.pt)

Manuel Loff (Univ. Porto, Portugal - mloff@letras.up.pt)

Margarida Sobral Neto (Univ. de Coimbra, Portugal - marnet95@gmail.com)

Maria Antónia Lopes (Univ. Coimbra, Portugal - mafilopes@netvisao.pt)

Maria Beatriz Marques (Univ. Coimbra, Portugal - beatrizmarques35@gmail.com)

Maria de Lurdes Rosa (Univ. Nova de Lisboa, Portugal - missi@oniduo.pt)

Maria do Rosário Morujão (Univ. Coimbra, Portugal - mrmorujao@uc.pt)

Maria Izilda Santos de Matos (Pontifícia Univ. Católica de São Paulo, Brasil - mismatos@puccsp.br)

Maria José Azevedo Santos (Univ. Coimbra, Portugal - mazevedo_santos@yahoo.com)

Maria Manuel Borges (Univ. Coimbra, Portugal - mmborges@gmail.com)

Maria Manuela Azevedo Pinto (Univ. do Porto, Portugal - mmpinto@letras.up.pt)

Maria Manuela Moro Cabero (Univ. Salamanca, Espanha - moroca@usal.es)

Marta Maria Lobo de Araújo (Univ. Minho, Portugal - martalobo@ics.uminho.pt)

Nuno Rosmaninho (Univ. Aveiro, Portugal - rosmaninho@ua.pt)

Patrícia Souza de Farja (Univ. Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil - patricia@carvano.com.br)

Paulo Batista (Univ. Évora, Portugal - pjmb@uevora.pt)

Pedro Lains (Univ. Lisboa, Portugal - pedro.lains@ics.ulisboa.pt)

Pedro López Gómez (Univ. da A Coruña, Espanha - plogo@telefonica.net)

Rui Casção (Univ. de Coimbra, Portugal - rafcascao@gmail.com)

Rui Cunha Martins (Univ. de Coimbra, Portugal - rcmartin@ci.uc.pt)

Sandra Costa Saldanha (Univ. Coimbra, Portugal - sandrasaldanha@netcabo.pt)

Sandra Vaz Costa (Direção-Geral do Património Cultural, Portugal - cvcosta@dggpc.pt)

Saul António Gomes (Univ. Coimbra, Portugal - sagcs@fl.uc.pt)

Tamar Herzog (Univ. Harvard, USA - therzog@jas.harvard.edu)

VOLUME
EXTRA 1
2022

BOLETIM DO ARQUIVO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

EDIÇÃO

Imprensa da Universidade de Coimbra

Email: imprensa@uc.pt

URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc

INFOGRAFIA

Imprensa da Universidade de Coimbra

ISSN

0872-5632

2182-7974

DOI DA REVISTA

<https://doi.org/10.14195/2182-7974>

DOI DO VOLUME

https://doi.org/10.14195/2182-7974_extra2022_1

PROPRIEDADE

Arquivo da Universidade de Coimbra

MORADA PARA CORRESPONDÊNCIA

Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra

Arquivo da Universidade de Coimbra

Rua de S. Pedro, 2, 3000-370 Coimbra, Portugal

URL: <http://www.uc.pt/auc>

Os artigos são da inteira responsabilidade dos seus autores.

© Arquivo da Universidade de Coimbra e Imprensa da Universidade de Coimbra

ÍNDICES INTERNACIONAIS

WEB OF SCIENCE®

Scopus®

DOAJ

DIRECTORY OF
OPEN ACCESS
JOURNALS

MIAR



Red Iberoamericana
de Innovación y Conocimiento Científico

Sumário

NOTA DE APRESENTAÇÃO	7
-----------------------------------	----------

ESTUDOS

Os desafios da pós-verdade: por uma virada veritística na Ciência da Informação	15
Carlos Alberto Ávila Araújo	
Infodemic, disinformation and fake news: the role of libraries in Post-Truth Society	31
Jorge Revez; Luís Corujo	
O Arquivo Invertido: Limiares, Autenticidade e <i>Demos</i> (povo)	55
James Lowry	
COVID-19: 8 lecciones de la primera infodemia global que deberían ser una oportunidad para las bibliotecas.....	83
Alexandre López-Borrull	
Medidas públicas y privadas para combatir la desinformación. Un análisis comparativo.....	105
Raúl Magallón-Rosa; Juan Pedro Molina-Cañabate; José Manuel Sánchez-Duarte	
Transformações, comunicações e interações digitais no contexto da pandemia COVID-19: oportunidades, desafios e agendas de pesquisa	131
Maria Cristina Viera de Freitas	

RECENSÕES CRÍTICAS

Figueira, J., & Santos, S. (Eds.). (2021). <i>As fake news e a nova ordem (des)informativa na era da pós-verdade</i> . Imprensa da Universidade de Coimbra. 283p. ISBN 978-989-26-1777-0	153
Luís Corujo	

- Magallón-Rosa, R. (2021). *Desinformação e Pandemia: A Nova Realidade*.
Média XXI/Formalpress. 138 p. ISBN 978-989-729-224-8..... 159
Andreia da Silva Almeida
- Esteves, F., & Sampaio, G. (2020). *Viral: A Epidemia de Fake News e a Guerra da
Desinformação [e-book]*. Ed.Desassossego. 157 p. ISBN 9789898892836..... 165
Alexandre Faben

Nota de Apresentação

CARLOS GUARDADO DA SILVA

Professor Auxiliar com Agregação,

Centro de Estudos Clássicos,

Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa

carlosguardado@campus.ul.pt

ORCID: 0000-0003-1490-8709

L. S. ASCENSÃO DE MACEDO

Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX,

Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra

Centro de Estudos Clássicos,

Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa

laureano.macedo@madeira.gov.pt

ORCID: 0000-0001-7251-7314

Desinformação, informações falsas, infodemia, pós-verdade, entre muitas outras denominações, constituem *trending topics*, isto é, os assuntos do momento que emergem em diversos domínios científicos como epifenómenos de uma disfuncionalidade epistemológica, que se define por uma “nova guerra pela verdade” (D’Ancona, 2017). Trata-se, também, de uma crise de autoridade (Enroth, 2021), principalmente de índole política, já entretanto indicada por Arendt (1967), que se caracteriza por um embate dialético por uma narrativa de legitimação que não tem necessariamente de ter por base o valor da verdade.

Os efeitos ponerológicos (Łobaczewski, 2006), especialmente como a desinformação ou informações falsas no âmbito da saúde (*u. g.*, contexto pandémico da COVID19, causada pelo vírus SARS-CoV-2), no combate às alterações climáticas, nas questões migratórias ou no combate à corrupção, podem gerar efeitos sindémicos na sociedade, minando a confiabilidade das instituições democráticas, quando muito desencadear mudanças tectónicas no plano político, cultural e ambiental.

As informações falsas podem ser geradas sem intenção de causar prejuízo (*misinformation*) ou são partilhadas com o intuito estratégico de manipular conteúdo (*disinformation*) ou, ainda, provocar deliberadamente danos a grupos, indivíduos ou instituições (*malinformation*). O objetivo consiste em induzir comportamentos nos destinatários, onde os *media*, as redes sociais e não excluindo os hemiciclos parlamentares, que não só são fontes, mas também espaços propícios de desordem informacional, servem tanto como caixa de ressonância que amplificam a uma escala sem precedentes o fenómeno, como de arena onde se geram os embates dialéticos pela clarificação dos factos. A minimização dos impactos negativos causados pelas informações falsas, desinformações e mal-informações concita ao aprimoramento dos métodos de identificação e de clarificação de factos em ambiente digital (*u. g.*, verificação de factos, análise de credibilidade das fontes, análise de fluxos de informação, *deep learning*, *myth debunking*).

Apesar de os conceitos acima indicados serem usados amplamente com significados equivalentes, diversos autores concentram-se não só na sua clarificação conceptual, sujeita aos modismos de cada domínio epistémico, como também na contextualização etiológica do fenómeno. Se bem que se esteja a assistir a um incremento de estudos científicos em torno destes tópicos, que derivam de uma fertilização cruzada de diversas disciplinas científicas, já em 1992 Capurro considerava a Ciência da Informação como “the science of information and misinformation”.

Não se tratando, por conseguinte, de um fenómeno novo, já abordado desde a Alta Antiguidade, há que ter presente que as informações falsas, desinformação e pós-verdade tendencialmente só podem ser reconhecidas em contextos *ex post facto*, *i. e.*, após à sua disseminação. Sobre os ecossistemas informacionais, tanto analógicos como digitais, onde se gera a desinformação (*u. g.*, *astroturfing*, *echo chambers*, *filter bubbles*, propaganda, teorias da conspiração, *p-hacking*, *deepfake*, etc.) e/ou mal-informação (*phishing*, *trolling*, *cracking*, vazamentos, violação de privacidade, etc.), apesar de as informações falsas estarem previstas em diversos quadros penais de diversos países, persistem muitas questões para as quais não se dispõe de resposta, o que torna pertinente a sua investigação. Por exemplo, por que razão certos indivíduos atribuem mais valor a informações falsas do que a informação científica? Será por motivo da falta de bases de literacia informacional ou a comunicação científica se encontra desajustada dos múltiplos perfis de utilizador? Até onde podem a sociedade e as instituições intervir, num contexto predominantemente baseado no capitalismo de informação, nos ecossistemas infodemiológicos? Como assegurar liberdades fundamentais, como a liberdade de expressão, de acesso à

informação e de salvaguarda da privacidade, face à ameaça da censura? Qual o papel dos arquivos, das bibliotecas e de diversos serviços de informação, bem como dos distintos profissionais da informação no combate a este fenómeno? Qual o papel, ainda, das ciências da informação, aqui propositadamente grafadas na forma do plural, no combate à desinformação e à infodemia?

Assim, com base nos pressupostos atrás expostos, e dando o seu contributo para o debate, o *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra* apresenta um volume especial subordinado ao tema “Informação, Desinformação e Pós-verdade”. Foram convidados renomados especialistas do espaço ibero-americano a apresentar artigos que refletem sobre paradigmas teóricos e abordagens empíricas que permitem compreender a dimensão, a natureza e o alcance deste fenómeno. Porém, o seu contributo vai mais longe, abrindo a reflexão em torno de alguns dos seus impactos, propondo medidas de combate e perspectivando caminhos futuros. Deste modo, integram este número especial seis artigos e três recensões críticas subordinadas ao tema em referência, escritos nas línguas espanhola, inglesa e portuguesa (dos dois lados do Atlântico), por onze autores do Brasil, Espanha, Estados Unidos da América e Portugal.

O ensaio intitulado “Os desafios da pós-verdade: por uma virada veritística na Ciência da Informação”, de Carlos Alberto Ávila Araújo, professor da Universidade Federal de Minas Gerais, reflete sobre a “virada veritística” proposta por Jonathan Furner para o âmbito da Ciência da Informação (incluindo a Biblioteconomia) e a Organização do Conhecimento, baseado nos conceitos de verdade, relevância e justiça como lentes epistemológicas para a compreensão do fenómeno da pós-verdade. O autor descreve as bases filosóficas, epistemológicas e metodológicas da proposta de Furner, para discutir o fenómeno contemporâneo da pós-verdade e as “viradas” na Ciência da Informação, reconhecendo uma possível inflexão epistemológica para o âmbito aleológico neste domínio científico.

Outro estudo integrante deste número especial consiste numa revisão sistemática de literatura presente no artigo “Infodemic, disinformation and fake news: the role of libraries in Post-Truth Society”, de Jorge Revez e Luís Corujo, ambos professores da Universidade de Lisboa. O estudo amplia a investigação publicada em 2021 no *The Journal of Academic Librarianship*, com o intuito de realizar um acompanhamento da literatura científica em torno das práticas mais recentes desenvolvidas nas bibliotecas para fazer face ao fenómeno das informações falsas. Para os autores, os dados que emergem da literatura científica apontam para o facto de os serviços bibliotecários necessitarem de encontrar novas abordagens para que o seu papel na sociedade possa ser efetivamente reconhecido.

O ensaio que se segue é da autoria de James Lowry (tradução de Luís Corujo), professor da CUNY - City University of New York, intitulado suasi-
vamente “O Arquivo Invertido: Limiares, Autenticidade e *Demos* (povo)”. O autor explora o conceito revitalizado por Duranti de *archii limes* no processo de conferição da autenticidade da informação arquivística em contexto digital e o papel das novas tecnologias da informação, especialmente como “as tecnologias cívicas e os dados governamentais abertos (...) marcam uma inversão do limiar de arquivo, onde a autenticação não é conseguida através da transmissão para o arquivo, mas sim da sua transmissão para fora dele, para a publicitação” (Lowry, p. 57). Com base nesta perspetiva, o autor reflete sob a lente deleuziana os limiares arquivísticos da autenticidade que transitam das instituições arquivísticas tradicionais para o poder das comunidades (*dēmoi*, do grego *δήμοι*), conferindo ao arquivista o papel de mediador na arquivística pós-custodial. Para Lowry, o combate da desinformação não se cinge necessariamente à custódia da informação mas no “pensamento arquivístico crítico” realizado pelos utilizadores de arquivos (p. 79).

O artigo Alexandre López-Borrull, da Universitat Oberta de Catalunya, realiza uma análise crítica sobre *lessons learned* acerca do papel das bibliotecas face à infodemia global através do artigo “COVID-19: 8 lecciones de la primera infodemia global que deberían ser una oportunidad para las bibliotecas”. Para o investigador, as bibliotecas e os seus profissionais devem assumir um papel ativo no combate aos fenómenos derivados da desinformação, sugerindo recomendações baseadas na evidência empírica da atividade dos profissionais da informação.

Nesta sequência, o artigo “Medidas públicas y privadas para combatir la desinformación. Un análisis comparativo” de Raúl Magallón-Rosa e Juan Pedro Molina-Cañabate, professores da Universidade Carlos III de Madrid, e de José Manuel Sánchez-Duarte, professor da Universidade Rey Juan Carlos, investiga as principais abordagens pragmáticas adotadas por entidades públicas e privadas no combate à desordem informacional que emergem das “democracias digitalizadas” e um fenómeno com alcance “glocal”. Os autores analisam em quadros multidimensionais não só as dinâmicas entre agência, sistemas jurídicos e tecnológicos, mas também as suas limitações no combate da desordem informacional, quando não se convertem em censura e cerceamento de liberdade de expressão, tanto em contextos comerciais, eleitorais e de segurança interna e externa dos Estados.

O último artigo, intitulado “Transformações, comunicações e interações digitais no contexto da pandemia COVID-19: oportunidades, desafios e agendas de pesquisa”, da autoria de Maria Cristina Vieira de Freitas, professora da Universidade de Coimbra e investigadora do Centro de Estudos Interdisciplinares

do Século XX da Universidade de Coimbra, realiza uma reflexão a partir da literatura científica sobre a relação entre a transformação digital e o contexto pandémico da COVID-19. Para a investigadora, o incremento das novas tecnologias no contexto da COVID-19 significou uma adaptação social à larga escala a novos contextos disruptivos, que se repercutiu, em quase todos os aspetos da vida social, pública e privada.

A complementar os estudos apresentados, foram adicionadas três recensões críticas, que analisam as publicações mais recentes sobre o presente tema. A primeira, da autoria de Luís Corujo, incide sobre a obra publicada nos prelos da Universidade de Coimbra intitulada *As fake news e a nova ordem (des)informativa na era da pós-verdade* (2021), organizada por João Figueira e Sílvia Santos, docentes da Universidade de Coimbra no âmbito disciplinar da Comunicação. Apesar de a obra inscrever-se maioritariamente no domínio da Comunicação, há contributos interessantes que podem ser, também, interpretados no domínio da Ciência da Informação.

A recensão de Andreia Almeida sobre a obra de Raúl Magallón-Rosa, traduzida para português e intitulada *Desinformação e Pandemia: A Nova Realidade* (2021), analisa os principais tópicos que emergem da desinformação derivados do contexto pandémico COVID-19 e sobre o desempenho dos *media* e das redes sociais e as limitações das instituições públicas no combate a um fenómeno contemporâneo.

Por último, Alexandre Faben tece uma apreciação crítica à obra *A Epidemia de Fake News e a Guerra da Desinformação* (2020) de Fernando Esteves e de Gustavo Sampaio, que incide na desordem informacional em ambiente político e institucional.

Este conjunto de ensaios e de recensões críticas concita a que o estudo deste fenómeno não deva limitar-se aos silos epistémicos de cada domínio científico.

Referências

- Arendt, H. (1967, Fevereiro 25). *Reflections: Truth and Politics*. The New Yorker. <https://www.newyorker.com/magazine/1967/02/25/truth-and-politics>
- Capurro, R. (1992). What is information science for? A philosophical reflection. Em P. Vakkari & B. Cronin (Eds.), *Conceptions of library and Information Science: Historical, empirical and theoretical perspectives* (pp. 82–98). Taylor Graham.
- D’Ancona, M. (2017). *Post truth: The new war on truth and how to fight back*. Ebury Press.
- Enroth, H. (2021). Crisis of Authority: The Truth of Post-Truth. *International Journal of Politics, Culture, and Society*. <https://doi.org/10.1007/s10767-021-09415-6>
- Łobaczewski, A. (2006). *Political ponerology: A science on the nature of evil adjusted for political purposes*. Red Pill Press.

Estudos

Os desafios da pós-verdade: por uma virada veritística na Ciência da Informação

The challenges of post-truth: for a veritistic turn in Information Science

CARLOS ALBERTO ÁVILA ARAÚJO

Professor da Universidade Federal de Minas Gerais

carlosaraujofmg@gmail.com

ORCID: 0000-0003-0993-1912

RESUMO

Trata-se de uma problematização epistemológica para a Ciência da Informação a partir de uma proposição feita por Jonathan Furner em defesa de uma virada veritística para a Ciência da Informação, isto é, a consideração da “verdade” como conceito central para o campo, no lugar de “relevância”. Os argumentos do autor, fundamentados na epistemologia social e na injustiça epistêmica, são confrontados com diferentes questões relacionadas com o fenômeno contemporâneo da pós-verdade. Os elementos levantados nas duas discussões são então discutidos à luz dos paradigmas e das “viradas” já realizadas na Ciência da Informação, para se avaliar a pertinência de uma possível virada veritística na área.

PALAVRAS-CHAVE: Epistemologia da Ciência da Informação; Virada veritística; Pós-verdade.

ABSTRACT

In this paper we promote an epistemological problematization for information science based on a proposition made by Jonathan Furner in defense of a

veritistic turn in information Science, that is, the consideration of “truth” as a central concept for the field, instead of “relevance”. The author’s arguments, based on social epistemology and epistemic injustice, are confronted with different issues related to the contemporary phenomenon of post-truth. The elements raised in the two discussions are then discussed with the reference of the paradigms and “turns” already carried out in information science, in order to assess the relevance of a possible veristic turn in the area.

KEYWORDS: Epistemology of information science; Veritistic turn; Post-truth.

Introdução

O objetivo deste texto é propor uma reflexão sobre a pertinência de se propor uma possível virada veritística no campo da Ciência da Informação. Para fazer isso, parte-se do argumento apresentado em 2018 por Jonathan Furner em defesa de uma virada veritística para a área de Organização do Conhecimento (*Knowledge Organization*), e por extensão para a Biblioteconomia e Ciência da Informação - BCI (*Library and Information Science - LIS*) a partir de uma fundamentação desde a epistemologia social, da injustiça epistêmica e dos direitos humanos, articulando os conceitos de verdade, relevância e justiça. Tal discussão é confrontada com uma outra, não presente na obra do autor, que é a questão da caracterização do momento contemporâneo como uma era da pós-verdade. São apresentados diferentes aspectos que conformam o fenômeno da pós-verdade - como o negacionismo científico, os vieses humanos de confirmação, o efeito bolha, a proliferação em massa de *fake news*, entre outros, que estariam promovendo “uma mudança profunda nos modos como as informações são produzidas, recebidas e reproduzidas” (Santaella, 2019, p. 22) e, nesse sentido, convocando também a uma mudança conceitual no campo da Ciência da Informação.

Essas duas discussões convergem então para um terceiro momento, em que se discute o campo da Ciência da Informação. Os estudos em epistemologia da Ciência da Informação evidenciam que essa área nasceu dentro de uma perspectiva fisicista, na década de 1960, e viveu uma primeira “virada” no final da década de 1970, quando se deu o aporte de uma perspectiva cognitivista; e uma segunda virada em meados da década de 1990, quando se construiu uma perspectiva sociocultural pragmatista. Sabendo-se que uma “virada” não anula a importância dos conhecimentos anteriores, mas apresenta novos problemas e novas maneiras de estudá-los, discute-se

em que medida estaria colocada a adequabilidade, para o campo da Ciência da Informação, de vivenciar uma nova “virada” a partir da terceira década do século XXI, como forma de estar mais preparada para o estudo da realidade informacional contemporânea.

A proposta de Jonathan Furner

Jonathan Furner é professor da *Graduate School of Education & Information Studies* da *University of California*, nos Estados Unidos. Já há alguns anos, ele vem questionando as bases epistemológicas da Ciência da Informação, desde uma aproximação com a epistemologia social de Shera (Furner, 2002), passando por algumas questões filosóficas mais gerais (Furner, 2010, 2015) e chegando à problematização do conceito de informação nas cinco subáreas (comportamento informacional, recuperação da informação, estudos métricos da informação, organização da informação e ética da informação) da Ciência da Informação (Furner, 2014).

Em julho de 2018, ele apresentou uma comunicação na XV Conferência Internacional da ISKO (*Information Society for Knowledge Organization*), que ocorreu em Portugal – que foi publicada pouco depois como capítulo de um livro com os anais do evento (Furner, 2018). Neste trabalho, o autor busca um fundamento epistemológico para a Organização do Conhecimento (*Knowledge Organization* – KO) a partir de contribuições da epistemologia e da ética – e, mais especificamente, da epistemologia social e da justiça epistêmica. A partir da articulação entre três conceitos (verdade, relevância e justiça), ele propõe uma virada veritística para a área, de maneira que ela possa ser uma Organização do Conhecimento Crítica (*Critical Knowledge Organization* - CKO).

Antes de tudo, é importante destacar que a questão da “verdade” não é algo novo ou inédito na Ciência da Informação. A novidade na proposta de Furner é propor uma centralidade dessa questão, no que seria, então, uma guinada ainda não existente na área.

Furner (2018) parte da filosofia, mais especificamente de um ramo dela, a ontologia, que estuda a filosofia do ser, das coisas que existem, de quais tipos de coisas existem, como elas podem ser classificadas. Ele propõe pensar a KO como uma ontologia, substituindo “coisas” por “dados” – a KO seria, assim, uma “filosofia dos dados”. Ela seria composta por elementos de três ramos tradicionais da filosofia: a filosofia da mente, a filosofia da linguagem e a filosofia da crença. Essa última é tomada pelo autor como sinônimo de epistemologia ou de filosofia do conhecimento. Furner identifica, nela, a

existência de dois tipos de teorias: as teorias orientadas para a verdade, que podem ser definidas como teorias de crença que distinguem entre crenças verdadeiras e falsas; e as teorias orientadas para a relevância, que podem ser definidas como teorias de crença que distinguem entre crenças relevantes e não relevantes. Com base nisso, ele detecta a existência de uma desconexão histórica entre a epistemologia como subcampo da filosofia e a BCI: na primeira, a teorização sobre a crença é orientada para a verdade; na segunda, ela é orientada para a relevância – a relevância se tornou o principal critério para determinar a recuperação da informação.

Ainda no campo da epistemologia, Furner propõe que a epistemologia pode ser dividida em tipos, conforme três critérios. O primeiro critério é que distingue a epistemologia pura (composta por teorias descritivas da natureza dos conceitos e das práticas epistêmicas) e a epistemologia aplicada (composta por teorias normativas, que buscam orientar as práticas mais propícias para se obter proposições verdadeiras ou relevantes). O segundo critério tem a ver com a metodologia, podendo-se identificar uma epistemologia racionalista ou naturalista, dependendo da prontidão em se admitir diferentes tipos de evidência em apoio às conclusões, por parte do sujeito. Por fim, conforme o fator principal de formação das crenças, a epistemologia pode ser individualista (quando se considera os interesses do sujeito) ou social (quando se escolhe focar na interação social). Combinando esses critérios, Furner propõe a epistemologia social aplicada (o estudo de questões normativas sobre as práticas sociais que são mais propensas a gerar crenças verdadeiras ou relevantes) como marco teórico adequado para sua proposição de uma CKO.

Em continuidade, Furner trata da questão da justiça. Ele apresenta a justiça como um valor (tal como verdade, relevância, beleza, liberdade) relacionado a uma característica que é desejável dos resultados das decisões e ações das pessoas. A justiça se realiza quando as pessoas são tratadas de acordo com seus méritos ou necessidades, sem preconceitos ou discriminação, sem violação de seus direitos humanos, sem limitação de suas liberdades, e sem o exercício de qualquer forma de opressão decorrente de relações de poder assimétricas. Furner identifica diversos tipos de direitos (naturais, humanos, civis, de grupos ou individuais) relacionados com o acesso equitativo a determinados bens ou oportunidades. Em relação ao campo da informação, ele elenca seis tipos de direitos: direito de pensar (de conceituar, categorizar e classificar, acreditar e ter opiniões); direito de se expressar (dar voz aos seus pensamentos na fala, na escrita e em outras formas); direito de acesso (possibilidade de buscar, investigar, encontrar, ouvir e conhecer o pensamento e a expressão dos outros); direito a ser ouvido (publicar e trans-

mitir, alcançar uma audiência sem ser censurado, silenciado, escondido ou ignorado); direito de ser “deixado em paz” (de manter a privacidade); direitos a ter credibilidade (ser tratado com alguém que possui credibilidade).

Ao tratar das teorias da justiça, Furner identifica, primeiramente, o que chama de teorias da justiça social ou distributiva, aquelas focadas nos resultados das ações tomadas para distribuir, segundo critérios justos, quantidades de recursos entre os membros de determinadas populações. Tais teorias têm por objetivo garantir: a redução de divisões, disparidades e desigualdades entre ricos e pobres, ou entre poderosos e impotentes; distribuições mais justas de oportunidades sociais, culturais, econômicas e políticas; a construção e manutenção de comunidades prósperas nas quais os direitos humanos e liberdades sejam respeitados. Paralelamente, o autor levanta a necessidade de se contemplar as teorias da injustiça ou da opressão, que buscam denunciar processos como os de exploração, marginalização, promoção da impotência, imperialismo cultural e violência. Furner conclui que trabalhar em busca da justiça social envolve a reforma básica de práticas e instituições sociais opressivas e discriminatórias, bem como a redistribuição de recursos. Entre tais práticas e instituições, ele localiza aquelas envolvidas com a produção e o consumo de conhecimento – entre as quais estão as bibliotecas, os serviços de informação, os sistemas de Organização do Conhecimento (*Knowledge Organization Systems* - KOSs), assim como os sistemas de classificação bibliográfica, as listas de cabeçalhos de assunto e os tesouros.

Dando sequência à sua argumentação, Furner introduz a teoria da justiça epistêmica, desenvolvida por Miranda Fricker e que se foca na equidade como são tratadas as pessoas em sua capacidade de conhecerem e de terem crenças. Furner menciona a distinção feita por Fricker entre os tipos de injustiça epistêmica: a distributiva (que ocorre sempre que os recursos epistêmicos, como a educação ou a informação, são distribuídos injustamente); a discriminatória (que ocorre sempre que as falhas são atribuídas a um indivíduo ou grupo); a testemunhal (quando se atribui preconceito ou déficit de autoridade a um sujeito produtor de um discurso); a hermenêutica (quando sujeitos são hermenêuticamente marginalizados, isto é, pertencem a grupos sem acesso à participação igualitária na geração de significados sociais). Na avaliação de Furner, a justiça social se tornou um objetivo dos profissionais atuantes em bibliotecas e serviços de informação. Contudo, não houve por parte desses profissionais uma apropriação da teoria da justiça epistêmica – embora tenha havido da epistemologia social aplicada.

Com base nas categorias e conceitos apresentados ao longo de sua argumentação, Furner propõe então quatro fundamentos para a construção

de uma Organização do Conhecimento Crítica (CKO): ser informada pela epistemologia social aplicada (identificação das condições sob as quais os testemunhos devem ser avaliados como verdadeiros ou relevantes); ser inspirada em valores da justiça epistêmica (não só a justiça social como o fim primário das bibliotecas e serviços de informação, mas também a justiça na disseminação e aquisição de crenças verdadeiras); respeitar os direitos humanos (o direito à justiça testemunhal, a ter credibilidade); e, por fim, privilegiar a verdade em lugar da relevância. É neste último quesito que Furner proclama uma virada veritística para os profissionais da informação. Uma Organização do Conhecimento orientada para a relevância é aquela que busca avaliar as práticas, as instituições e os produtos de informação com base na satisfação dos desejos e necessidades dos usuários; uma Organização do Conhecimento orientada para a verdade é avaliada com base na verificação de que as crenças adquiridas pelos usuários são verdadeiras. Deve-se destacar a clara intenção dicotomizante do autor. Da maneira como propõe Furner, relevância e verdade acabam por constituir um binarismo excludente, no qual seria impossível se ter a convivência das duas questões.

Um mês depois de apresentar oralmente esse trabalho, em agosto de 2017, Furner participou de um simpósio intitulado *Social Epistemology as Theoretical Foundation for Information Science: Supporting a Cultural Turn*, ocorrido na University of Copenhagen, na Dinamarca. Ali ele apresentou uma conferência intitulada *Society, Epistemology, and Justice: Prospects for a Critical LIS?*. Nesta conferência, ele mais uma vez partiu da interseção entre a epistemologia e a ética para propor uma Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI) críticas (*Critical Library and Information Science*). Para isso, ele primeiro partiu do tema do simpósio, a epistemologia social, como possibilidade para a BCI aplicar os valores de verdade e relevância na construção de sistemas de acesso à informação. A seguir, o autor defendeu a ideia de que a missão da BCI vai além da justiça social, chegando à justiça epistêmica, isto é, o acesso igual para todas as pessoas ao conhecimento humano registrado de todo o mundo. Como terceiro ponto, ele defendeu a oportunidade de uma “virada veritística” na Ciência da Informação, a partir da qual a verdade iria suplantiar a relevância como o principal requisito do fornecimento de informação para os usuários. Mais uma vez confirma-se o binarismo, destacando-se em sua argumentação uma espécie de impossibilidade de convivência entre as duas dimensões. Em sua proposição final, ele desafiou o que chama de apego da área ao conceito de relevância e problematizou a adoção pela área de códigos de ética com reivindicações de neutralidade. Como conclusão, ele defendeu a necessidade de uma virada veritística dian-

te da “era Trump”, marcada pela circulação de notícias falsas e “fatos alternativos” (Hartel, 2018). Esse “gancho” dado pelo autor às questões contemporâneas relacionadas com Donald Trump, presidente dos Estados Unidos eleito em 2016, e a intensa disseminação de informações falsas, foi o que motivou a problematização de sua proposta a partir dos aspectos, características e dimensões do fenômeno da pós-verdade, tal como ela vem sendo estudada por diferentes autores de várias áreas do conhecimento. Dessa forma, embora diferentes questões possam ser discutidas a respeito da proposta de Furner (o papel da relevância para a centralidade da recuperação da informação na Ciência da Informação, a verdade como critério central para os estudos informacionais), o objetivo aqui é confrontá-la com uma questão bem específica: o chamado fenômeno da pós-verdade.

A questão da pós-verdade

Conforme Santaella (2019), o termo “pós-verdade” foi usado pela primeira vez por Steve Tesich em 1992, em seu estudo sobre a Guerra do Golfo, e figurou pela primeira vez no título de um livro na obra de Ralph Keyes publicada em 2004. Mas foi em 2016 que a expressão foi intensamente utilizada, a ponto de ser considerada como a palavra do ano pelo Dicionário Oxford, designando as “circunstâncias nas quais fatos objetivos são menos influentes na formação da opinião pública do que apelos à emoção e à crença pessoal” (Santaella, 2019, p. 7). Em 2016 o termo foi associado diretamente a dois fatos extremamente importantes para a política mundial: a eleição de Donald Trump para a presidência dos Estados Unidos e a vitória do plano de retirada do Reino Unido da União Europeia, conhecido pela sigla *Brexit* (abreviatura de *Britain exit*). O fenômeno da pós-verdade passou a ser visto como algo envolvendo uma série de aspectos e níveis de problemas, e vários pesquisadores, de diversas áreas e países, têm se dedicado a estudar e correlacionar esses vários aspectos e níveis. Dessas discussões, é possível perceber que o fenômeno possui pelo menos três grandes dimensões.

A primeira diz respeito às dinâmicas tecnológicas, e à lógica de entrega de informação “personalizada” promovida pelos algoritmos que estruturam os motores de busca e as redes sociais – estas, que acabaram por se tornar o ambiente privilegiado a partir do qual as pessoas recebem notícias e informações do mundo. E elas são construídas a partir de algoritmos que selecionam o que provavelmente as pessoas querem ou o que concorda com o ponto de vista delas, num fenômeno conhecido como “efeito bolha”

(Magallón Rosa, 2019). Em redes sociais como o *WhatsApp*, as mensagens são disparadas em massa diretamente para os aparelhos das pessoas, sem que se possa monitorar ou se contrapor a elas, numa lógica “subterrânea” de disseminação de informação. Com a formação das “bolhas” ou “câmaras de eco”, nas quais os usuários ficam isolados, fechados a novas ideias, assuntos e informações importantes, sobretudo na política, as pessoas acabam se expondo “quase exclusivamente a visões unilaterais dentro do espectro político mais amplo” (Santaella, 2019, p. 15).

Junto a esse fenômeno há, também, a disseminação em massa de notícias falsas. Embora isso não seja um fenômeno exatamente novo, há sim uma dinâmica nova, que é a sua circulação de maneira apócrifa, por meio de repasses feitos por pessoas comuns, verificando-se a ausência de regulações como aquelas que incidem sobre as instituições jornalísticas ou educacionais, numa lógica em que toda informação teria o mesmo peso ou valor, independente de sua qualidade, de sua checagem e do compromisso institucional por detrás de sua produção. Tal fenômeno se fortalece, ainda, com a ação dos *clickbait*s, isto é, a divulgação de conteúdo falso ou inserção de títulos sensacionalistas para que os usuários acessem o conteúdo, com o objetivo de gerar tráfego e ter benefícios com publicidade (Aparici & García-Marín, 2019). Nessa dinâmica de gigantesco volume de disseminação de informações falsas, mentiras acabam atuando para moldar a tomada de decisão das pessoas em diferentes esferas (na política, na economia, na educação na saúde, na religião), em velocidade e quantidade nunca vistas.

A segunda dimensão relaciona-se com o nível humano ou, mais propriamente, com as dimensões cognitivas humanas: o chamado viés cognitivo, ou viés de confirmação, ou ainda dissonância cognitiva. Trata-se de uma tendência do ser humano a formar suas crenças e visões de mundo sem se basear na razão e nas evidências, isto é, nos fatos, num esforço para evitar descontentamento psíquico. McIntyre (2018) aponta três estudos clássicos em psicologia social conduzidos nos Estados Unidos, nas décadas de 1950 e 1960, que demonstraram essa questão. O primeiro deles é a teoria da dissonância cognitiva de Festinger, segundo a qual buscamos harmonia entre nossas crenças e ações. O segundo é a teoria da conformidade social de Asch, que postula que temos tendência a ceder à pressão social por nosso desejo de estar em harmonia com os outros. O terceiro é o estudo do viés de confirmação conduzido por Watson, que identificou nossa tendência a dar mais peso às informações que confirmam nossas crenças pré-existentes. O autor apresenta também estudos recentes sobre a questão, expressos em dois conceitos: efeito contraproducente (fenômeno em que a apresentação

de uma informação verdadeira para uma pessoa, que entra em conflito com suas crenças em fatos falsos, faz com que a pessoa creia nesses fatos com mais força ainda) e o efeito Dunning-Kruger (fenômeno no qual nossa falta de capacidade para fazer algo faz com que superestimemos nossas habilidades reais). Tais elementos do viés cognitivo fazem com que as pessoas sejam propensas a formar suas crenças sem ter em conta a razão e as evidências. Esse fenômeno tem sua importância aumentada no contexto de formação do efeito bolha mencionado acima.

E há, ainda, uma terceira dimensão, que é cultural – a ponto de alguns autores referirem-se a uma “cultura da pós-verdade” (Wilber, 2018). Atualmente, as pessoas em geral (exceto, claro, uma parcela da população mundial sem as condições econômicas para isso) têm acesso fácil e instantâneo a tecnologias e possibilidades de verificar a veracidade de uma informação, por meio de *smartphones*, *notebooks*, *desktops* ou outros aparelhos. Diferente de outros períodos da história, em que seria difícil ou impossível checar se uma informação, por exemplo, sobre o modo de vida de um país distante era verdadeira ou falsa, atualmente, de casa e em poucos segundos, se pode checar. Mas as pessoas não fazem isso. Aceitam como real, repassam, compartilham e se apropriam de informações sem se preocuparem em verificar. É esse desdém, esse desinteresse pela verdade, num contexto com tanto acesso à informação, que é o fato novo que a ideia de “pós-verdade” como uma cultura busca abarcar.

Pós-verdade designa, nesse sentido, uma condição, um contexto, no qual atitudes de desinteresse e mesmo desprezo pela verdade se naturalizam, se disseminam, se tornam cotidianos, normais, e até mesmo estimulados. Existe um processo de aceitação e replicação de conceitos que normalizam o desdém pela verdade: a pós-verdade “é uma ideia, um imaginário, um conjunto de representações sociais ou sentidos já incorporados pelas audiências e desde a qual é possível a existência das *fake news* que se referem a essa ideia a afirmando ou ampliando” (Murolo, 2019, p. 68, tradução nossa). Essa dinâmica acaba por conferir força aos *clickbaits* e outros mecanismos de disseminação de informação falsa.

Wilber (2018) é um dos autores que analisa o fenômeno. Partindo da eleição de Donald Trump para presidente dos Estados Unidos e da saída da Grã-Bretanha da União Europeia, dois fenômenos diretamente associados com o triunfo das informações falsas produzidas, disseminadas e consumidas em massa, e que orientaram as decisões das pessoas num determinado momento de votação, ele os associa a outros, como a diminuição da valorização da democracia, o aumento do ódio, do racismo, da xenofobia, do mau

gosto, entre outros. E com isso enquadra a pós-verdade dentro de um amplo processo de mudança de valores culturais no mundo – e principalmente nas sociedades ocidentais.

Wilber faz uma leitura abrangente dos valores e ideias em situação de liderança ou aceitação no mundo (o que denomina “vanguardas”). Ele identifica que, na primeira metade do século XX, o mundo era conduzido, nos diversos movimentos políticos, culturais, intelectuais, por valores associados ao racional, ao operacional, ao consciente, às ideias de mérito, lucro, progresso – isto é, diretamente relacionados com o ideal da modernidade. Em sua análise, ele considera que, após a década de 1960, estariam vigorando ideias associadas a valores pós-modernos tais como a defesa da pluralidade, do relativismo, da autorrealização, da inclusão, do multiculturalismo, dos direitos civis, da sustentabilidade, da defesa das minorias, entre outros. E, seguindo a análise, Wilber pontua que estaria ocorrendo, na segunda década do século XXI, uma crise desse projeto, um fracasso das vanguardas progressistas.

Wilber aponta vários fatores que teriam causado esse fracasso. Entre eles, a relativização da ideia de verdade, a ideia de que existiriam verdades locais, particulares, o que desembocou numa forma de narcisismo generalizado; a incapacidade de assumir a perspectiva do outro, a perda do sentimento de empatia, o ódio contra os pontos de vista minoritários, conduzindo a visões essencialistas, com tendências ao racismo, ao patriarcado, à misoginia; e uma crise de legitimidade das instituições modernas, os direitos humanos, a razão, a ciência, a democracia.

Nessa mesma linha, mas num foco mais específico, Keen (2008) identifica o que chama de “culto do amadorismo”, uma certa celebração de conteúdos amadores que acaba por anular a distinção entre o profissional e o amador, o que leva ao enfraquecimento de jornais, revistas, indústria musical, cinematográfica e jornalística, com consequente desaparecimento de padrões profissionais e filtros editoriais e o enaltecimento do plágio e da pirataria. Outra análise na mesma linha é a de Frankfurt (2019), que identifica o predomínio do que chama de “conversa fiada”: uma forma de diálogo que, diferente do embuste e da mentira, representa um desrespeito à verdade, um desprezo, em formas de linguagem presunçosas, abusivas e enganadoras, discursos que buscam disfarçar a ignorância de quem os produz e enganar os que ouvem. O crescimento da “conversa fiada” na publicidade, na política e em diversos outros ambientes estaria promovendo um ceticismo em relação à verdade objetiva, na medida em que, diferente do mentiroso que ainda tem a verdade como referência (ainda que para negá-la ou escondê-la), na conversa fiada a verdade se torna irrelevante.

As “viradas” na Ciência da Informação

A ideia de uma “virada” na Ciência da Informação primeiro apareceu bem no começo da década de 1980, quando os trabalhos de Brookes (1980) e Belkin (1980) apresentaram a necessidade de se incluir, nos estudos informacionais, a dimensão cognitiva. Desde a década de 1960, a Ciência da Informação dedicava-se basicamente ao estudo dos fluxos ou processos de transferência da informação, da identificação das forças e agentes que atuavam nesses fluxos e com a consequente proposição de instrumentos e serviços para a otimização destes fluxos (Davis & Shaw, 2001; Debons et al., 1988). No final da década de 1970, a preocupação com o atendimento das necessidades dos usuários levou à reflexão de que a informação não era algo contido nos dados, nos documentos - algo só poderia ser compreendido como informação em relação ao estado de conhecimento dos sujeitos – o caráter informacional seria então determinado pelo grau de alteração do conhecimento das pessoas. Essa grande mudança conceitual no campo recebeu diferentes designações: Dervin e Nilan (1986) a chamaram de “paradigma tradicional e paradigma alternativo”; Ellis (1992), de “paradigma físico” e “paradigma cognitivo”.

Nos anos 1990, novas mudanças conceituais no campo da informação conduziram a reflexões de que a informação não se restringia à dimensão cognitiva dos sujeitos, mas se vinculava a todas as suas ações no mundo e aos contextos dessas ações; e de que ela não era um fenômeno individual, que se passava apenas entre os dados e as pessoas, mas era de ordem intersubjetiva, social. Essa mudança foi nomeada como “virada sociocognitiva” (Hjørland & Albrechtsen, 1995) ou “virada sociológica” (Cronin, 2008).

Diversos autores apresentam quadros epistemológicos da Ciência da Informação mencionando essas duas viradas. Capurro (2003), de maneira pioneira, apresentou o que chamou de três paradigmas da área: o físico, o cognitivo e o social. Essa mesma sistematização é realizada por diversos outros autores, como Linares Columbié (2005) e Bawden e Robinson (2012). Saracevic (1999), embora não mencione “viradas” ou “rupturas”, vê na história da Ciência da Informação uma crescente ampliação do significado do conceito de informação: de uma perspectiva restrita (sinônimo de sinal, de dado) a uma ampla (relacionado a conhecimento) e enfim a uma ainda mais ampla (integrada à ação humana e a um contexto).

Em uma recente e ampla sistematização da área, considerando seus quase 60 anos de existência, Hjørland (2018a, 2018b) identifica o que chamou de seis paradigmas ou tradições de estudo da Ciência da Informação:

os estudos eminentemente práticos (sem teoria); a teoria da informação (teoria matemática da comunicação de Shannon e Weaver); a tradição de Cranfield (paradigma físico); a visão cognitiva; a filosofia da informação; e a visão sociocultural.

Uma outra discussão recente, e bem específica sobre as “viradas” (*turns*) na Ciência da Informação, é desenvolvida por Hartel (2019). Ela identifica o ponto de partida da Ciência da Informação no paradigma físico e analisa que, após 1986, a área teria vivido sete viradas: a virada cognitiva, a virada afetiva, a virada da neodocumentação, a virada sociocognitiva, a virada da vida cotidiana, a virada socioconstrucionista e a virada corpórea.

Em nenhum dos mapeamentos apresentados, nem mesmo nos mais recentes, dos últimos dois anos, há qualquer menção à questão da verdade e/ou da pós-verdade. Naturalmente, isso se deve ao fato de que as sistematizações epistemológicas são sempre feitas *a posteriori*, isto é, após as publicações das pesquisas de uma área. Assim, não teria havido ainda tempo suficiente para essa incorporação no âmbito da epistemologia do campo.

Por outro lado, há uma série de trabalhos que vêm sendo produzidos nos últimos anos, e apresentados em congressos ou publicados em periódicos, apresentando e discutindo as questões da pós-verdade e das *fake news* na área. No Brasil, por exemplo, esses trabalhos têm se focado em temas distintos, com destaque para os impactos da sua existência para a atuação dos bibliotecários, arquivistas e demais profissionais da informação (Corrêa & Custódio, 2018; Paula et al., 2018; M. K. D. da Silva et al., 2019; S. S. da Silva & Tanus, 2019; Sousa, 2017). Como é um assunto recente, os estudos ainda estão elaborando seu diagnóstico, suas implicações e possíveis maneiras de atuação profissional de forma a combater ou mitigar seus efeitos negativos. Uma reflexão mais profunda sobre o significado desse fenômeno para a própria conceituação de informação ainda é algo a ser realizado.

Cabe apontar que, mesmo nos modelos teóricos anteriores, existem contribuições significativas para o entendimento de aspectos da pós-verdade. Desde uma perspectiva fisicista, é possível identificar aspectos sobre a lógica dos algoritmos e o “sucesso” de determinados conteúdos, desde mecanismos que privilegiam a popularidade de *sites* e fontes de informação como critério de relevância e de recuperação. Desde uma perspectiva cognitiva, pode-se estudar o impacto dos vieses cognitivos de confirmação e de dissonância (entre outros) nas percepções de lacuna de conhecimento, na definição de estratégias de busca e de uso da informação. E, desde uma perspectiva sociocultural da informação, se pode analisar a pós-verdade como uma cultura, como o desinteresse pela verdade como atributo da

informação é um fenômeno construído socialmente. As três dimensões do fenômeno da pós-verdade poderiam, assim, ser estudados pela Ciência da Informação. A área não está exatamente despreparada para esse estudo. Contudo, a problematização específica do atributo “verdade” da informação nunca foi central na área, e é essa reivindicação de centralidade que é proposta por Furner, diante dos fenômenos contemporâneos, que trazem uma realidade informacional inédita.

Considerações finais

Retomando um argumento apresentado na introdução, é sempre importante salientar que uma “virada” numa disciplina científica não significa o abandono do que vinha se fazendo até então. Isso é verdade para as outras áreas, e é igualmente para a Ciência da Informação. A virada cognitiva nos anos 1980 não decretou o fim de estudos calcados numa perspectiva fisicista, centrados no transporte e na recuperação da informação; tampouco a virada sociocultural significou a extinção de estudos centrados no tripé dado-informação-conhecimento e na centralidade da experiência cognitiva dos usuários. Portanto, uma proposta de uma virada veritística na Ciência da Informação não significaria o abandono nem das duas perspectivas anteriores, nem da perspectiva mais recente, construída nas duas últimas décadas, em torno da construção social da informação e de suas vinculações às dimensões social, política, econômica, cultural e tecnológica conformando regimes de informação.

De toda forma, cabe avaliar o quanto a ação de privilegiar a noção de “verdade” nos estudos informacionais implicaria ou demandaria uma “virada”. Algumas vezes autores distintos criticam o fato de se ter uma “virada” ou a busca de um novo “paradigma” a cada intervalo de vinte ou trinta anos na Ciência da Informação – um intervalo muito pequeno, que quase poderia ser sinônimo de modismo. A própria noção de *turn* em Hartel, apresentada acima, pode ser considerada exagerada, ao apontar viradas que seriam quase concomitantes – e, portanto, não seriam viradas, mas teorias ou correntes paralelas dentro de uma mesma área.

Em suma, o que se quer apontar como consideração final, aqui, é que, independentemente de ser uma “virada” ou não, é essencial defender a inclusão do atributo “verdade” e de suas consequentes discussões na agenda de pesquisa da área, especificamente quando se verifica um contexto como o atual, marcado pela dinâmica da pós-verdade.

Como apontado na discussão deste artigo, os últimos anos apresentaram de maneira muito efetiva uma nova realidade informacional, que tem desafiado as tecnologias, as experiências dos sujeitos e mesmo a estabilidade da democracia, da ciência e da paz. E é nesse sentido – de se ter um instrumental adequado para uma nova realidade – que se coloca a presente proposta, de conferir à noção de verdade uma centralidade para os estudos informacionais contemporâneos. Os diferentes modelos conceituais (ou paradigmas) desenvolvidos pela Ciência da Informação durante sua existência estiveram sempre diretamente vinculados às problemáticas em voga em cada época. Assim se coloca, mais uma vez, uma oportunidade para a área demonstrar sua dupla característica: o respeito à acumulação dos achados de pesquisa e teorizações, por um lado, e a versatilidade em produzir novos modelos em sintonia direta com o campo empírico, o campo dos fenômenos informacionais concretos que precisam ser compreendidos em toda a sua complexidade.

Bibliografia

- Aparici, R., & García-Marín, M. (Eds.). (2019). *La posverdad: Una cartografía de los medios, las redes y la política*. Gedisa.
- Bawden, D., & Robinson, L. (2012). *Introduction to Information Science*. Facet Publishing.
- Belkin, N. J. (1980). Anomalous States Of Knowledge As A Basis For Information Retrieval. *Canadian Journal of Information Science*, 5, 133–143. https://www.researchgate.net/publication/238671719_Anomalous_States_Of_Knowledge_As_A_Basis_For_Information_Retrieval
- Brookes, B. C. (1980). The foundations of information science. Part I. Philosophical aspects. *Journal of Information Science*, 2(3–4), 125–133. <https://doi.org/10.1177/016555158000200302>
- Capurro, R. (2003). Epistemologia da Ciência da Informação. V *Encontro Nacional de Pesquisa Em Ciência Da Informação, Belo Horizonte (Brasil), 10 de Novembro de 2003*.
- Corrêa, E. C. D., & Custódio, M. G. (2018). A informação enfurecida e a missão do bibliotecário em tempos de pós-verdade: uma releitura com base em Ortega y Gasset. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, 14(2), 197–214. <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/777>
- Cronin, B. (2008). The sociological turn in information science. *Journal of Information Science*, 34(4), 465–475. <https://doi.org/10.1177/0165551508088944>
- Davis, C. H., & Shaw, D. (2001). *Introduction to Information Science and Technology*. Information Today.
- Debons, A., Horne, E., & Cronenweth, S. (1988). *Information science : an integrated view*. G.K. Hall.

- Dervin, B., & Nilan, M. (1986). Information needs and uses. *Annual Review of Information Science and Technology*, 21, 3–33.
- Ellis, D. (1992). Paradigms and proto-paradigms in information retrieval research. In P. Vakkari & B. Cronin (Eds.), *Conceptions of library and information science: historical, empirical and theoretical perspectives* (pp. 165–186). Taylor Graham.
- Frankfurt, H. G. (2019). *On Bullshit - Sobre a conversa, o embuste e a mentira*. Bookout. <https://www.fnac.pt/On-Bullshit-Sobre-a-conversa-o-embuste-e-a-mentira-Harry-G-Frankfurt/a6874493>
- Furner, J. (2002). Shera's social epistemology recast as psychological bibliography. *Social Epistemology*, 16(1), 5–22. <https://doi.org/10.1080/02691720210132761>
- Furner, J. (2010). Philosophy and information studies. *Annual Review of Information Science and Technology*, 44(1), 159–200. <https://doi.org/10.1002/aris.2010.1440440111>
- Furner, J. (2014). Information Without Information Studies. In F. Ibekwe-SanJuan & T. M. Dousa (Eds.), *Theories of Information, Communication and Knowledge: A Multidisciplinary Approach* (pp. 143–179). Springer Netherlands. https://doi.org/10.1007/978-94-007-6973-1_7
- Furner, J. (2015). Information Science Is Neither. *Library Trends*, 63(3), 362–377. <http://10.0.5.73/lib.2015.0009>
- Furner, J. (2018). Truth, relevance, and justice: towards a veritistic turn for KO. In F. Ribeiro & M. E. Cerveira (Eds.), *Challenges and Opportunities for Knowledge Organization in the Digital Age: Proceedings of the Fifteenth International ISKO Conference 9-11 July 2018* (pp. 468–474). Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Hartel, J. (2018). Social Epistemology as Theoretical Foundation for Information Science: Supporting a Cultural Turn, Copenhagen, August 16-17, 2017. *Knowledge Organization*, 45(1), 79–84. <https://doi.org/10.5771/0943-7444-2018-1-79>
- Hartel, J. (2019). Turn, turn, turn. *Information Research*, 24(4). <http://www.informationr.net/ir/24-4/colis/colis1901.html>
- Hjørland, B. (2018a). Library and Information Science (LIS), Part 1. *Knowledge Organization*, 45(3), 232–254. <https://doi.org/10.5771/0943-7444-2018-3-232>
- Hjørland, B. (2018b). Library and Information Science (LIS), Part 2. *Knowledge Organization*, 45(4), 319–338. <https://doi.org/10.5771/0943-7444-2018-4-319>
- Hjørland, B., & Albrechtsen, H. (1995). Toward a new horizon in information science: Domain-analysis. *Journal of the American Society for Information Science*, 46(6), 400–425. [https://doi.org/10.1002/\(SICI\)1097-4571\(199507\)46:6<400::AID-ASIS2>3.0.CO;2-Y](https://doi.org/10.1002/(SICI)1097-4571(199507)46:6<400::AID-ASIS2>3.0.CO;2-Y)
- Keen, A. (2008). *O culto do amadorismo*. Guerra e Paz.
- Linares Columbié, R. (2005). *Ciencia de la información: su historia y epistemología*. Rojas Eberhard.
- Magallón Rosa, R. (2019). *Unfaking news: cómo combatir la desinformación*. Pirámide.
- McIntyre, L. (2018). *Posverdad*. Ediciones Cátedra. <https://www.catedra.com/libro/teorema-serie-mayor/posverdad-lee-mcintyre-9788437638690/>
- Murolo, L. (2019). La posverdad es mentira. Un aporte conceptual sobre fake news y periodismo. In R. Aparici & M. García-Marín (Eds.), *La posverdad: una cartografía de los medios, las redes y la política* (pp. 65–80). Gedisa.
- Paula, L. T. de, Silva, T. dos R. S. da, & Blanco, Y. A. (2018). Pós-verdade e Fontes de Informação: um estudo sobre fake news. *Revista Conhecimento em Ação*, 3(1), 93–110. <https://doi.org/10.47681/rca.v3i1.16764>

- Santaella, L. (2019). *A pós-verdade é verdadeira ou falsa?* Estação das Letras e Cores.
- Saracevic, T. (1999). Information science. *Journal of the American Society for Information Science*, 50(12), 1051–1063. [https://doi.org/10.1002/\(SICI\)1097-4571\(1999\)50:12<1051::AID-ASIJ2>3.0.CO;2-Z](https://doi.org/10.1002/(SICI)1097-4571(1999)50:12<1051::AID-ASIJ2>3.0.CO;2-Z)
- Silva, M. K. D. da, Albuquerque, M. E. B. C. de, & Veloso, M. do S. F. (2019). Representação da informação noticiosa pelas agências de fact-checking: do acesso à informação ao excesso de informação. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, 15(2), 410–426. <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1225>
- Silva, S. S. da, & Tanus, G. F. de S. C. (2019). O bibliotecário e as fake news: análise da percepção dos egressos do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. *Informação em Pauta*, 4(2), 58–82. <https://doi.org/10.32810/2525-3468.ip.v4i2.2019.41558.58-82>
- Sousa, A. M. de. (2017). O papel do bibliotecário como mediador da informação na era da pós-verdade. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, 13(0), 2390–2402. <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/956>
- Wilber, K. (2018). *Trump y la posverdad*. Kairós.

Infodemic, disinformation and fake news: the role of libraries in Post-Truth Society

Infodemia, desinformação e fake news: o papel das bibliotecas na Sociedade da Pós-Verdade

JORGE REVEZ

Professor Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

jrevez@campus.ul.pt

ORCID: 0000-0002-3058-943X

LUÍS CORUJO

Professor Auxiliar Convidado da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

luiscorujo@campus.ul.pt

ORCID: 0000-0003-4411-2453

ABSTRACT

This study's purpose is to systematically review the literature to identify the most recent library practices against fake news. Previous findings showed most studies emphasize academic libraries practices and are mainly focused on information literacy instruction. This article updates prior research aiming to acknowledge the tangible practices of libraries, discuss their efficiency, and continue a categorization of those practices. It was performed a systematic literature review of the last 12 months (October 2020-September 2021) to retrieve the most recent library practices. After the extraction, with a final set of 17 documents, a multi-step qualitative analysis, and a categorization were developed. The current debate is still around information literacy strategies that intend to reiterate an authority-based source evaluation versus the challenge to recognize an emotional-based reaction to

fake news in a post-truth world. The role of libraries is cornered in an instructional framework, while disinformation is pervasive in several information ecosystems. The role of libraries in a Post-truth society is still an open debate, yet there is almost a consensus that libraries should engage in partnerships and be part of a multidisciplinary approach.

KEYWORDS: Fake News; Misinformation; Disinformation; Post-truth; Librarians; Library Practices; Systematic Literature Review.

RESUMO

O objetivo deste estudo é rever sistematicamente a literatura para identificar as práticas mais recentes das bibliotecas contra as fake news. Resultados prévios mostraram que a maioria dos estudos enfatiza as práticas das bibliotecas do ensino superior e estão principalmente centrados na formação em literacia da informação. Este artigo atualiza uma investigação anterior com o objetivo de reconhecer as práticas tangíveis das bibliotecas, discutir a sua eficiência, e continuar uma categorização dessas práticas. Foi realizada uma revisão sistemática da literatura dos últimos 12 meses (Outubro 2020-Setembro 2021) para recuperar as práticas mais recentes das bibliotecas. Após a extração, com um conjunto final de 17 documentos, foi desenvolvida uma análise qualitativa em várias etapas e uma categorização. O debate atual continua em torno de estratégias de literacia da informação que pretendem reiterar uma avaliação das fontes baseada na autoridade versus o desafio de reconhecer uma reação emocional a notícias falsas num mundo de pós-verdade. O papel das bibliotecas está encurralado num quadro formativo, enquanto a desinformação invade vários ecossistemas de informação. O papel das bibliotecas na sociedade da pós-verdade é ainda um debate em aberto, mas existe quase um consenso de que as bibliotecas devem envolver-se em parcerias e fazer parte de uma abordagem multidisciplinar.

PALAVRAS-CHAVE: Notícias falsas; Desinformação; Pós-verdade; Bibliotecários; Práticas das Bibliotecas; Revisão Sistemática da Literatura.

INTRODUCTION

In the last five years, fake news became a hot topic in scientific research. Health, media, information, political and social studies are some of the fields

seriously concerned with this phenomenon analysis. The COVID-19 pandemic management demanded clear communication strategies by the public authorities and the media to avoid panic, explain health control measures, and enlighten people about coronavirus behavior or the vaccination process, which reinforced the necessity to tame the impact of fake news, disinformation, and misinformation.

This research intends to assess the role of libraries in countering these phenomena. Following and updating prior research (Revez & Corujo, 2021), aims to acknowledge the tangible practices of libraries, discuss their efficiency, and continue a categorization of those practices. With a narrower time range (the last 12 months), seeks to revisit the relationship between libraries and the fight against the fake news phenomenon, analyze the most recent literature and categorize evidenced practices.

Previous findings showed most studies emphasize academic libraries practices and were mainly focused on information literacy instruction. Simply put, the major debate is between those who are confident that through information literacy instruction is possible to provide competencies and skills to patrons, and strengthen their ability to assess, avoid and not share fake news, mainly through an authority-based source evaluation; and those who question information literacy efficiency, as post-truth implies an emotional and cognitive dimension, which goes far beyond the domain of information search and evaluation skills, claiming that information literacy impact has been poorly studied. Without impact data, one cannot sustain information literacy as a real solution, therefore, the struggle to find alternatives remain open, and information literacy strategies also need broad development (Revez & Corujo, 2021).

The COVID-19 pandemic brought up new challenges to libraries' strategies. Despite the disruption of the information monopoly in the last decades, libraries are now facing an infodemic: "simply put, is an overabundance of information, good and bad. Together, it forms a virtual tsunami of data and advice that makes it hard for people in all walks of life to find clear messages, trustworthy sources, and reliable guidance when they need them. Some of it is merely confusing, but some of the misinformation can be actively harmful to life" (World Health Organization, 2020, p. 1).

This information deluge worsens the information disorder scenario. In a Council of Europe report, three types of information disorder are depicted: "Mis-information is when false information is shared, but no harm is meant; Dis-information is when false information is knowingly shared to cause harm; Mal-information is when genuine information is shared to cause harm, often by moving information designed to stay private into the public sphere"

(Wardle & Derakshan, 2017, p. 5). Libraries are pointed out as partners for Education Ministries or Departments of Education: “Libraries are one of the few institutions where trust has not declined, and for people no longer in full time education, they are a critical resource for teaching the skills required for navigating the digital ecosystem. We must ensure communities can access both online and offline news and digital literacy materials via their local libraries” (Wardle & Derakshan, 2017, p. 84).

The major problem of misinformation circulation, especially during the COVID-19 pandemic, is that despite being false information, it “was not created with the intention of hurting others. Misinformation is often started by someone who genuinely wants to understand a topic and cares about keeping other people safe and well. It is then shared by others who feel the same. Everyone believes they are sharing good information – but unfortunately, they are not. And depending on what is being shared, the misinformation can turn out to be quite harmful” (World Health Organization, 2021). Much more dangerous is disinformation – “nonaccidentally misleading information” (Fallis, 2015) or “intentionally misleading information” (Søe, 2021) –, “false information created with the intention of profiting from it or causing harm. That harm could be to a person, a group of people, an organization or even a country. Disinformation generally serves some agenda and can be dangerous. During this pandemic, we are seeing it used to try to erode our trust in each other and in our government and public institutions” (World Health Organization, 2021).

Although not a consensual term among the scientific community, fake news is a genre (pseudo-journalistic disinformation deliberately created) and a label (political instruments to delegitimize news media) (Egelhofer & Lecheler, 2019), and fake news dissemination may fall in disinformation or misinformation categories, according to its intention to be harmful. Intentionality is a key dimension, as false information is misinformation, but adding intention results in disinformation (or fake news) (Agarwal & Alsaeedi, 2021). Lim defines fake news as “intentionally misleading and biased representational information for the benefit of the message sender, which contains false information, with or without a blend of one or more components of omitted important information, a decontextualized content, misleading headlines or clickbait” (Lim, 2020, pp. 2–3). Anstead refers to three forms of fake news – fake news as satire, fake news as misleading content, and fake news as populist rhetoric – but observes them as distinct responses to an ongoing and evolving crisis in democratic and media legitimacy (Anstead, 2021). These traditional and authoritative elements were challenged by the consequences

of pluralism, somehow exacerbated by social media and its different fora of (free) speech. It's a paradox, as fake news is part of democratic life but profoundly anti-democratic. Therefore, fake news reveals greater problems, like politicization and weaponization of information, traditional media crisis, and technological incapacity to control the spread of misinformation (Zimdars & Mcleod, 2020). Truth and trust are bonded: "a crisis of truth is first and foremost a crisis of trust, signaling a sociopolitical breakdown even before an epistemic one" (Cosentino, 2020, pp. 142–143). In sum, fake news is a serious threat to information ecosystems, as truth is no longer related to authority, expertise, or real facts, but to interpretation, perception, emotions, and sentiments (Cooke, 2018).

Post-truth society arises as a new setting and a new challenge with a global effect (P. J. Lor, 2018; Peters et al., 2018; Cosentino, 2020). As a consequence of information disorder, mainly the social media information environment, new consuming behaviors are the grounds of post-truth: "The overconsumption of information fuelled by the internet has produced a so-called 'post-truth' society in which people consume information that reaffirms their pre-existing beliefs and ideologies rather than attempting the difficult task of identifying the truth" (De Paor & Heravi, 2020, p. 1). Fake news is "a calling card of the post-truth condition, whereby the contesting parties accuse each other of imposing the wrong conceptual framework for telling what is true and false" (Fuller, 2018, p. 185). More, "post-truth amounts to a form of ideological supremacy, whereby its practitioners are trying to compel someone to believe in something whether there is good evidence for it or not. And this is a recipe for political domination" (McIntyre, 2018, p. 13).

In this difficult and complex scenario, libraries' efforts to counteract fake news are only beginnings, especially framed by their educational roles: "Libraries help to counter fake news both through specific educative actions aimed at it and by being broadly educative institutions with a coherent notion of their role and relationship to informational discernment in democratic society" (Buschman, 2019, p. 222). Libraries' answers to the 'alternative facts' were diverse but the main response channel was information literacy instruction, as a comprehensive strategy developed within libraries' educational *ethos* in the past decades (Agosto, 2018; Dalkir & Katz, 2020).

Some authors have strongly criticized the confident self-perception of libraries' abilities to counter fake news, but LIS research had scarcely studied the impact of information literacy and other strategies. Sullivan is one of those critics, claiming that "The most pressing problem with LIS solutions to the problem of misinformation is that they remain untested. Responding to

the problems of fake news, LIS authors have made testable claims, but these are presented as statements rather than questions (...) Even when some have sought to measure impact, they have demonstrated a need that information literacy is believed to be able to meet, rather than the actual impact of literacy in meeting that need" (Sullivan, 2019b, p. 2). The damage of disinformation led librarians to take their place on the front line against fake news (Affelt, 2019), fetching their strategies and methods experimented for many years. However, there is not enough evidence of the success of these strategies and methods employed by librarians against fake news, as Sullivan had already pointed out: "It is thus essential to note that both the shortcomings and successes of checklists or other approaches remain theoretical, as there has been little empirical testing of their effectiveness—and none in the context of fake news" (Sullivan, 2019a, p. 101). Other authors state that "even this initial criticism, though, has not fully appreciated the complex challenges that librarians need to navigate to develop misinformation programming" (Young et al., 2020, p. 10). The relevancy of acknowledging libraries' practices remains at the core of the debate between librarians' positive self-perception and an effective impact assessment of their efforts.

Based on the identified research challenges, this study addresses the following research questions:

RQ1: *In the last 12 months, what were the strategies and methods employed by librarians to fight against fake news?*

RQ2: *Is it possible to reuse the categorization of libraries' practices?*

This paper includes a research methods section, explaining the procedures of data extraction and the final dataset analysis. The findings and discussion sections contain the qualitative analysis and the categorization obtained through the analysis of the dataset. The conclusion intends to answer the research questions of the study. The final references list includes not only the literature analyzed in the findings section but also other background sources used for a comprehensive acknowledgment of the subject.

METHODS

To answer RQ1 and provide insights to RQ2, it was performed a systematic literature review of the last 12 months to retrieve the most recent library practices. Following PRISMA (*Preferred Reporting Items for Systematic Reviews*

and *Meta-Analyses*) statement, a “systematic review is a review of a clearly formulated question that uses systematic and explicit methods to identify, select, and critically appraise relevant research, and to collect and analyze data from the studies that are included in the review” (Moher et al., 2009, p. 1).

A systematic literature review implies study selection criteria “intended to identify those primary studies that provide direct evidence about the research question. In order to reduce the likelihood of bias, selection criteria should be decided during the protocol definition” (Kitchenham, 2004, p. 9). Following RQ1, the main condition was to identify recent studies that report or discuss library practices against fake news. Therefore, the documents’ selection was guided by this only purpose, without language, country, type of library, or author standpoint biases.

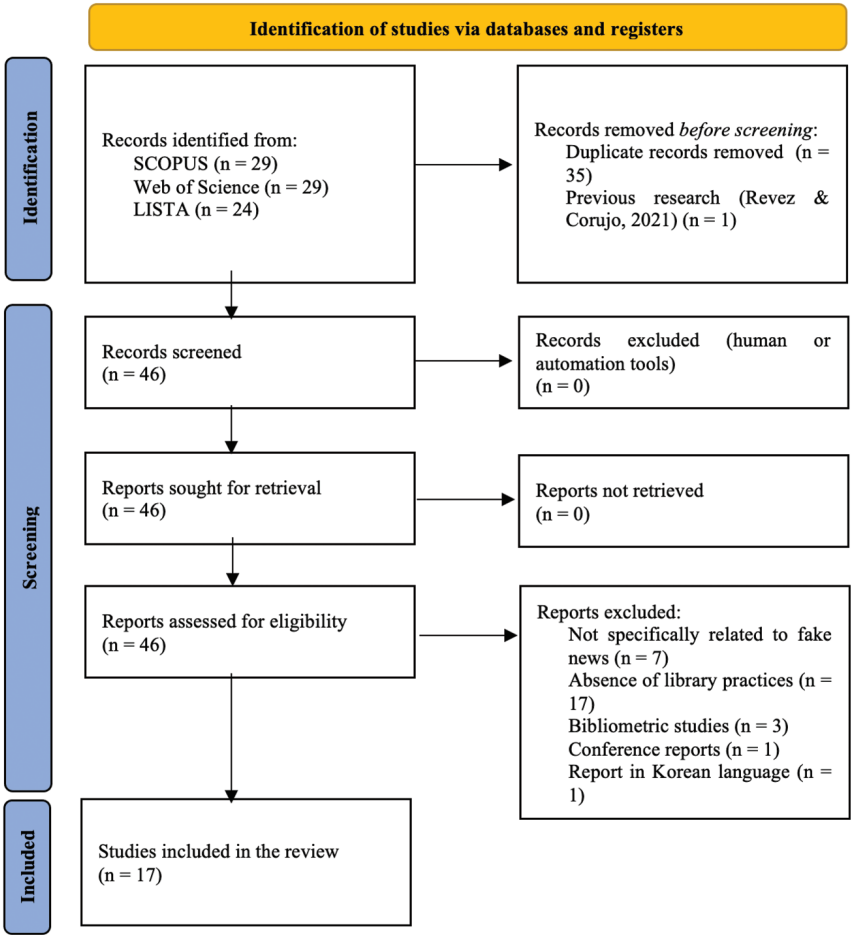
Focusing on methods reproducibility, it was used the same literature retrieval process as the prior research (Revez & Corujo, 2021). The systematic retrieval used a combination of search terms encompassing the primary concepts of library/libraries/librarians and fake news. The scope of the literature review was not limited to one area of librarianship or region. The literature was retrieved on September 30th, 2021. Table 1 identifies the followed search strategies. The databases chosen were considered primarily for their importance, relevance, and quality (Web of Science and Scopus); and secondly, for their relevance within the LIS field (LISTA - Library, Information Science & Technology Abstracts). There were no limitations concerning the languages of publication, though the search terms were only used in English.

Table 1 - Databases, search strategies, and number of results (1-Oct-2020 - 30-Sep-2021)

Database	Search Strategy	Number of results
SCOPUS	TITLE-ABS-KEY (librar* AND “fake news”) AND PUBDATETXT (“October 2020” OR “November 2020” OR “December 2020”) OR PUBYEAR = 2021	29
Web of Science	TOPIC: (librar* AND “fake news”). Timespan: 2020-10-01 to 2021-09-30 (Publication Date). All Databases.	29
LISTA	TI (librar* AND “fake news”) OR AB (librar* AND “fake news”) OR SU (librar* AND “fake news”) OR KW (librar* AND “fake news”) Expanders: Apply equivalent subjects Limiters: Publication Date: 20201001-20210930 Source Types: Academic Journals Excluded: Magazines (4) Trade Publications (6) Reviews (1)	24

A total of 82 articles were retrieved and organized in a Microsoft Excel sheet. Following PRISMA 2020 flow diagram (Page et al., 2021), cleaning of duplicates resulted in 46 articles. After this step, all the articles' titles and abstracts were read and analyzed to assess their correspondence with the research questions. This assessment excluded 29 articles, resulting in a dataset of 17 results. The qualitative analysis was made with this dataset. All this process is represented through a PRISMA 2020 flow diagram (Figure 1).

Figure 1 - PRISMA 2020 flow diagram (Page et al., 2021)



In the final dataset (Table 2), there are authors from the USA, UK, Canada, China, Turkey, Portugal, Italy, South Africa, Nigeria, and the Philippines. This reveals the worldwide dimension of the fake news research interest and the relevance of the theme.

Table 2 - Final set of publications for analysis (n=17)

ID	Title	Publication	Reference
1	Automated fake news detection in the age of digital libraries	Information Technology and Libraries	(Mertoğlu & Genç, 2020)
2	Check your bias at the school library door: The power of the school librarian in an evolving information landscape	Advances in Librarianship	(Mignardi & Sturge, 2021)
3	Como combater as fake news através da literacia da informação? Desafios e estratégias formativas no ensino superior	BiD	(Antunes et al., 2021)
4	Creation, dissemination and mitigation: toward a disinformation behavior framework and model	Aslib Journal of Information Management	(Agarwal & Alsaedi, 2021)
5	Culture wars, libraries and the BBC	Library Management	(Usherwood & Usherwood, 2021)
6	Emerging (information) realities and epistemic injustice	Journal of the Association for Information Science and Technology	(Oliphant, 2021)
7	Flip this house!: Updating and designing an online First Year Seminar module series.	Journal of Library & Information Services in Distance Learning	(Peuler & Coltrain, 2020)
8	Information literacy education during the pandemic: The cases of academic libraries in Chinese top universities.	Journal of Academic Librarianship	(Guo & Huang, 2021)
9	On fake news, gatekeepers and LIS professionals: the finger or the moon?	Digital Library Perspectives	(Fontanin, 2021)
10	Optimizing Library Services — Voter Fraud, COVID-19 #VaccinesKill, and Social Media Censoring: How Librarians and Educators Can Combat Fake News and Misinformation.	Against the Grain	(Delellis & Rubin, 2020)

ID	Title	Publication	Reference
11	Re-thinking Information Ethics: Truth, conspiracy theories, and librarians in the Covid-19 era	Libri	(P. Lor et al., 2021)
12	Roles of Librarians in Combating Misinformation on Corona Virus Disease (COVID-19)	Library Philosophy and Practice	(Pelemo et al., 2021)
13	The fake news wave: Academic libraries' battle against misinformation during COVID-19	Journal of Academic Librarianship	(Bangani, 2021)
14	The role of libraries in misinformation programming: A research agenda	Journal of Librarianship and Information Science	(Young et al., 2020)
15	Toward a comprehensive model of fake news: A new approach to examine the creation and sharing of false information	Societies	(Weiss et al., 2021)
16	Using Mobile Apps to Combat Fake News	Journal of Electronic Resources in Medical Libraries	(Becker, 2021)
17	"Who is gullible to political disinformation?": predicting susceptibility of university students to fake news	Journal of Information Technology and Politics	(Bringula et al., 2021)

FINDINGS

Information Literacy Box

Aligned with our previous findings, academic libraries practices remain a significant observation setting for the information literacy approach, although the absence of impact assessment persists. Regarding Chinese top universities, 42 academic libraries were examined to understand their information literacy education strategies during the COVID-19 pandemic. Within several information literacy contents, fake news, and misinformation were also considered. Through several online platforms, using recorded videos or live sessions, 14.3% of the

academic libraries “had taught mini-courses or given live lectures on how to identify false information. The number and scope of influence were not enough to stop the spread of misinformation”. One academic library “added a special session to their online information courses to discuss approaches on how to identify false information and misinformation about COVID-19. The discussion helped students learn scientific methods to search information and determine its true or false attributes, e.g. paying attention to where information originated, the wording used in the information, etc.” (Guo & Huang, 2021, p. 8). Despite some limitations, fake news was considered a core topic in the pandemic context. Materials like the IFLA infographic *How to Spot Fake News - COVID-19 Edition* provided relevant guidance to information literacy courses (IFLA, 2021).

A US example of online information literacy modules at the university level revealed a concern with information disorder issues and the complexity of current digital environments. Therefore, “the librarians included content on topics like biased algorithms and the importance of web literacy due to mis- and disinformation on the open web” (Peuler & Coltrain, 2020, p. 258). Still, in the higher education setting, a literature review published after our previous research (Revez & Corujo, 2021) confirmed several libraries practices against fake news already identified. The authors found two main practice categories: informal learning (library guides, information literacy courses, tutorials, etc.) and validated tools (checklist approaches - CRAAP, RADAR, SMART, SMELL, etc. – and infographics) (Antunes et al., 2021).

Information literacy instruction was also prominent in Nigerian federal universities libraries’ response during the COVID-19 pandemic. In a very pragmatic way, the authors state that “the involvement of librarians in combating COVID-19 in Nigeria is to a large extent, a marketing strategy that has the potentials to create public awareness of library resources and services and ultimately increase its patronage, as well as national and global visibility” (Pelemo et al., 2021, p. 5). The extent of the problem is seen in the massive use of *Whatsapp* digital social platform as an information source, although in competition with National Centre for Disease Control (Nigeria) and World Health Organization. The authors argue that libraries should engage more with health public authorities to convey credible information.

Relying on content analysis of websites and LibGuides of public universities in South Africa, a study found that providing credible information about the COVID-19 pandemic and remote information and media literacy instruction were the main strategies to fight fake news. The use of LibGuides is the most relevant mean of awareness creation about fake news, providing access and linking to popular tools like IFLA’s *How to spot fake news* and CRAAP (Bangani, 2021).

Regarding public libraries, a US study was based on an analysis of interviews and workshop discussions of public library staff from Washington State. Attempting to reveal empirical evidence of public libraries' role and successful impact against fake news, one of the major gaps identified in the literature that questions information literacy efficiency, the authors propose a research agenda to improve misinformation-related programming. Findings showed that public librarians are interested and have already implemented programs, but they face several barriers. More research is needed in three broad areas: "research into the most effective formats for misinformation programming; research into tools and training that can make librarians feel more confident in addressing misinformation as it emerges within their communities; and research into how to overcome political and economic barriers to misinformation programming". Media and information literacy instruction is considered insufficient by public librarians but remains unclear how it could be more effective: "media literacy-focused approaches to misinformation programming tend to appeal to community members who already have the skills to recognize misinformation" (Young et al., 2020, p. 5). Some alternatives suggested were community discussions about misinformation or panel discussions with experts, but more LIS research is needed to provide practitioners with effective strategies. Librarians also claim for more tools and training to address misinformation in their programming. Political and economic broader context has also to be considered in its relationship with library neutrality. In some conservative communities, librarians reported "that misinformation cultivated an us-versus-them mentality that could easily lead the public to viewing librarians as an enemy. They felt that misinformation programming would bring patrons to the library with feelings of pre-emptive rage, which would undermine their programming for everyone" (Young et al., 2020, p. 8). How can librarians fight misinformation without compromising communities' political standpoints? Media and information literacy should be improved, but partnering with political authorities, experts, and scholars is the road ahead against misinformation, even helping out public libraries on the impact evaluation issues.

Beyond Information Literacy

School libraries studies are new in this review and rare in LIS literature concerning the fake news phenomenon. Before higher education, students should be prepared not only to formulate a question and develop a line of

inquiry but to understand how their perception is strongly affected by cognitive issues. A US study pointed out the need to teach how students may recognize confirmation and implicit biases: "Teaching students the skills to unpack what they are seeing and reading will allow them to understand how their confirmation and implicit biases come into play and allow them to make informed decisions about what they see, hear, and read" (Mignardi & Sturge, 2021, p. 19). Several strategies could be used, including the use of CRAAP, lateral reading, and fact-checking websites. Most of all, it's important to go beyond traditional information literacy instruction and allow a self-awareness of information seeking and analysis behavior: "It is no longer enough to teach location and evaluation of resources. Instead, information literacy should be taught as a dynamic experience and process" (Mignardi & Sturge, 2021, p. 19).

A literature review was conducted by two US researchers who developed a disinformation behavior framework and model. Recognizing the limitations of LIS intervention in the fight against fake news, the authors propose the adoption of a creator and user perspective, along with some solutions, that theoretically include disinformation and misinformation in an information behavior model: "we may seem naive in our assumption that LIS can help to fight fake news in the ways we suggest in our framework. We have to understand that just having a framework or model is not the same as fighting fake news. There is a massive algorithmic multi-headed hydra out there in terms of the fake news phenomenon" (Agarwal & Alsaeedi, 2021, p. 654). Critical thinking and action are the routes to disrupt users' confirmation bias, reinforced in the social media platforms setting by the use of algorithms and bots. The concepts of filter bubble or echo chamber are key in the proposed framework, as the strategies to fight fake news mainly consist in puncturing it "through the concerted efforts and advocacy by individuals, groups, associations and organizations working on media literacy, LIS professionals teaching information literacy, and educators in schools, colleges and universities, as well as others, training people on critical thinking and critical action". More, it is proposed a serendipity test "to help people if the information that was forwarded to them, and lead to a surprise, was genuine, or presented before them to deceive them" (Agarwal & Alsaeedi, 2021, p. 652).

Another model was developed by US researchers, concerning the creation, and sharing of fake news. Seven factors were identified which may influence information users' choice to share or verify the information. The educational dimension, comprising critical thinking and information literacy, is only one of those factors, thus, relying on only one aspect would be probably insufficient to tackle misinformation spread: "One

wonders how realistic it is that librarians—traditionally the gatekeepers to and selectors of various types of information since the 19th century—could help alleviate such a widespread information problem that largely exists outside a library’s physical and conceptual boundaries” (Weiss et al., 2021, p. 2). Recognizing the overemphasize of information literacy relevance and the weak impact of one-time library instruction lessons, the authors defend that “a better alternative would be longer, more intensive credit-bearing courses” and rethink “how critical thinking in general, and information literacy in particular may be better employed to mitigate the propensity to share fake news while preserving the larger context” (Weiss et al., 2021, pp. 11–12). Multiple root causes of fake news demand a multidisciplinary approach.

Library materials and information sources collection appear in a secondary place among the strategies to fight fake news. A Philippines study of university students’ susceptibility to disinformation found that the library is the least used fact-checking resource. In contrast, Google is the most used source to verify information accuracy, followed by friends and family members: “internal (e.g., liking a post, sharing a post), external (e.g., seeking the opinion of experts), and technological factors (e.g., fake news exposure) could contribute positively or negatively to fake news susceptibility” (Bringula et al., 2021, p. 12). Different and parted information ecosystems – library vs. social media – might explain these results.

Grounded on the concept of epistemic injustice, a Canadian author considered people as “epistemic beings” (knowers, speakers, listeners, and informants) in contrast with the traditional user approach. Regarding the “operation of power in social relationships inherent in information creation, interactions, use, and dissemination”, “the underlying worldview of the user-centered paradigm (the person as a searcher, creator, or user of information) does not completely situate people socially and culturally at its center”. Reflecting on the example of fake news, which is seen as a form of epistemic injustice, harming the ability to know, traditional information literacy intervention is criticized, as it does not explore conveniently the concepts of cognitive authority and credibility. This would enable a “deeper questioning of why and how we find some people’s accounts, information, and communication more credible than others”. The recognition of social power among the fake news phenomenon may identify and name “its structural underpinnings as racist or misogynist rather than merely untrue or not factual because we can clearly see the epistemic harms inflicted” (Oliphant, 2021, pp. 959–960). Although not explicitly mention-

ing libraries practices, these arguments lay within the LIS field in a critical thinking approach.

Conspiracy theories were observed as one of the most serious attacks to objective truth during the COVID-19 pandemic (Beene & Greer, 2021). In the ethics domain, new demands are ahead of librarians. Researchers from the US and South Africa introduced “an ethical framework based on alethic rights—or rights to truth—as conceived by Italian philosopher Franca D’Agostini”. Although information and media literacy were the most prominent response to fake news, there is a “growing literature questioning the effectiveness of information literacy” (P. Lor et al., 2021, pp. 2, 6). Even on ideological grounds, there is a discussion around the ideas of library neutrality, freedom of access to any information, and hidden censorship, which may ultimately sustain *status quo* power relationships. In librarians’ responsibility informed by social ethics, truth emerges as a very complex concept to deal it. Are librarians able to determine what is truth? The authors point out that “there seems to be a basic assumption that we are entitled to the truth”, but “standard practices based on codes of ethics in LIS are mainly concerned with the right to documents, information, and (sometimes) knowledge—but not necessarily the truth”. More, it is unrealistic to support the right to information when “a great deal of information is potentially untruthful and harmful” (P. Lor et al., 2021, pp. 7–8). To support the value of truth “information hygiene should be inculcated among all citizens from the earliest age. Just as children are taught to brush their teeth daily and wash their hands after visiting the toilet, we should be teaching them not to believe everything they are told, to recognize trustworthy and untrustworthy sources of information, and not to repeat information”. However, “An alethic culture does not decide what truth is to be believed, but inculcates in members of the society a clear awareness of the use of truth to equip them with the means of disentangling what is true from what is dogmatically declared to be true” (P. Lor et al., 2021, pp. 10–11). This implicates a re-conception of librarians’ role regarding social justice through active support of common facts.

Out-of-IL Box

Stepping out of the information literacy box does not imply completely disrupting the connection between the educational mission of libraries and other strategies. Two Canadian researchers proposed to triangulate information literacy education “efforts with automation (*i.e.*,

developing and introducing assistive technologies to automatically detect various ‘fakes’ in the news) and regulation (*i.e.*, governmental restrictions and industry ‘pollution controls’ for news propagation media)” (Delellis & Rubin, 2020). Information literacy is conceptualized as a sociopolitical skill and information should be critically assessed as production of society. It’s no longer a matter of search and retrieval, as individuals are users and consumers, and socially influenced: “the ability to critically assess information has been paramount since commodification of information became a driving force in most economies” (Delellis & Rubin, 2020; see chapter included in Dalkir & Katz, 2020).

Digital libraries are a new arena to implement strategies against fake news. A Turkish study presented the development of an automated fake news detection system to be integrated into libraries’ digital systems: “a mathematical model that is trained using existing news content served by digital libraries, and capable of labelling news content as fake or valid with unprecedented accuracy” (Mertoğlu & Genç, 2020, p. 4). The authors highlight the urgency of collaborative studies between LIS and Computer Science communities, going beyond the traditional information literacy approach, focused on the patrons’ skills development: “the collaboration of LIS professionals, computer scientists, fact-checking organizations, and pioneering technology platforms is the key to provide qualified news within a real-time framework to promote information literacy” (Mertoğlu & Genç, 2020, p. 15). In the technological options available, the use of mobile apps was considered by a US researcher who assessed 12 news-related apps for medical, governmental, and political news, acknowledging the user’s role in evaluating news and the potential of these services to medical libraries (Becker, 2021).

Sharing the same values, public libraries and public service broadcasters were analyzed as “true” information organizations. Beyond professional expertise to assure information reliability, old and new partnerships should be formed to establish a front line against fake news. Focusing on the UK situation, public libraries supported the communities during the COVID-19 pandemic: “When the country went into lockdown, public libraries reacted quickly and users were soon accessing their reading in new ways, as they downloaded free e-Books and magazines to read online”. People expect librarians “to advise users about sources that can be trusted and those that cannot”. Nevertheless, the authors acknowledge the limitations of the programs about information searching skills or the belief that more or better information will be sufficient to tackle misinformation,

claiming that “information professionals need to work with colleagues from other disciplines and professions” (Usherwood & Usherwood, 2021, pp. 294–296). A collaborative strategy is depicted as essential not to engage libraries in the culture wars, but to protect the communities of their consequences.

Also proposing a multi-disciplinary approach, an Italian researcher highlights that the fake news phenomenon can’t be countered by a one solution perspective. Despite librarians traditionally dealing with published information, “ethical commitments make library and information specialists feel involved in the fake news and misinformation debate” (Fontanin, 2021, p. 174). Besides valuable collections and the Open (Access, Science, ...) movement, this engagement is mainly materialized in the contribution of media and information literacy, plus critical thinking skills instruction, thus, an instructional stance. How to maintain the quality of collections, without adopting forms of censorship? How to train patrons on information sources evaluation, disregarding confirmation biases and personal beliefs? These are serious dilemmas, but “no one can beat fake news alone and librarians are no exception; yet, it is definitely their task and ethical commitment to fight it, but not alone”. Therefore, “the commitment to dealing with the problem, to meeting other experts on common ground advocating for information awareness should not be questioned” (Fontanin, 2021, p. 176).

Categorization revisited

Revisiting the categorization grounded in the earlier literature analysis (Revez & Corujo, 2021), the intention is to frame again current research and assess its adaptability (Table 3). In other words, to test if the most recent literature can fit in the previous categories identified and validate the categorization previously produced. This categorization was already used in a Portuguese master dissertation with a successful outcome and only slighter modifications (Carrusca, 2021).

All the main categories intend to represent a principal, but not exclusive, focus: ‘Source evaluation’ represents strategies focused on the information source; ‘Information literacy’ represents strategies focused on individual patrons; ‘Dissemination’ represents strategies focused on library audiences; ‘Out-of-IL-box’ represents strategies that intend to overcome information literacy weaknesses. Literature reviews were excluded from this categorization (e.g., ID 3).

Table 3 - Categorization of library practices against fake news, as evidenced in the literature (adapted from Revez & Corujo, 2021)

Library practices against fake news			ID [Table 2]
Source Evaluation	Checklist approach	CRAAP (Currency, Relevance, Authority, Accuracy, and Purpose)	2; 13
		RADAR (Rationale, Authority, Date, Accuracy, Relevance)	N/A
		IFLA infographic 'How to Spot Fake News'	8; 13
	Other techniques	Lateral reading	2; 17
		IF I APPLY method	N/A
Information Literacy	Library materials	Library guides (including fact-checking resources)	2; 13
	Formal instruction	Classroom or online instruction	4; 7; 8; 12; 13; 14; 15
	Other approaches	Discussion-based approach engaging critical thinking skills	2; 4; 6; 10; 11; 14
Dissemination	Audio-visual	Memes and infographics	N/A
		Audio-visual activities, like YouTube videos	8
	Public events	Panels and partnerships with journalists, or other experts	14
	Social media	Social media campaigns	N/A
Out-of-IL-Box	New and old partnerships	Partnerships with other players such as educators, journalists, media, publishers, scholars, ...	5; 9; 14; 15
	Technological route	Technological solutions to identify false information	1; 10; 16

These findings suggest a prevalence of information literacy formal instruction and other related approaches, mainly concerning the development of critical thinking skills. In this update, there is an increase in the literature referring to out-of-IL-box strategies. In general, these results are aligned with our previous research.

In the weeks after the analyzed retrieval, more publications on this subject have entered the public sphere. One defended the right of people to be misinformed, demanding information professionals to “shift our pedagogical approach to community-focused metaliteracy skills and hope that our students and patrons acquire the necessary skills to make their own informed decisions about the news they consume” (Cooke, 2021, p. 56). Another discussed the relevance of critical information literacy to librarians’ training and the disruption of library neutrality (Jaeger & Taylor, 2021). In the same line of inquiry, a third one argued that the adoption of political information literacy implicates that information professionals should not remain neutral in face of disinformation phenomena, but tackle the cognitive factors which fuel it (Singh & Brinster, 2021). The theme persists and will persist within LIS literature.

DISCUSSION

The studies analyzed confirmed previous findings (Revez & Corujo, 2021) and evidenced the progress and obstacles of libraries’ role in the fight against fake news. First of all, the impact assessment remains generally absent. This undermines the credibility of libraries’ intentions and projects to counteract infodemic (World Health Organization, 2020). Some authors refer to the need for a close partnership with academia to help in the development of tools and methods to assess information literacy strategies against the information disorder scenario (Wardle & Derakhshan, 2017).

For many libraries, the COVID-19 pandemic was a trigger and an alert to the disinformation phenomena. Several institutions opted to include pandemic-related content in their instructional materials, including content regarding fake news. Libraries also acknowledged the need to connect with local health authorities, especially to convey accurate information during the health crisis. Information accuracy was also a major preoccupation of international organizations (World Health Organization, 2021).

The literature evidenced a debate about library neutrality. Libraries are called into action against disinformation and misinformation, but they face a dilemma. Their neutral position is fragile in face of different political positions and the polarization of communities (Zimdars & Mcleod, 2020). Being a connector and assuming a neutral role is becoming more difficult every day. Therefore, a large discussion about information ethics and the value of truth is ongoing (Cooke, 2018).

The limitations of information literacy instruction are depicted in several studies, and there is a general agreement that critical thinking abilities and the awareness of the cognitive factor affecting (dis)information behavior should be considered (Sullivan, 2019a, 2019b). Broad development of information literacy programming is required, including new target audiences, like K-12 students. Some disinformation-related models were presented, which revealed the limitations of considering information literacy instruction as the only solution. More, libraries' information ecosystem is mostly ignored in fact-checking issues.

Information literacy strategies are central in libraries' response to fake news, but other roads are ahead, like automatic devices, fake news detection systems, and fact-checking mobile apps. Libraries' collection of accurate information resources is also essential, but the most important aspect relates to a partnering stance and a collaborative attitude that librarians should assume. Excessive self-confidence in libraries' capacity to tackle the fake news phenomenon could be counterproductive. Engaging with scholars, media experts, health professionals, and other stakeholders, is the only way to perform a relevant role. New solutions need to be explored and old methods need to be reassessed.

CONCLUSION

This article intended to carry out a systematic review of the literature to identify the most recent library practices against fake news. After the data extraction, a final set of 17 documents was analyzed.

The current debate is still around information literacy strategies that intend to reiterate an authority-based source evaluation versus the challenge to recognize an emotional-based reaction to fake news in a post-truth world. The role of libraries is cornered in an instructional framework, while disinformation is pervasive in several information ecosystems. The role of libraries in a Post-truth society is still an open debate, yet there is almost a consensus that libraries should engage in partnerships and be part of a multidisciplinary approach.

Both research questions were positively answered, and the categorization was reused with success. The main limitation of this study concerns information retrieval, as it was adopted the same search expression of previous research, but those search terms could have been expanded to include different information disorder-related concepts. Future research should develop new search strategies and promote diversification of the information retrieval terms.

REFERENCES

- Affelt, A. (2019). All That's Not Fit to Print: Fake News and the Call to Action for Librarians and Information Professionals. Emerald.
- Agarwal, N. K., & Alsaeedi, F. (2021). Creation, dissemination and mitigation: Toward a disinformation behavior framework and model. *Aslib Journal of Information Management*, 73(5), 639–658. <https://doi.org/10.1108/AJIM-01-2021-0034>
- Agosto, D. E. (Ed.). (2018). Information literacy and libraries in the age of fake news. Libraries Unlimited.
- Anstead, N. (2021). What Do We Know and What Should We Do About Fake News? Sage.
- Antunes, M. L., Lopes, C., & Sanches, T. (2021). Como combater as fake news através da literacia da informação? Desafios e estratégias formativas no ensino superior. *BiD*, 46. <https://doi.org/10.1344/BID2020.46.15>
- Bangani, S. (2021). The fake news wave: Academic libraries' battle against misinformation during COVID-19. *Journal of Academic Librarianship*, 47(5). <https://doi.org/10.1016/j.acalib.2021.102390>
- Becker, D. A. (2021). Using Mobile Apps to Combat Fake News. *Journal of Electronic Resources in Medical Libraries*, 18(1), 55–60. <https://doi.org/10.1080/15424065.2021.1887787>
- Beene, S., & Greer, K. (2021). A call to action for librarians: Countering conspiracy theories in the age of QAnon. *The Journal of Academic Librarianship*, 47(1), 102292. <https://doi.org/10.1016/j.acalib.2020.102292>
- Bringula, R. P., Catacutan-Bangit, A. E., Garcia, M. B., Gonzales, J. P. S., & Valderama, A. M. C. (2021). "Who is gullible to political disinformation?": Predicting susceptibility of university students to fake news. *Journal of Information Technology and Politics*. <https://doi.org/10.1080/19331681.2021.1945988>
- Buschman, J. (2019). Good news, bad news, and fake news: Going beyond political literacy to democracy and libraries. *Journal of Documentation*, 75(1), 213–228. <https://doi.org/10.1108/JD-05-2018-0074>
- Carrusca, M. F. C. (2021). *O Combate à desinformação: Qual o papel das Bibliotecas?* [Dissertação de Mestrado]. Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, NOVA IMS Information Management School.
- Cooke, N. A. (2018). Fake news and alternative facts: Information literacy in a post-truth era. ALA Editions.
- Cooke, N. A. (2021). A Right to be Misinformed? Considering Fake News as a Form of Information Poverty. In N. G. Taylor, K. Kettnich, U. Gorham, & P. T. Jaeger (Eds.), *Libraries and the Global Retreat of Democracy: Confronting Polarization, Misinformation, and Suppression* (Vol. 50: 45–60). Emerald Publishing Limited. <https://doi.org/10.1108/S0065-283020210000050002>
- Cosentino, G. (2020). Social Media and the Post-Truth World Order: The Global Dynamics of Disinformation. Palgrave Pivot.
- Dalkir, K., & Katz, R. (Eds.). (2020). Navigating Fake News, Alternative Facts, and Misinformation in a Post-Truth World. Information Science Reference.
- De Paor, S., & Heravi, B. (2020). Information literacy and fake news: How the field of librarianship can help combat the epidemic of fake news. *The Journal of Academic Librarianship*, 46(5), 102218. <https://doi.org/10.1016/j.acalib.2020.102218>

- Delellis, N. S., & Rubin, V. L. (2020). Optimizing Library Services—Voter Fraud, COVID-19 #VaccinesKill, and Social Media Censoring: How Librarians and Educators Can Combat Fake News and Misinformation. *Against the Grain*, 32(6), 55–57. <https://www.charleston-hub.com/2021/02/v326-optimizing-library-services-voter-fraud-covid-19-vaccineskill-and-social-media-censoring-how-librarians-and-educators-can-combat-fake-news-and-misinformation/>
- Egelhofer, J. L., & Lecheler, S. (2019). Fake news as a two-dimensional phenomenon: A framework and research agenda. *Annals of the International Communication Association*, 43(2), 97–116. <https://doi.org/10.1080/23808985.2019.1602782>
- Fallis, D. (2015). What Is Disinformation? *Library Trends*, 63(3), 401–426. <https://doi.org/10.1353/lib.2015.0014>
- Fontanin, M. (2021). On fake news, gatekeepers and LIS professionals: The finger or the moon? *Digital Library Perspectives*, 37(2), 168–178. <https://doi.org/10.1108/DLP-09-2020-0097>
- Fuller, S. (2018). *Post-Truth: Knowledge as a Power Game*. Anthem Press.
- Guo, J., & Huang, J. (2021). Information literacy education during the pandemic: The cases of academic libraries in Chinese top universities. *Journal of Academic Librarianship*, 47(4). <https://doi.org/10.1016/j.acalib.2021.102363>
- IFLA. (2021). *How to Spot Fake News—COVID-19 Edition*. <https://repository.ifla.org/handle/123456789/1289>
- Jaeger, T., & Taylor, N. G. (2021). Raking the Forests: Information Literacy, Political Polarization, Fake News, and the Educational Roles of Librarians. In N. G. Taylor, K. Kettlich, U. Gorham, & P. T. Jaeger (Eds.), *Libraries and the Global Retreat of Democracy: Confronting Polarization, Misinformation, and Suppression* (Vol. 50: 211–224). Emerald Publishing Limited. <https://doi.org/10.1108/S0065-283020210000050009>
- Kitchenham, B. (2004). *Procedures for Performing Systematic Reviews*. Keele University. <http://www.inf.ufsc.br/~aldo.vw/kitchenham.pdf>
- Lim, S. (2020). Academic library guides for tackling fake news: A content analysis. *The Journal of Academic Librarianship*, 46(5), 102195. <https://doi.org/10.1016/j.acalib.2020.102195>
- Lor, P. J. (2018). Democracy, information, and libraries in a time of post-truth discourse. *Library Management*, 39(5), 307–321. <https://doi.org/10.1108/LM-06-2017-0061>
- Lor, P., Wiles, B., & Britz, J. (2021). Re-thinking Information Ethics: Truth, conspiracy theories, and librarians in the Covid-19 era. *Libri*, 71(1), 1–14. <https://doi.org/10.1515/libri-2020-0158>
- McIntyre, L. C. (2018). *Post-truth*. MIT Press.
- Mertoğlu, U., & Genç, B. (2020). Automated fake news detection in the age of digital libraries. *Information Technology and Libraries*, 39(4). <https://doi.org/10.6017/ITAL.V39I4.12483>
- Mignardi, D., & Sturge, J. (2021). Check your bias at the school library door: The power of the school librarian in an evolving information landscape. In *Hope and a Future: Perspectives on the Impact that Librarians and Libraries Have on our World* (pp. 13–22). Emerald. <https://doi.org/10.1108/S0065-283020210000048002>
- Moher, D., Liberati, A., Tetzlaff, J., Altman, D. G., & The PRISMA Group. (2009). Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses: The PRISMA Statement. *PLOS Medicine*, 6(7), e1000097. <https://doi.org/10.1371/journal.pmed.1000097>
- Oliphant, T. (2021). Emerging (information) realities and epistemic injustice. *Journal of the Association for Information Science and Technology*. <https://doi.org/10.1002/asi.24461>
- Page, M. J., McKenzie, J. E., Bossuyt, M., Boutron, I., Hoffmann, T. C., Mulrow, C. D., Shamseer, L., Tetzlaff, J. M., Akl, E. A., Brennan, S. E., Chou, R., Glanville, J.,

- Grimshaw, J. M., Hróbjartsson, A., Lalu, M. M., Li, T., Loder, E. W., Mayo-Wilson, E., McDonald, S., ... Moher, D. (2021). The PRISMA 2020 statement: An updated guideline for reporting systematic reviews. *BMJ*, 372, n71. <https://doi.org/10.1136/bmj.n71>
- Pelemo, G. D., Horsfall, M. N., & Osedo, O. A. (2021). Roles of Librarians in Combating Misinformation on Corona Virus Disease (COVID-19). *Library Philosophy and Practice*, 2021, 1–22. <https://digitalcommons.unl.edu/libphilprac/5539>
- Peters, M. A., Rider, S., Hyvonen, M., & Besley, T. (Eds.). (2018). *Post-Truth, Fake News: Viral Modernity & Higher Education*. Springer.
- Peuler, M., & Coltrain, M. (2020). Flip this house!: Updating and designing an online First Year Seminar module series. *Journal of Library & Information Services in Distance Learning*, 14(3/4), 253–265. <https://doi.org/10.1080/1533290X.2021.1880527>
- Revez, J., & Corujo, L. (2021). Librarians against fake news: A systematic literature review of library practices (Jan. 2018–Sept. 2020). *The Journal of Academic Librarianship*, 47(2), 102304. <https://doi.org/10.1016/j.acalib.2020.102304>
- Singh, R., & Brinster, K. N. (2021). Fighting Fake News: The Cognitive Factors Impeding Political Information Literacy. In N. G. Taylor, K. Kettlich, U. Gorham, & P. T. Jaeger (Eds.), *Libraries and the Global Retreat of Democracy: Confronting Polarization, Misinformation, and Suppression* (Vol. 50: 109–131). Emerald Publishing Limited. <https://doi.org/10.1108/S0065-283020210000050005>
- Søe, S. O. (2021). A unified account of information, misinformation, and disinformation. *Synthese*, 198(6), 5929–5949. <https://doi.org/10.1007/s11229-019-02444-x>
- Sullivan, M. (2019a). Libraries and Fake News: What's the Problem? What's the Plan? *Communications in Information Literacy*, 13(1), 91–113. <https://doi.org/10.15760/comminfolit.2019.13.1.7>
- Sullivan, M. (2019b). Leveraging library trust to combat misinformation on social media. *Library & Information Science Research*, 41(1), 2–10. <https://doi.org/10.1016/j.lisr.2019.02.004>
- Usherwood, B., & Usherwood, M. (2021). Culture wars, libraries and the BBC. *Library Management*, 42(4–5), 291–301. <https://doi.org/10.1108/LM-12-2020-0175>
- Wardle, C., & Derakhshan, H. (2017). *Information Disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policymaking*. Council of Europe,. <https://rm.coe.int/information-disorder-toward-an-interdisciplinary-framework-for-research/168076277c>
- Weiss, A. P., Alwan, A., Garcia, E. P., & Kirakosian, A. T. (2021). Toward a comprehensive model of fake news: A new approach to examine the creation and sharing of false information. *Societies*, 11(3). <https://doi.org/10.3390/soc11030082>
- World Health Organization. (2020). *An ad hoc WHO technical consultation managing the COVID-19 infodemic: Call for action*. World Health Organization. <https://apps.who.int/iris/rest/bitstreams/1302999/retrieve>
- World Health Organization. (2021). *Let's flatten the infodemic curve*. <https://www.who.int/news-room/spotlight/let-s-flatten-the-infodemic-curve>
- Young, J. C., Boyd, B., Yefimova, K., Wedlake, S., Coward, C., & Hapel, R. (2020). The role of libraries in misinformation programming: A research agenda. *Journal of Librarianship and Information Science*. <https://doi.org/10.1177/0961000620966650>
- Zimdars, M., & McLeod, K. (Eds.). (2020). *Fake News: Understanding Media and Misinformation in the Digital Age*. MIT Press.

O Arquivo Invertido: Limiares, Autenticidade e *Demos* (povo)

The Inverted Archive: Thresholds, Authenticity and the *Demos*

JAMES LOWRY

Queens College, City University of New York

james.lowry@qc.cuny.edu

ORCID: 0000-0001-9970-3846

RESUMO

Este artigo defende que o conceito de *archii limes* (limiar arquivístico) do *jus archivi*, em que o registo de documentos por um arquivo serve para autenticar esses documentos, se inverte no contexto dos dados abertos governamentais e das tecnologias cívicas. Estas tecnologias geram uma expectativa de transparência que inverte a função do limiar arquivístico. Somente com a difusão dos dados a partir dos arquivos para o espaço público é que se pode verificar a autenticidade. Na era das informações falsas e dos denominados factos alternativos, esta dinâmica revela-se problemática e suscita questões sobre a participação nos sistemas de informação estatais.

PALAVRAS-CHAVE: Autenticidade; tecnologias cívicas; crise das instituições; dados abertos governamentais; arquivos participativos.

ABSTRACT

This paper argues that the *jus archivi* concept of the “archival threshold”, in which receipt of records by an authoritative archive serves to authenticate those records, is inverted in the era of open government data and civic technologies. These technologies of witnessing create an expectation of

transparency that reverses the function of the threshold; it is only through the transmission of data out of archives and into public space that authenticity can be judged. In a time of ‘fake news’ and so called ‘alternative facts’, this dynamic is problematic and raises questions about participation in state information systems.

KEYWORDS: Authenticity; civic technology; crisis of the institutions; open government data; participatory archives.

Introdução¹

Quando Kellyanne Conway, conselheira do Presidente dos EUA, Donald Trump, usou o termo “factos alternativos” para defender as mentiras do Secretário de Estado de Imprensa da Casa Branca sobre o número de presenças na tomada de posse de Trump, ela inventou uma frase que descreve uma importante tática do regime de Trump (Blake, 2017). A afirmação de falsidades comprovadas como factos – a criação de “fake news”, como a invenção de Conway do massacre de Bowling Green – é uma característica da chamada política pós-verdade² em que a desinformação alimenta a ansiedade e desvia o descontentamento (Schmidt & Beyer, 2017). Neste contexto, a autenticidade informativa é politicamente muito importante. Isto é evidente na atenção que a Agência de Projetos de Investigação Avançada de Defesa dos EUA (DARPA) está a direcionar para a deteção de falsificações em imagens digitais. Em 18 de abril de 2018, a NBC News publicou um artigo sobre as experiências da DARPA na deteção de notícias falsas (Barrett & Kent, 2018), reportando um projeto de técnica forense mediático chamado MediFor que desenvolveu uma ferramenta para “identificar onde as estatísticas de uma imagem, chamada supressão de um JPEG [N.T.: JPEG Dimple], diferem do resto da foto”; uma espécie de diplomática ao nível do bit (Barrett & Kent, 2018). Outra ferramenta da DARPA examina vídeos e “deteta os níveis de luz e a direção do foco de luz, usando setas para apontar as diferenças e provar que os vídeos originais foram gravados em momentos diferentes. O indicador fica vermelho, marcando literalmente uma bandeira vermelha quando o conteúdo é suspeito” (Barrett & Kent, 2018). Embora

¹ Agradeço a Heather MacNeil e Jeannette Bastian pelos seus comentários sobre este ensaio.

² “... um pássaro é um pássaro / escravidão significa escravidão / uma faca é uma faca / morte permanece a morte” - Z Herbert, *Mr. Cognito and the Imagination*, citado por Baranczak (1987, p. 43).

se esperem que novas ferramentas estejam numa fase final em 2020, elas baseiam-se em séculos de estudos sobre a autenticidade na informação.

A autenticidade na informação tem sido, desde há muito, uma preocupação central para os arquivistas. A professora Luciana Duranti escreveu sobre o poder de autenticação dos arquivos:

Algures entre o exterior e o interior do edifício de arquivo... os documentos devem revelar-se como evidência e memória, antes de serem incorporados no edifício como testemunho de ações passadas. Deve ser um espaço, um espaço em/entre, onde isso acontece, um espaço restringido por dois limites, um que faz fronteira com os documentos e o outro que confina com a evidência: o *archii limes* ou o "limiar de arquivo" (Duranti, 1996, pp. 243–244).

Este conceito de limiar de arquivo como delimitação entre documento e evidência está enraizado numa teoria jurídica do século XVII – o *jus archivi* ou a lei dos arquivos – que pressupõe a confiança nas instituições e funcionários públicos (Duranti, 1996). Quer estejamos ou não a viver numa sociedade "pós-verdade", desde as grandes mudanças sociais dos anos sessenta, estamos, sem dúvida, a viver numa sociedade "pós-confiança". Não é só nos desenvolvimentos políticos que encontramos provas do recente descontentamento para com as instituições e funcionários públicos, mas também nos mecanismos técnicos e infraestruturais que têm vindo a ser desenhados pelas comunidades, indústrias e outras redes para contornar os lugares e posições em que a confiança pública residia habitualmente. Este ensaio argumentará que estes mecanismos, assim como as tecnologias cívicas e os dados do governo aberto, marcam uma inversão do limiar de arquivo, onde a autenticação não é conseguida através da transmissão para o arquivo, mas sim da sua transmissão para fora dele, na publicitação.

Pretendo refletir sobre a obra de Gilles Deleuze e considerar esta mudança de modo de trabalhar no contexto do seu conceito de "crise das instituições", que ele viu como parte de uma mudança para uma sociedade de controlo. O significado da crise das instituições para os arquivos tem sido pouco explorado na teoria arquivística, particularmente os novos mecanismos participativos de dominação antecipados por Deleuze: "Muitos jovens gabam-se estranhamente de estar "motivados"; solicitam repetidamente aprendizagem e formação permanente. Cabe-lhes descobrir o que estão a ser tornados para servir, tal como os mais velhos descobriram, não sem dificuldade, o *telos* das disciplinas" (Deleuze, 1992, p. 7).

Para começar, descreverei as relações que vejo entre documentos, dados, informatização e a crise das instituições, desenvolvimentos técnicos e políticos que coincidiram na criação das condições prévias para a tecnologia cívica e os dados do governo aberto, que, tal como as tecnologias de registo distribuído, marcam uma mudança no pensamento sobre a autenticidade informacional. Vou rever a reintrodução do conceito do limiar de arquivo na teoria arquivística em resposta ao pós-custodialismo, antes de argumentar que, embora tais limiares existam, eles funcionam de forma diferente de como foram articulados: os arquivos não são recintos compartimentados de autenticidade; o limiar funciona agora de maneira inversa. O trabalho termina com questões sobre o envolvimento crítico com os sistemas de informação governamentais que exigem a nossa participação, tais como os arquivos estatais e outras tecnologias cívicas.

Os objetos que cruzam o limiar: informação de arquivo e dados na crise das instituições

No início da década de 1990, Deleuze observou uma “crise generalizada em relação a todos os ambientes de recinto compartimentado [N.T.: *enclosures*] – prisões, hospitais, fábricas, escolas, família” e declarou que estas instituições “estão acabadas” (Deleuze, 1992, p. 4). À medida que morrem, afirmou, está a estabelecer-se uma sociedade de controlo. Para Deleuze, a crise das instituições é a “instalação progressiva e dispersa de um novo sistema de dominação” (Deleuze, 1992, p. 7). Este novo sistema representa uma sociedade marcadamente diferente da sociedade de disciplina em declínio definida por Michel Foucault, com a utilização de instituições para confinar e governar os sujeitos (Foucault, 1995). Em vez de passar da escola para o quartel ou para a fábrica, como acontece na sociedade da disciplina, na sociedade de controlo, o sujeito encontra-se num estado de controlo contínuo; como prova, Deleuze ratifica o presságio de Felix Guattari da cidade inteligente, uma correlação bem estabelecida em estudos críticos de planeamento e desenho urbano (Krivý, 2018). No seu estudo sobre a gestão do controlo no contexto do modelo de Deleuze, Daniel Martinez identifica três características do ambiente de controlo:

- (1) Os indivíduos não passam necessariamente de um sistema confinado de controlo para outro, mas estes são interligados e contínuos;
- (2) uma ênfase nas tecnologias da comunicação e da informação

que facilitam a monitorização instantânea e contínua dos indivíduos em todo o ambiente aberto; e (3) os indivíduos são digitalizados e agregados em grandes e múltiplos bancos de informação. (Martinez, 2011, p. 201)

Para Deleuze, estes foram os primeiros sinais de uma grande mudança social. Cada um deles diz respeito, de alguma forma, à informação e ao seu movimento. A subsequente teorização da sociedade de controlo enriqueceu áreas como a ciência política, estudos sobre vigilância e estudos críticos de dados, mas em grande medida passou ao lado dos estudos arquivísticos, apesar do envolvimento contínuo da nossa área disciplinar com a teoria crítica, as questões acerca dos dados e da datificação, e os contextos sociais mais amplos do controlo da informação (Bogard, 2006; Deseriis, 2011; Love, 2013). A sociedade de controlo opera através de dados, documentos e arquivos e tem implicações para a teoria e prática arquivísticas.

A norma internacional de gestão documental ISO 15489 reconhece que alguns documentos de arquivo são melhores do que outros; fala de “documentos de autoridade” que têm determinados atributos. Isto alinha-se com o pensamento do *records continuum* que se desenvolveu, em primeiro lugar e principalmente na Austrália, desde a década de 1990, segundo o qual os documentos de arquivo estão em movimento, são recontextualizados ou coexistem em inúmeros contextos simultâneos e podem evoluir e converter-se em outras entidades, como elementos ou conjuntos de dados (McKemish et al., 2010, pp. 4447–4448). De acordo com Geoffrey Yeo, os documentos de arquivo podem ter certas possibilidades, tais como informação ou evidência, e estas possibilidades podem ou não ser partilhadas com dados (Yeo, 2018). Uma visão sobre os documentos de arquivo sustenta que os documentos de arquivo são dados contextualizados (têm metainformação) e, nesta perspetiva, os documentos de arquivo e os dados existem nas mesmas escalas ou mesmos eixos informacionais ou probatórios. Os dados podem ser acumulados em documentos de arquivo, e os documentos de arquivo podem decompôr-se em dados. E em cada ocasião, podem surgir discrepâncias, e afastarem-se cada vez mais das escalas ou eixos informacionais ou probatórios. Uma vez que são ontologicamente distintos, as suas possibilidades não são necessariamente coextensivas, mas as ponderações destas possibilidades são altamente contingentes e particulares às circunstâncias e atributos de cada documento de arquivo ou dado, como concluíram os investigadores do projeto InterPARES ao tentar definir controlos procedimentais para determinar e preservar a fiabilidade dos

documentos de arquivo³. Como a académica dos estudos arquivísticos Heather MacNeil observou, “... devemos reconhecer que os métodos de ponderação da fiabilidade e da autenticidade, bem como as generalizações em que são construídos, não são verdades essenciais ou transcendentais, mas antes construtos humanos que foram moldados num contexto histórico e cultural específico” (MacNeil, 2001, p. 46).

Os dados e os documentos de arquivo são tipicamente digitais em muitas sociedades, em consequência da revolução do microprocessamento das décadas de 1970 e 1980. O computador como máquina de processamento de dados e de produção de documentos de arquivo é importante no contexto da crise das instituições, uma vez que cada sociedade, na tipologia foucaultiana-deleuziana das sociedades tem, segundo Deleuze, o seu próprio tipo de maquinaria. Deleuze observou que “os tipos de máquinas são facilmente compatíveis com cada tipo de sociedade – não que as máquinas sejam determinantes, mas porque expressam essas formas sociais capazes de as gerar e de as utilizar” (Deleuze, 1992, p. 6). As sociedades de controlo operam com computadores, de acordo com Deleuze. Estas máquinas permitem a datificação de espaços e sujeitos que o controlo requer, permitindo que este seja “contínuo e sem limite” (Deleuze, 1992, p. 6).

Tecnologias para Testemunhar: Tecnologias Cívicas e Dados Governamentais Abertos

Foi por via das máquinas da sociedade de controlo que foi lançado um novo sistema financeiro sob a forma de *bitcoin*, a primeira criptomoeda descentralizada. Embora as bases intelectuais das criptomoedas se tenham desenvolvido desde o início da década de 1980, e as primeiras instanciações de criptomoeda se tenham seguido logo após a publicação do *Postscript on the Society of Control* na década de 1990, foi em 2009 – coincidentemente apenas um ano após a crise financeira global que erodiu ainda mais a confiança pública nas instituições – que a tecnologia de registo distribuído [N.T.: *distributed ledger technology*] entrou em jogo. Aqui estava um sistema monetário sem controlo centralizado e sem armazenamento centralizado. De acordo com o Conselheiro Científico Chefe do Governo do Reino Unido, um registo distribuído é um “tipo de base de dados que se estende por

³ InterPARES é uma iniciativa internacional de investigação que explora as questões em torno da fiabilidade nos registos digitais. Ver: <http://www.interpares.org> [acedido a 18 de março de 2020]

vários sítios, países ou instituições, e é tipicamente público” (UK Government Chief Scientific Adviser, 2016). Igualmente importante, os registos “só podem ser adicionados quando os participantes atingem um quórum” (UK Government Chief Scientific Adviser, 2016). As transações neste sistema requerem a autenticação por “mineradores”, que servem essencialmente como testemunhas. A importância das testemunhas nas transações é evidente ao longo da história do comércio, da governação e do direito, como MacNeil mostrou na sua discussão sobre regras ponderar factos em julgamentos em Inglaterra nos séculos XII e XIII. MacNeil notou que os “jurados eram homens da vizinhança e assumia-se que eles conheceriam os factos e incorporariam os seus próprios conhecimentos no seu veredicto” (MacNeil, 2000b, p. 7). Ela também descreve testemunhos na *livery of seisin*, a cerimónia usada para efetuar vendas ou doações de terrenos. Quando os contratos escritos vieram substituir os testemunhos como prova da ocorrência da *livery*, esses contratos continuaram a registar os nomes das testemunhas (Clanchy, 2012). Mesmo quando tais registos eram *post-hoc*, fictícias ou fraudulentas, a figura da testemunha aparecia com grande influência no sistema para validar as transações. Através da tecnologia de registo distribuído, a testemunha regressa ao centro de um sistema de intercâmbio que requer o reconhecimento comunitário das transações, e com controlos mais robustos sobre a produção de documentos de arquivo.

Os dados de governo aberto estão a concretizar a mesma difusão do poder de autenticação na esfera cívica, tal como a *bitcoin* está a fazer na esfera comercial, devolvendo a transação à publicitação e à autoridade do *demos* (povo).

Tal como houve uma crise financeira global, tem havido uma crise global na governação, manifestando-se na ascensão quase global da Direita, com campanhas que favorecem ideais nacionalistas e xenófobos, e o regresso das tensões internacionais remanescentes da Guerra Fria. Nestes desenvolvimentos, as dinâmicas geopolíticas têm sido complicadas pelo uso malicioso de informação em rede, e a desinformação tem sido uma tática importante em fenómenos como a presidência de Trump e o resultado do referendo do Brexit (Wood et al., 2019). E mais uma vez, o computador, a máquina da sociedade de controlo, tem sido usado para facilitar novas relações, mais servis, entre atores, desta vez através da tecnologia cívica e dados do governo aberto.

Os dados abertos são quaisquer dados que estejam em conformidade com a *Open Definition*: “Aberto significa que qualquer pessoa pode aceder, utilizar, modificar e partilhar livremente, para qualquer finalidade (sujeito,

no máximo, a requisitos que preservem a proveniência e a abertura)” (Open Knowledge Foundation, 2022). Os dados abertos governamentais são informações do sector público que foram tornados abertos, no sentido da *Open Definition*. A história do movimento de dados abertos ainda não foi escrita, mas as suas raízes estão enredadas num complexo de movimentos culturais e políticos de recuo e avanço entre o sigilo e a abertura do sector público. O movimento de dados abertos também coincide com mudanças sociais mais amplas para a abertura, que floresceram após os sistemas de informação em rede criarem expectativas de acesso conveniente, quase imediato à informação, e as redes sociais transformarem os utilizadores da tecnologia em produtores de conteúdos. Estes movimentos incluem o surgimento da tecnologia cívica, o crescente uso de plataformas em linha para concretizar as aspirações da agenda de acesso aberto e a elaboração do licenciamento aberto, o desenvolvimento de software de código aberto e experiências na elaboração de políticas abertas. Escrevendo em 2014, Rob Kitchin afirmou que o movimento de dados abertos “tem vindo a desenvolver-se há algumas décadas, em conjunto com, mas em grande parte em separado, do movimento direito à informação (*Right to Information*, ou RTI) ... e os movimentos de código-fonte aberto e de ciência aberta...”. Para Kitchin, um momento decisivo no movimento de dados abertos britânicos foi a campanha *Free Our Data* do jornal *Guardian* (2020), iniciada em 2006 com o artigo de Charles Arthur e Michael Cross, *Give us Back our Crown Jewels*, em que argumentaram que: “Os nossos impostos financiam a recolha de dados públicos - mas pagamos novamente para lhes aceder. Disponibilizem livremente os dados para estimular a inovação” (Arthur & Cross, 2006).

A nível internacional, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico incentivou a abertura de dados em 2008 e no ano seguinte o governo dos EUA lançou o seu portal aberto de dados, *data.gov* (Kitchin, 2014, p. 49). Tem havido uma explosão de plataformas semelhantes desde 2010, e foi nesse ano que o governo do Reino Unido lançou o *data.gov.uk* (Government Digital Service, 2022). Kitchin sugere que o rápido desenvolvimento de dados de governo aberto

... tem sido facilitado por influentes grupos de pressão internacionais e nacionais, como a *Open Knowledge Foundation* e a *Sunlight Foundation*, acompanhados pelo *lobbying* de grupos e empresas da indústria da economia do conhecimento, bem como altos funcionários públicos convencidos pelos argumentos utilizados, e

dezenas de grupos locais que procuram explorar os dados municipais (Kitchin, 2014, p. 49).

O papel do terceiro sector tem sido significativo na promoção e utilização de dados abertos no Reino Unido, mas, como nota Robertson, os sucessivos governos do Reino Unido têm sido mais liberais na questão do acesso à informação, e o entusiasmo do governo de Cameron pelos dados abertos foi fundamental no predomínio dos dados na vida cívica britânica. Talvez um dos maiores estímulos ao crescimento do movimento de dados abertos, a nível internacional e no Reino Unido, tenha sido a criação da Parceria do Governo Aberto (*Open Government Partnership*, ou OGP) em 2011, quando oito governos nacionais assinaram a Declaração do Governo Aberto (*Open Government Declaration*, ou OGD), comprometendo-se a “Aumentar a disponibilidade da informação sobre as atividades governamentais... Apoiar a participação cívica... Implementar os mais elevados padrões de integridade profissional em todas as nossas administrações [e]... Aumentar o acesso às novas tecnologias para abertura e prestação de contas...” (“Open Government Declaration,” 2022). Em março de 2020, a adesão ao OGP é de 78 governos nacionais e 20 governos subnacionais (Open Government Partnership, 2022a). Para aderir ao OGP, os governos são obrigados a assinar a OGD, publicar um plano de ação nacional (N.T. *national action plan*, ou NAP) que estabeleça compromissos mensuráveis e concordem com relatórios independentes sobre os progressos na concretização dos seus compromissos (Open Government Partnership, 2022b).

A Declaração do Governo Aberto caracteriza a abertura no que se refere ao aumento da disponibilidade de informação sobre as atividades governamentais, ao apoio à participação cívica, à promoção da integridade profissional e ao aumento do acesso a “novas tecnologias de abertura e prestação de contas” (“Open Government Declaration,” 2022). Em 2012, Tim Berners-Lee e Nigel Shadbolt criaram o *Open Data Institute* (ODI) em Londres, “como um centro líder mundial para inovar, explorar e pesquisar as oportunidades para o Reino Unido criadas pela política de Dados Abertos do Governo” (Open Data Institute, n.d.). O ODI rapidamente se tornou um centro de OGP e atividade de dados abertos, servindo como base para o trabalho em inovação em políticas, tecnologia, investigação e negócios. Tornou-se o ponto de encontro da rede da sociedade civil OGP do Reino Unido, ao elaborar propostas para os compromissos do NAP, como um exemplo de elaboração de políticas participativas. A rede da sociedade civil é um grupo de ONGs e indivíduos preocupados com uma série de questões,

desde a transparência em determinados domínios (indústrias extrativas, cuidados de saúde, etc.) até questões de cruzamento como a Liberdade de Informação (*Campaign for Freedom of Information*, ou CFI), privacidade (*Privacy International*) e gestão de documentos de arquivo (*International Records Management Trust*) (UK Open Government Network, 2022).

A abertura de dados governamentais através do OGP tem alimentado o aumento da utilização e o desenvolvimento das tecnologias cívicas. Estes recursos recolhem os dados do governo e apresentam-nos aos utilizadores de forma visual ou interativa para efeitos de mudança social. Definida de maneira abrangente, a tecnologia cívica é a tecnologia que se cruza com a vida pública, permitindo o compromisso ou participação do público com o governo para uma variedade de propósitos, desde tornar o governo mais transparente e responsabilizável, até melhorar as comunidades cívicas e influenciar as decisões políticas. A Fundação Knight identificou duas vertentes específicas da tecnologia cívica: governo aberto e ação comunitária. A partir daqui, a tecnologia cívica pode ser ainda dividida em onze fluxos: acesso a dados e transparência; utilidade de dados; tomada de decisão pública; *feedback* residente; visualização e mapeamento; votação; *crowdfunding* cívico; organização comunitária; *crowdsourcing* de informações; fóruns de bairro; intercâmbio entre pares (Knight Foundation, 2018). A tecnologia cívica pode, portanto, ser incorporada através de uma variedade de iniciativas: uma aplicação que permite aos residentes partilhar bens e competências e um sítio web que permita o *feedback* dos residentes sobre questões ambientais formuladas pelo governo local são ambos exemplos de tecnologia cívica. No entanto, todas estas tecnologias têm em comum um primeiro plano do utilizador-cidadão, com foco no seu empoderamento e envolvimento dentro da comunidade, e no processo político, através de meios tecnológicos. Exemplos populares no Reino Unido incluem o *Fix My Street*, que permite que os residentes reportem às autoridades locais problemas na sua área, tais como estradas danificadas, luzes de rua defeituosas ou *graffiti* (MySociety, 2020a). Isto acontece “em público” em linha e as respostas também são documentadas publicamente: é testemunhada ou, pelo menos, capaz de ser testemunhada. Outro exemplo é o *Work For You*, que agrega dados sobre os deputados do Parlamento para que os eleitores possam ver os seus registos de presença, os registos de votação, os contributos para as comissões e assim por diante, tornando as ações dos deputados mais facilmente visíveis, anteriormente descritas em registos e conjuntos de dados desagregados, sucessões de processos e tecnologias analógicas (MySociety, 2020b).

Pede-se aos utilizadores de tecnologias cívicas e de dados governamentais abertos dos quais dependem, que confiem na funcionalidade das tecnologias e na qualidade dos conjuntos de dados, mas estes não existem sem problemas. Numa publicação do *Guardian* que reflete sobre o primeiro ano do *Open Data Institute*, o seu co-fundador Nigel Shadbolt observou que os “dados divulgados até agora mostram a falta de consistência e de reutilização que existe neste momento” (Shadbolt, 2011). Muitas das organizações não governamentais que reutilizam a informação do sector público divulgada através de portais de dados abertos necessitam de analistas de dados para examinarem e corrigirem ou solucionem problemas dos conjuntos de dados, que vão desde falhas de recolha de dados e práticas de agregação a problemas de formatação e integridade dos ficheiros (Lowry, 2014). Como David Ribes e Steven Jackson diziam, “... o trabalho de sustentar repositórios maciços revela apenas um pequeno fragmento da longa cadeia de ação coordenada que se estende diretamente a uma multiplicidade de sítios e operações locais através dos quais os dados na sua forma “crua” são minerados, cunhados e produzidos” (Gitelman et al., 2013). Não obstante estes complexos processos de curadoria que produzem “dados crus”, no início do entusiasmo pelos dados de governo aberto, a ideia era que os dados fossem lançados o mais rapidamente possível, para que os jornalistas, analistas e utilizadores de dados pudessem interrogá-los, aumentá-los e corrigi-los (Lowry, 2014). A participação do cidadão ou utilizador na curadoria de dados fazia, portanto, parte do modelo de dados abertos desde os primeiros tempos. A participação é também integrada no desenho de muitas tecnologias cívicas, na qual permitem que os utilizadores reportem problemas, adicionem dados, contribuam com imagens, etc. Através de tecnologias cívicas, o *demos* (povo) fornece dados para o agregado público de informação. Através destas tecnologias, a participação cívica é aumentada e a autenticação é feita através das intervenções de curadoria de analistas, jornalistas e utilizadores de dados. Trata-se de uma mudança social para a publicitação e participação.

O Limiar Arquivístico, Recintos Compartimentados e Soberania

Deleuze anunciou a crise das instituições no início dos anos 1990. Ao mesmo tempo, os arquivistas estavam a lidar com os produtos da máquina da sociedade de controlo: os documentos de arquivo digitais, então chamados de documentos de arquivo eletrónicos. À medida que os computadores

iam sendo crescentemente introduzidos no trabalho de escritório e no uso pessoal, os documentos de arquivo digitais eram produzidos e precisavam de ser capturados, geridos e preservados para desempenhar as funções tradicionais dos documentos de arquivo – evidência para tomada de decisão, prestação de contas, escrita da História, etc. A introdução destas novas tecnologias na produção de documentos de arquivo levou alguns teóricos da arquivística a re-imaginar a gestão documental como uma atividade descentralizada. Em vez de colocar os documentos na custódia dos arquivos, talvez os registos de informação de arquivo digital pudessem ficar nos locais da sua produção e serem geridos ou auditados remotamente. Esta ideia é conhecida como pós-custodialismo, e levaria à reintrodução do conceito do limiar de arquivo na teoria arquivística. Embora Greg O'Shea e David Roberts sugiram que a primeira aparição do conceito pós-custodial foi no discurso de Elio Califano de 1964 para o Conselho Internacional de Arquivos reunido em Bruxelas, ou mesmo os “pensamentos de Ian Maclean na Austrália na década de 1950” (Roberts & O, 2022, p. 294), o discurso de F. Gerald Ham em 1980 à Sociedade dos Arquivistas Americanos é amplamente reconhecido como a primeira articulação significativa de um paradigma arquivístico pós-custodial (Cunningham, 2017).

Adrian Cunningham forneceu uma visão geral da trajetória pós-custodial no discurso arquivístico. Começando pelo discurso de Ham, Cunningham descreve a evolução, confusão e a última realização do “pós-custodial” na gestão documental (2017, p. 173). Ele mostra como a ideia de Ham sobre o pós-custodial exigiu novas estratégias de gestão documental, para além da custódia, antes do artigo de David Bearman de 1991, *An Indefensible Bastion* ter argumentado que a custódia era, de facto, desnecessária. Cunningham nota que, como resultado do trabalho de Bearman, o “pós-custodial” tornou-se fatalmente confundido com o “não-custodial” na mente de muitos observadores e participantes no discurso (Cunningham, 2017). Em 1994, publicou-se *Somewhere Beyond Custody*, de Frank Upward e Sue McKemmish, que reviu as contribuições australianas para o paradigma pós-custodial emergente. Upward e McKemmish notaram uma viragem para a documentação de funções e atividades, em vez de documentos de arquivo e, mais importante para o meu argumento, “a instituição arquivística como o centro ou nodo numa rede...” (1994, p. 146). Em 1996, uma edição da revista da Sociedade Australiana de Arquivistas, *Archives and Manuscripts*, apresentava uma série de artigos que seriam significativos para o debate custodial. Nessa edição, O'Shea e Roberts alinharam o pós-custodial com o pensamento do *records continuum* e

Terry Eastwood opôs-se à afirmação de Bearman de que os arquivos eram um “bastião indefensável” perguntando, e respondendo negativamente: “*Should Creating Agencies Keep Electronic Records Indefinitely?*” (Devem as entidades produtoras manter informação de arquivo eletrónica indefinidamente?). Eastwood considera que Bearman “errou em *toda* a linha” (Eastwood, 1996). Isto dá uma perceção do investimento nestes debates, disputas demasiado complicadas para destrinçar neste capítulo, sobretudo devido à variedade de pontos de vista encontrados entre os campos firmemente tradicionais e os pós-custodiais. Em vez disso, o debate é aqui citado porque foi o catalisador para a reintrodução do conceito do limiar de arquivo na teoria arquivística atual.

Luciana Duranti parece ter liderado a o ataque contra as propostas de Bearman e, numa rejeição do pensamento pós-custodial, Duranti invocou a ideia de um “limiar de arquivo”, que divide o lugar da produção de um documento do da sua preservação (Cunningham, 2017, p. 178). Argumentando que os arquivos têm sido, desde tempos antigos, lugares que oferecem uma garantia da autenticidade dos documentos de arquivo, escreveu sobre um espaço entre o espaço, os *archii limes*, sobre os quais os documentos passam a ser prova (Duranti, 1996, pp. 243–244). Para Duranti, este limiar de arquivo é o “espaço onde o oficial da autoridade pública toma conta dos documentos, identifica-os pela sua proveniência e classe, associa-os intelectualmente àqueles que pertencem à mesma agregação, e reencaminha-os para o espaço interior” e através destas atividades, autentica os documentos de arquivo (1996, pp. 243–244).

“No limiar do arquivo, e além dele, ocorreu a função de autenticação”: Duranti ecoava o *jus archivi*, um corpo de escritos que surgiu na Alemanha no século XVII que empregava a noção romana de *fides publica* (fé pública) para definir os arquivos públicos como repositórios confiáveis (Duranti, 1996, pp. 243–244). De acordo com os teóricos do *jus archivi*, os repositórios públicos que cumpriam determinados critérios poderiam presumir-se a alojar documentos de arquivo autênticos. Duranti elabora a ideia do limiar em referência ao teórico do *jus archivi* Ahasver Fritsch:

... em 1664, [ele] comentou que os documentos de arquivo não adquiriram autenticidade pelo simples facto de atravessar o limiar de arquivo, mas pelo facto de 1) o lugar a que estavam destinados pertencia a uma autoridade soberana pública, ao contrário dos seus agentes ou delegados, que 2) o oficial que os encaminhava para tal local era um funcionário público, que 3) os documentos eram colo-

cados tanto fisicamente (*i.e.* , por localização) e intelectualmente (isto é, por descrição) entre documentos autênticos, e que 4) esta associação não deveria ser quebrada (Duranti, 1996, p. 244).

O *jus archivi* privilegiava o papel da instituição de custódia na autenticação sobre a importância da adesão dos documentos a tipos documentais estabelecidos, como no sistema alternativo de autenticação conhecido como diplomática. As ponderações eram realizadas à instituição de arquivo e não aos próprios documentos. O pensamento de *jus archivi* está, então, indissociavelmente ligado à fé pública nas instituições. A sua análise forense preocupa-se com os arquivos como lugares soberanos, em vez de com os arquivos como objetos integrais. MacNeil escreveu que, como um “guardião confiável dos documentos de arquivo, as antigas instituições de arquivo sustentavam e davam credibilidade às relações contratuais entre cidadãos” (2000a, p. 71). Hoje em dia, o estatuto dos arquivos como um guardião de confiança não pode ser dado como garantido, e a fé pública nas instituições públicas já não pode ser presumida⁴. O pensamento de *jus archivi* a partir do qual surgiu a

⁴ A atual falta de confiança no arquivo institucional ou soberano é demonstrada de forma muito clara nos protestos contra uma recente exposição de cópias adulteradas de documentos de arquivo pelo *National Archives and Records Administration* dos EUA (NARA). O NARA esbateu o texto que considerou ofensivo em imagens exibidas relativas a uma Marcha das Mulheres de 2017, suscitando críticas por “higienização” da história. Além de minar, ou minar ainda mais, a confiança nos arquivos “soberanos”, este incidente também esclarece um desenvolvimento no pensamento pós-custodial que Jeannette Bastian (2021) chamou de “pós custodialismo participativo”. Algumas das críticas da NARA fizeram notar que tinham adulterado cópias de documentos, em vez dos próprios documentos, embora a NARA o tenha indicado no seu pedido de desculpas. Na prática arquivística atual, o “pos-custodialismo” pode referir-se a um tipo de prática de produzir, manter e publicar substitutos digitais de documentos, de modo a que os proprietários da informação de arquivo (indivíduos ou comunidades) mantenham a custódia do original, e vários níveis de controlo sobre o substituto. Esta mudança na utilização do termo é um desenvolvimento importante porque, uma vez que a distinção entre originais e cópias era significativa e importante para as anteriores gerações de arquivistas (talvez particularmente nas tradições europeias), incluindo os que fizeram parte dos debates pós-custodiais dos anos 90, grande parte da oposição ao pós-custodialismo foi informada por esta compreensão da originalidade como altamente importante. Muitos desses arquivistas nem sequer reconheceriam os substitutos digitais nos arquivos pós-custodiais de hoje como documentos de arquivo, mas como produtos de projetos de humanidades digitais. Isto diz respeito tanto à natureza do arquivo como lugar e à qualidade probatória documentos de arquivo e das suas cópias. Por sua vez, os arquivistas pós-custodiais da atualidade - muitos dos quais são “nativos digitais” que sempre souberam o que tinha de ser descoberto pelo trabalho do InterPARES e em outros estudos iniciais sobre documentos arquivo digitais, nomeadamente, que a distinção entre o original nado-digital e as suas cópias se aproxima da insignificância – estes arquivistas, particularmente os provenientes de contextos de recolha e coleção onde o pensamento legalista sobre a “melhor evidência” é menos proeminente, podem não considerar a distinção entre originais e cópias particularmente importante, para além da capacidade do processo de duplicação para capacitar e proteger os proprietários dos documentos. Depois de Ham e Bearman, esta é mais uma etapa do pensamento pós-custodial, em que a distância entre o original e a cópia é reduzida: muito pouco notada nas queixas contra a exposição do NARA.

ideia de limiar já não é aplicável – não é há décadas – e, como se exemplifica com os dados do governo aberto, existe, pelo contrário, uma expectativa mais generalizada de que a informação divulgada pelas instituições públicas possa ser parcial, errónea ou de outra forma problemática. Para além disso, nos registos distribuídos, a custódia é democratizada e a informação autenticada não é necessariamente encerrada em instituições soberanas.

No entanto, os limiares de arquivo persistem. Nas burocracias anteriores à informatização, os documentos de arquivo eram transmitidos dos produtores para cartórios ou centros de documentação, de organismos públicos para arquivos estatais. Após a informatização, os registos são muitas vezes ainda demarcados como documentos de arquivo num determinado momento, e ainda transmitidos aos repositórios digitais dos arquivos estatais. O limiar existe, se não como um lugar físico, pelo menos como um momento. Em vez de existir na porta de uma instituição, o limiar de arquivo pode ser encontrado em numerosos locais ou momentos dentro de escritórios, sistemas ou redes. Por exemplo, a 8 de junho de 2015, a Fundação Thomson Reuters informou sobre uma nova aplicação móvel que “permite que civis em países devastados por conflitos capturassem e partilhassem imagens verificáveis de crimes de guerra”. Relataram:

As imagens de telemóvel sobre abusos dos direitos humanos, partilhadas principalmente nas redes sociais nos últimos anos, são muitas vezes falsas, impossíveis de verificar ou falta-lhes a informação necessária para serem usadas como prova em tribunal, disse a *International Bar Association* (IBA). A aplicação “EyeWitness to Atrocities” regista a localização, a data e hora do utilizador e as redes Wi-Fi próximas para verificar se as imagens não foram editadas ou manipuladas, antes de as enviar para uma base de dados monitorizada por uma equipa de especialistas legais (Guilbert, 2018).

A transmissão de imagens da aplicação para a base de dados marca um cruzamento de um limiar de arquivo. Em princípio, para além do limiar, a custódia sistemática e documentada da informação deve continuar *in perpetuum*. Cunningham argumentou que os aspetos do pós-custodialismo de Ham tornaram-se realidades da gestão documental, com algumas funções significativas de gestão documental a serem delegadas para os produtores de documentos de arquivo e o reconhecimento crescente da necessidade de os arquivistas serem intervencionistas para que os registos de informação de arquivo digital sobrevivam a longo prazo. Do mesmo modo, alguns aspe-

tos da defesa de Bearman relativamente ao “bastião indefensável” são hoje mais amplamente aceites, como o ideal de arquivistas como *designers* de sistemas, e uma ligação mais estreita entre a ciência arquivística e o campo mais amplo da gestão da informação. Duranti e Jansen reafirmaram o valor dos arquivos como um lugar em 2013, em conexão com a computação em nuvem, embora com alguma empatia para com as possibilidades do pós-custodial, dizendo que “o papel dos arquivos como lugar... é ainda relevante e necessário num paradigma baseado na Nuvem, se não como instituição física que fornece armazenamento, então como uma instituição de supervisão que estabelece a política, inspeciona e faz aplicar regras e regulamentos” (2013, p. 164). Embora o pensamento pós-custodial tenha ganho terreno, o limiar ainda existe em muitos sistemas e redes, como a aplicação *EyeWitness to Atrocities* deixa claro.

Mas o limiar já não está ligado aos arquivos como lugar de “autoridade soberana pública”⁵. No exemplo do *EyeWitness to Atrocities*, vemos um limiar de arquivo entre o dispositivo de gravação e a base de dados como um componente de um regime de autenticidade. No entanto, as gravações não são *de facto* autênticas porque passaram o limiar da custódia ou os sistemas de classificação. No *jus archivi*, era a natureza soberana do arquivo que lhe dava credibilidade; mas na pós-confiança, já era controlado por um organismo oficial público ou por um grupo de atores terceiros da sociedade civil, ou qualquer outra pessoa, o recinto compartimentado arquivístico não é implicitamente um lugar de autenticidade. Os controlos aplicados para além do limiar constituem uma cobertura contra as alegações de invalidade ou falsificação, mas essas decisões continuam por fazer, porque, na pós-verdade, o *archii limes* é dissociado da confiança nos órgãos soberanos. Na sociedade pós-confiança, a integridade do *lugar* de gestão documental já não é uma questão de fé, mas julgada subjetivamente pelo povo, que por si só não é unitário. Como observou Belinda Battley, o arquivo como local de autenticidade é também contestado pelo reconhecimento de que “diferentes grupos podem ter diferentes requisitos de autenticidade e evidência dependendo da sua experiência de fiabilidade da cultura dominante” (2020, p. 11).

⁵ Pense-se na sugestão de James Lappin, em 2012, de que uma ligação entre o MoReq2010 e o OAIS unificaria as atividades e profissões de gestão documental, encontrando-se assim um limiar na produção, com documentos de arquivo nado-digitais, no sentido do *Records Continuum*. Nesta situação, o limiar demarcaria não o arquivo “soberano”, mas a própria soberania, sendo assimilado com a autoridade do produtor para expressar o documento-como-mandato, para documentar os sujeitos dos documentos de arquivo e atribuir significado e valor? Será que algum limiar poderia realmente delinear a força que está por trás da produção documental?

O limiar arquivístico já não funciona como asseveravam os teóricos do *jus archivi*. Cruzar o limiar do espaço de arquivo não autentica os documentos de arquivo. No entanto, o *jus archivi* e a sua influência no debate mais recente sobre a custódia arquivística é útil para pensar na autenticidade, na medida em que a qualidade da custódia pode ser suscetível e ser examinada pelo *demos* (povo), oferecendo uma garantia de fiabilidade.

Espaço de Arquivo como um Recinto Compartimentado de Autenticidade

Se o limiar de arquivo existe em numerosas redes e sistemas, fazendo parte de uma função subjetiva em vez de um sítio soberano, ele, no entanto, demarca um recinto compartimentado reconhecível para as disciplinas. O arquivo, como imaginado pelos teóricos do *jus archivi* é uma instituição do tipo que Deleuze declarou como terminada. Embora já não esteja associado ao tipo de soberania imaginada por Fritsch e pelos seus pares, o arquivo posterior à crise requer que os utilizadores julguem a autenticidade dos documentos de arquivo de acordo com a fiabilidade do recinto compartimentado de arquivo e o que acontece nele, seja uma instituição, uma rede ou uma aplicação móvel. Tais julgamentos ocorrem em contextos complexos envolvendo normas culturais, sistemas jurídicos, perspectivas pessoais, etc. Mas na mentalidade da sociedade de controlo, onde os registos distribuídos e as tecnologias cívicas convidam o *demos* (povo) para o processo de autenticação, a informação a autenticar deve extrair-se do espaço de arquivo. Wei Guo, Yun Fang, Weimei Pan e Dekun Li, no seu estudo de 2016 sobre os registos de manutenção de elevadores concluíram que a custódia confiável de terceiros dos registos de manutenção criados pela empresa Tianjin Otis era necessária para garantir que a empresa não tinha adulterado os registos, mas negligenciou a emissão de cópias para os clientes como pontos de comparação com os registos da empresa. A custódia distribuída dos documentos de arquivo, ou cópias desses documentos de arquivo, torna-se parte de um mecanismo de autenticação, como equivalentes digitais das varas de contagem divididas [N.T.: *split tally sticks*] da Europa medieval⁶. Não se trata de uma inspeção pós-custodial à distância, mas sim de uma inversão do limiar.

⁶ Varas de madeira dentadas divididas longitudinalmente, de modo que cada parte da transação pudesse reter metade do documento. Ver Clanchy, M. T. (2012). *From memory to written record: England, 1066-1307*. John Wiley & Sons.

Um exemplo de como esta re-cruzamento funciona verifica-se na fuga e divulgação não oficial de documentos governamentais. Os documentos de arquivo tornados públicos ao abrigo das leis de acesso são muitas vezes editados, e como Francis Blouin e William Rosenberg sugeriram, a “tinta negra do redator reduz explicitamente as legalidades do controlo Estatal a uma relação de confiança” (2011, p. 180). Não é apenas a ausência de alterações que é sugestiva da fiabilidade nos documentos divulgados não-oficialmente: as formas, selos e assinaturas que são utilizados para autenticar documentos em contextos formais são disponibilizados para inspeção pública. É este espetáculo de burocracia que nos leva a aceitar a validade dos documentos divulgados não-oficialmente, sem os questionar. É muito menos provável que o público exija ver pistas de auditoria e relatórios do sistema dos documentos de arquivo divulgados não-oficialmente, não só porque não há expectativas de ter acesso aos mesmos, mas porque a natureza ilícita da divulgação sugere a irrupção naquele espaço de arquivo. Um documento divulgado não-oficialmente é lido como uma denúncia: “... a fuga oferece uma troça/farsa do poder do Estado pela reprodução literal das suas palavras na arena pública...” (Gitelman, 2014, p. 106). Lisa Gitelman argumenta que a recontextualização do documento que acontece através do processo de divulgação não-oficial torna o documento numa espécie de paródia: “... uma cópia divulgada não-oficialmente tem o potencial não só de transgredir ou de haver fuga de informação através da fronteira entre o interior e o exterior, mas também, de maneira importante, espelhar – pode-se dizer tecnologicamente reproduzir - a sua iteração como forma de crítica” (2014, p. 95). Esta recontextualização crítica, a denúncia dos autores, é uma espécie de testemunho de um discurso secreto – discurso anteriormente confinado ao processo documental, mas agora tornado público, juntamente com o orador. Trata-se essencialmente de uma execução do conceito subjacente à exceção dos documentos de arquivo à regra do rumor (N.T.: *hearsay rule*) dos EUA, que considera que os documentos de arquivo podem ser considerados auto-autenticados se tiverem sido utilizados por uma organização como base das suas operações, decisões, transações, etc. Por outras palavras, se a organização tratou o documento de arquivo como autêntico, pode ser visto dessa forma pelo Direito: “Tanto na teoria arquivística como na jurisprudência, os documentos de arquivo em que o criador confia durante o curso habitual e normal das suas atividades são presumivelmente autênticos”(The InterPARES Project, 2002). Muitas vezes estamos inclinados a acreditar que os documentos de arquivo divulgados não-oficialmente sejam autênticos porque parecem ter sido utilizados de boa-fé – ou seja, acreditaram e dependeram deles - pelos seus produtores

ou detentores. Nestes casos, o arquivo é confiável porque os documentos de arquivo foram dele ilicitamente divulgados, e não porque a autenticidade está implícita na natureza do próprio recinto compartimentado. A informação autorizada que divulgam esses mesmos arquivos, por outro lado, convida ao ceticismo característico da crise das instituições. As diferentes reações à divulgação autorizada e não autorizada dos arquivos, gabinetes, processos documentais, servidores de e-mail e bases de dados governamentais ilustram a percepção pública destes arquivos reais ou figurativos como imbuídos de um carácter secreto, e não necessariamente autêntico.

O Arquivo Invertido

A utilização de tecnologias cívicas para fornecer ou aumentar dados e a expectativa de que os dados de governo aberto sejam corrigidos após a publicação marca uma mudança na forma como a informação figura na vida pública. Os documentos de arquivo criados de formas mais ou menos tradicionais de acordo com os processos estabelecidos podem ainda cruzar um ou mais limiares de arquivo, sejam físicos ou digitais. No entanto, após os dados abertos, a declaração de autenticidade já não é feita pelo cruzamento do limiar do espaço de arquivo. Em vez disso, a informação só pode ser autenticada através da travessia para fora do recinto compartimentado para o espaço público. Esta é a inversão do limiar de arquivo. O arquivo inverte-se. A autenticação é agora feita em público. A *fides publica* não é um estado/forma de ser, mas um processo contínuo de inspeção no espaço público⁷. Relevante, neste novo modo, os recintos compartimentados arquivísticos estão sem soberania. Quer se trate de armazenamento em nuvem operado pela comunidade, ou repositórios de arquivo nacionais, os recintos compartimentados para além do limiar não reclamam maior ou menor auten-

⁷ Este conceito tem o seu próprio precedente na exceção à regra dos rumores [N.T.: *hearsay rule*] nos documentos de arquivo públicos [N.T.: *public records*], como MacNeil mostra: 'Uma versão moderna do princípio da publicitação pode ser encontrada no direito comum inglês na exceção dos documentos públicos à regra dos rumores, em que a probabilidade circunstancial da fiabilidade de um documento de arquivo público é reforçada pela exigência de que seja sempre disponibilizado ao público com o argumento de que "quando um documento de arquivo público [N.T.: *official record*] é [...] sujeito a inspeção pública, a facilidade e a certeza de que os erros seriam expostos e corrigidos fornece uma garantia especial e adicional de precisão". John Henry Wigmore –James H. Chadbourn, *Evidence in Trials at Common Law*, 5: Sections 1360– 1684 (Boston 1974) 620 § 1632(2) citado em MacNeil, H. (2019). *Trusting Records in the Digital Age: Changing Archival Perspectives*. In *Die Zukunft der Vergangenheit in der Gegenwart: Vol. Band 71* (pp. 89–100). Böhlau Verlag. <https://www.vr-elibrary.de/doi/10.7767/9783205232346.89>.

ticidade ou poder de autenticação do que outros recintos compartimentados: é apenas no julgamento do *demos* (povo) que estes espaços são designados como tendo naturezas mais ou menos autênticas, e tais designações são temporárias, dependendo da análise permanente da informação que cruza continuamente o limiar.

Para Deleuze, a crise das instituições já estava em curso, através de sistemas; por exemplo, no que diz respeito ao sistema corporativo empresarial, ele escreveu sobre “novas formas de lidar com dinheiro, lucros e seres humanos que já não passam pela antiga forma de fábrica”, que podem agora estar connosco sob a forma de tecnologia de registo distribuído, contratos de zero horas e ferramentas da economia partilhada. Se há uma crise das instituições, como se manifestou no sistema de informação e, em particular, qual o seu significado para a instituição do arquivo? A ideia da crise das instituições não diz tanto respeito ao que as instituições são, mas antes à maneira como elas funcionam. Para que o público possa confiar na informação governamental, o funcionamento interno do arquivo – concebido como a soma das operações arquivísticas ou de curadoria em torno dos dados – deve ser exposto. A inversão do limiar de arquivo é um sinal não só de uma crise de confiança pública no governo, mas de um sinal da crise das instituições, que marca a transição para novos modos de trabalhar. A inversão é meramente uma nova forma de desempenhar a mesma função de controlo: abandonar a *fides publica* na instituição do arquivo e arrastar os documentos de arquivo para a ágora. Dito de outra forma, o arquivo torna-se um fórum. Como afirmou Gregg Hetherington:

... as práticas de representação que contribuem para a criação de transparência estão saturadas, a cada momento, precisamente com esse aspeto da vida social de que estão destinadas a livrar-se: a política. Com efeito, longe de estabilizarem a informação, estas redes técnicas alargadas criam novos espaços de desacordo e de contestação (Hetherington, 2011, p. 7).

Para além dos novos requisitos para a autenticação, o arquivo vê-se afetado pela transição para a sociedade de controlo através da sua reorientação como uma base de dados distribuída que se conecta a um conjunto de sistemas crescentemente interlaçados. Ou, como Upward e McKemmish já viam em 1994, “a instituição de arquivo como um centro ou nodo numa rede...” (Upward & McKemmish, 1994, p. 146). As necessidades de dados do *demos* (povo), e de outros atores e sistemas, exigem que os dados e docu-

mentos de arquivo sejam extraídos do arquivo, para serem utilizados noutros sistemas e redes. A constatação do potencial panóptico da tecnologia que caracteriza a sociedade de controlo requer a datificação de todos os atores, objetos, ambientes e eventos. Esta é uma função arquivística: cada ponto de dados no ambiente de controlo é uma espécie de ficheiro de autoridade, uma entidade nominativa com relações com outras entidades nominativas. A crise das instituições, para o arquivo, é, assim, uma promoção do repositório autenticador de documentos de atos públicos para uma base de dados onde se utilizam todas as outras operações. O arquivo é indissociável dos sistemas que permitirão o controlo contínuo em ambiente aberto. Este nodo arquivístico pode não ser uma instituição, mas é uma espécie de recinto compartimentado. Relevantemente, não é um recinto compartimentado final, como era tradicionalmente concebido. Os dados devem ser extraídos para autenticação antes da sua reutilização e, durante esta inspeção, as intervenções dos arquivistas devem ser examinadas da mesma forma que as intervenções de todos os atores e sistemas da anterior vida dos dados. O arquivo não é um término, mas um sítio de transição e um mecanismo de transmissão.

Participação no Trabalho Arquivístico e os Sistemas de Dominação

Esta divulgação ao público parece devolver o poder ao *demos* (povo). Nas linhas finais do seu epílogo, Deleuze sugere que o sujeito atual está voluntariamente empenhado em construir e viver na sociedade de controlo. A participação co-constrói a(s) relação(ões) de controlo. No ambiente de dados abertos, os utilizadores de dados são concebidos como multivalentes – são cidadãos, empresários, jornalistas de dados, ativistas, empresas e organizações não governamentais, todas com agendas diversificadas relativamente ao uso de dados – e, acima de tudo, dedicam-se voluntariamente à curadoria dos dados, analisando-os, limpando-os, republicando-os e reutilizando-os⁸. Da mesma forma, nos arquivos, há um movimento para a participação. As aspirações a um *archival commons* (Anderson & Allen, 2009) e o interesse nas questões técnicas e sociopolíticas em torno da aplicação das tecnologias Web2.0 ao trabalho arquivístico têm sido perceptíveis na literatura desde aproximadamente 2007, e esse trabalho continua em evolução. Kate Theimer usa a seguinte definição de arquivos participativos:

⁸ Para alguns exemplos de como os dados do governo foram adaptados/reutilizados, ver Hogge (2015).

“Uma organização, sítio ou coleção em que pessoas que não os profissionais de arquivo contribuem com conhecimentos ou recursos, resultando numa maior compreensão sobre materiais arquivísticos, geralmente em ambiente em linha” (Huvila, 2011). Ela fornece exemplos que vão desde o envolvimento com os utilizadores através das plataformas digitais de redes sociais, a introdução da funcionalidade das plataformas digitais de redes sociais nos sistemas de arquivos, e um “nível mais avançado de atividade participativa que convida o público a fazer os seus próprios contributos para o trabalho histórico”, como o trabalho de transcrição, a identificação de pessoas e lugares em fotografias, metainformação descritiva por via do *crowdsourcing* e consulta pública sobre prioridades para atividades como a digitalização. Parte deste trabalho tem sido impulsionado por uma agenda de justiça social que procura dismantelar os enviesamentos e as assimetrias de poder em vários aspetos do trabalho arquivístico, tais como permitir que as comunidades descrevam os seus próprios documentos de arquivo, ou alargar critérios de avaliação a novas perspetivas para além dos aspetos oficiais, legais e institucionais. Isto liga-se a noções de proveniência paralela e social, “direitos nos documentos de arquivo” (N.T. *rights in record*), ao reconhecimento e valorização dos sistemas de conhecimento indígenas, e outros desenvolvimentos na teoria arquivística que se afastam da antiga ortodoxia da autoridade dos arquivos articulados no *jus archivi*, no custodialismo, nas conceptualizações rígidas da proveniência e nas instituições de arquivo como autenticadoras. No Reino Unido, muito do apoio institucional e financeiro aos trabalhos arquivísticos participativos tem, no entanto, sido impulsionado pelo interesse oficial em acabar com acumulação de atrasos na catalogação ou indexação e em datificar os documentos de arquivo. Os benefícios deste trabalho para os arquivos e para os seus utilizadores são muitas vezes aparentemente evidentes e, embora os dados e metainformação enriquecidos que estas atividades geram sejam muitas vezes inúteis nos contextos de uso pessoal ou académico, os conjuntos de dados arquivísticos em expansão são recursos de informação que têm possibilidades futuras ilimitadas⁹. As repercussões para as relações de poder são mais óbvias quando a recolha de informação participativa é pensada através de sistemas de produção de documentos de arquivo, como plataformas de governo eletrónico. Aqui, a

⁹ Veja-se o capítulo de Prescott neste volume [N.T. na obra original, *i. e.*, Lowry, J. (no prelo). *The Inverted Archive: Thresholds, Authenticity and the Demos*. In D. Thomas & M. Moss (Eds.), *Post-Truth Archives*. Oxford University Press] para um exemplo de quando o uso de mecanismos de arquivo participativos não foi inútil, mas empregados para dar credibilidade a alegações espúrias sobre o país de nascimento de Barack Obama.

disponibilização voluntária de dados alimenta de forma mais visível as bases de dados que estão embebidas em relações de poder, porque as conexões diretas entre indivíduos, dados pessoais, sistemas governamentais e repercussões em tempo real são óbvias na inclusão ou exclusão dos indivíduos de serviços, programas e direitos.

O que por vezes está submerso no discurso arquivístico após 1990 sobre o limiar é uma reflexão sobre o impulso para o desenvolvimento do *jus archivi*. Os teóricos do *jus archivi* eram funcionários daqueles que estavam no poder. Como Randolph Head argumentou, o “*jus archivi* refinou e alargou as definições de certos termos-chave, começando pela própria palavra arquivo, de modo a reforçar a autoridade dos príncipes que os seus autores serviam” (2013, p. 918). Os arquivistas que desejem servir o poder podem apegar-se à soberania do arquivo como local de autenticação, mas essa maneira de pensar está a dar lugar a um modo mais democrático. Este novo modo não é sem problemas: Se Deleuze tem razão quanto ao voluntarismo na sociedade de controlo, a nova dinâmica na autenticação de informação apresenta um desafio. Como é que os arquivos podem evitar voltarem a tornar-se máquinas de controlo? A natureza participativa dos desenvolvimentos acima mencionados espelha a natureza participativa dos sistemas de dominação em transformação que Deleuze identificou, o que requer um olhar crítico sobre como o arquivo participativo, bem como os sistemas de produção de documentos de arquivo, funcionam em sistemas de dominação mais amplos. O que pode ser radical e ético no terreno pode funcionar como conluio no contexto mais amplo das práticas de controlo de informação oficiais. Fora do setor público, muitos arquivistas que trabalham no paradigma da justiça social estão habituados a olhar criticamente para as estruturas de poder em torno do seu trabalho: é necessária uma criticidade semelhante na informação de arquivo governamental. Tal como sugerido acima, a necessidade é talvez mais premente onde os sistemas participativos estão a ser utilizados para documentar e agregar dados pessoais sobre sujeitos vivos.

Se os dados de governo aberto e as tecnologias cívicas estiverem a devolver a função de autenticação ao *demós* (povo), como testemunha, a figura do arquivista vai parecer-se muito com o que os pós-custodiais previram: um guia, um colaborador e um analista ativo de sistemas e redes de produção, transmissão e utilização de documentos de arquivo. Além disso, porém, os arquivistas que estão conscientes das possíveis repercussões do que o *demós* (povo) faz ao autenticar dados governamentais, têm o dever de prestar atenção e falar sobre as funções políticas, estruturais e sistémicas da informação que está a ser examinada e enriquecida. É assim que o pensamento arquivís-

tico terá de se parecer, e como necessita de ser inculcado no *demos* (povo). Como disse Terry Cook, os arquivistas precisam de “deixar de ser guardiões de coisas e começar a ser fornecedores de conceitos” (1994, p. 409).

Conclusão: Perguntas para a participação crítica

Enquanto na sociedade da disciplina, a distinção entre o sujeito e a área do recinto compartimentado era suficientemente clara para podermos falar em termos binários como o interior e o exterior ou o cidadão e o Estado, na sociedade do controlo, as tecnologias participativas como as tecnologias cívicas e de registos distribuídos comprometem os utilizadores em novos papéis, como responsáveis pela recolha de dados, curadores, editores, auditores e autenticadores.

Na sociedade de controlo, o arquivo não é um lugar final de autenticação. O arquivo é um nodo numa rede e um componente de um fluxo de informação sempre em processo. Como em todas as funções de controlo dos recintos compartimentados da sociedade da disciplina, a crise das instituições está a tornar o descontínuo em contínuo no – para além do – arquivo. O computador, a máquina da sociedade de controlo, está a ser usado para produzir documentos de arquivo e, pelas suas propriedades materiais e imateriais, estes documentos de arquivo exigiram novas teorias, conceitos e práticas de gestão documental. O que estas novas abordagens têm em comum é a sua preocupação com a devolução/desconcentração, participação e controlo contínuo, que são as características da sociedade de controlo.

Entre as suas outras aplicações, muitas vezes geradoras, a curadoria de dados dos cidadãos aumenta e aperfeiçoa as bases de dados do Estado. À medida que o trabalho arquivístico é aberto ao *demos* (povo), permitindo o enriquecimento da metainformação, a transcrição, etc., os sujeitos dos documentos de arquivo são atraídos para o tipo de voluntarismo que Deleuze observou como uma característica da sociedade de controlo. Este trabalho destina-se a capacitar e a curar, assim como a curadoria de dados do governo aberto se destina a informar e envolver, e os “jovens” no *Epílogo* estão determinados a melhorar. Mas a inversão do limiar arquivístico implica que o arquivo está em crise, e talvez em transição para um novo sistema de dominação. Em relação aos arquivos governamentais, como podem as agendas de justiça social que tanto impulsionam a atual reengenharia de processos e ferramentas arquivísticos estarem seguras de conseguirem atingir os seus objetivos e não ser cooptadas no fornecimento e correção de dados de

arquivo para fins de controlo? Deleuze advertiu que seriam necessárias “novas armas”: o que parecem ser novas armas para abrir e democratizar o arquivo podem nem sempre funcionar como pretendido. Como os arquivistas comunitários perguntaram há muitos anos, em que momento a participação e a colaboração se tornam co-optações?

As *fake news*, os factos alternativos e a leitura da informação em contextos “pós-verdade” e pós-confiança exigem uma literacia de informação crítica que se baseia no rico corpo de conhecimento relativo à literacia da informação, às técnicas de jornalismo e análise de dados, mas também ao pensamento arquivístico sobre a autenticidade. Agora que a autenticação ocorre do outro lado do limiar, nós devemos promover o pensamento arquivístico crítico que estuda sistemas de produção e de gestão documental, sistemas democráticos de curadoria de dados e trabalho arquivístico participativo, como sistemas de poder, e encorajar esta criticidade nos utilizadores de arquivos, de documentos de arquivos e de dados, desde tenra idade. Trata-se de um pensamento que pergunta “O que é este arquivo? De quem é este arquivo? Em que redes aparece? O que é que está a fazer?”

Bibliografia

- Anderson, S., & Allen, R. (2009). Envisioning the Archival Commons. *The American Archivist*, 72(2), 383–400. <https://doi.org/10.17723/aarc.72.2.g54085061q586416>
- Arthur, C., & Cross, M. (2006, September 14). Give us back our crown jewels. *The Guardian*. <https://www.theguardian.com/technology/2006/mar/09/education.epublic>
- Baranczak, S. (1987). *A fugitive from Utopia: the poetry of Zbigniew Herbert*. Harvard University Press.
- Barrett, M., & Kent, J. L. (2018, October 22). Inside the gov’t agency designing forensic tech to fight fake news. *NBC News*. <https://www.nbcnews.com/tech/tech-news/inside-government-agency-designing-tech-fight-fake-news-n865586>
- Bastian, J. A. (2021). Mine, yours, ours: archival custody from transaction to narrative. *Archival Science*, 21(1), 25–42. <https://doi.org/10.1007/s10502-020-09341-0>
- Battley, B. (2020). Authenticity in places of belonging: community collective memory as a complex, adaptive recordkeeping system. *Archives and Manuscripts*, 48(1), 59–79. <https://doi.org/10.1080/01576895.2019.1628649>
- Blake, A. (2017, March 18). Kellyanne Conway says Donald Trump’s team has ‘alternative facts.’ Which pretty much says it all. *Washington Post*. <https://www.washingtonpost.com/news/the-fix/wp/2017/01/22/kellyanne-conway-says-donald-trumps-team-has-alternate-facts-which-pretty-much-says-it-all/>
- Blouin Francis X., J., & Rosenberg, W. G. (2011). *Processing the Past: Contesting Authorities in History and the Archives*. Oxford University Press. <https://oxford.universitypressscholarship.com/10.1093/acprof:oso/9780199740543.001.0001/acprof-9780199740543>

- Bogard, W. (2006). Welcome to the Society of Control: The Simulation of Surveillance Revisited. In K. Haggerty & R. Ericson (Eds.), *3. Welcome to the Society of Control: The Simulation of Surveillance Revisited* (pp. 55–78). University of Toronto Press. <https://www.degruyter.com/document/doi/10.3138/9781442681880-004/html>
- Clanchy, M. T. (2012). *From memory to written record: England, 1066-1307*. John Wiley & Sons.
- Cook, T. (1994). Electronic records, paper minds: the revolution in information management and archives in the post-custodial and post-modernist era. *Archives & Manuscripts*, 300–328. <https://publications.archivists.org.au/index.php/asa/article/view/8433>
- Cunningham, A. (2017). Archives as a Place. In H. MacNeil & T. Eastwood (Eds.), *Currents of Archival Thinking* (2nd ed.). Libraries Unlimited. <https://public.ebookcentral.proquest.com/choice/publicfullrecord.aspx?p=4776509>
- Deleuze, G. (1992). Postscript on the Societies of Control. *October*, 59, 3–7. <https://www.jstor.org/stable/778828>
- Deseriis, M. (2011). The General, the Watchman, and the Engineer of Control: The Relationship Between Cooperation, Communication, and Command in the Society of Control. *Journal of Communication Inquiry*, 35(4), 387–394. <https://doi.org/10.1177/0196859911415677>
- Duranti, L. (1996). Archives as a Place. *Archives & Manuscripts*, 24(2), 242–255.
- Duranti, L., & Jansen, A. (2013). Records in the Cloud: Authenticity and jurisdiction. *2013 Digital Heritage International Congress (DigitalHeritage)*, 161–164. <https://doi.org/10.1109/DigitalHeritage.2013.6744748>
- Eastwood, T. M. (1996). Should creating agencies keep electronic records indefinitely? *Archives and Manuscripts*, 24(2), 256–267. <https://doi.org/10.3316/elapa.970505405>
- Foucault, M. (1995). *Discipline and punish: the birth of the prison*. Vintage Books.
- Gitelman, L. (2014). *Paper knowledge: toward a media history of documents*. Duke University Press.
- Gitelman, L., Jackson, V., Rosenberg, D., Williams, T. D., Brine, K. R., Poovey, M., Stanley, M., Garvey, E. G., Krajewski, M., Raley, R., Ribes, D., Jackson, S. J., & Bowker, G. C. (2013). Data Bite Man: The Work of Sustaining a Long-Term Study. In *“Raw Data” Is an Oxymoron* (pp. 147–166). MIT Press. <https://ieeexplore.ieee.org/document/6462156>
- Government Digital Service. (2022, February 4). *About*. <https://data.gov.uk/about>
- Guilbert, K. (2018, May 20). *Smartphone-wielding civilians to combat war crimes – with an app*. News.Trust.Org. <https://news.trust.org/item/20150607230113-vsdqn/>
- Head, R. C. (2013). Documents, Archives, and Proof Around 1700. *The Historical Journal*, 56(4), 909–930. <https://doi.org/10.1017/S0018246X12000477>
- Hetherington, K. (2011). *Guerrilla Auditors: The Politics of Transparency in Neoliberal Paraguay*. <https://read.dukeupress.edu/books/book/1563/Guerrilla-AuditorsThe-Politics-of-Transparency-in>
- Hogge, B. (2015). *Open Data: Six Stories About Impact in the UK* London, UK: Omidyar Network, november 2015). https://web.archive.org/web/20170117041458/https://www.omidyar.com/sites/default/files/file_archive/insights/Open_Data_Six_Stories_About_Impact_in_the_UK/OpenData_CaseStudies_Report_complete_DIGITAL_102715.pdf
- Huvila, I. (2011). *What is a participatory archive? For real(?)*. <http://www.istohuvila.se/what-participatory-archive-real>

- Kitchin, R. (2014). *The Data Revolution: Big Data, Open Data, Data Infrastructures & Their Consequences*. SAGE Publications Ltd. <http://methods.sagepub.com/book/the-data-revolution>
- Knight Foundation. (2018). The Emergence of Civic Tech: Investments in a Growing Field. In *Knight Foundation*. <https://knightfoundation.org/reports/emergence-of-civic-tech/>
- Krivý, M. (2018). Towards a critique of cybernetic urbanism: The smart city and the society of control. *Planning Theory*, 17(1), 8–30. <https://doi.org/10.1177/1473095216645631>
- Love, J. M. (2013). A Society of Control: The People and the Individual. *Public Administration Quarterly*, 37(4), 576–593. <https://www.jstor.org/stable/24372017>
- Lowry, J. (2014). Opening Government: Open Data and Access to Information. In *Integrity in Government through Records Management*. Routledge.
- MacNeil, H. (2000a). Providing Grounds for Trust: Developing Conceptual Requirements for the Long-Term Preservation of Authentic Electronic Records. *Archivaria*, 52–78. <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12765>
- MacNeil, H. (2000b). Trusting Records: Legal, Historical and Diplomatic Perspectives. In *The Archivist's Library*. Springer Netherlands. <https://doi.org/10.1007/978-94-015-9375-5>
- MacNeil, H. (2001). Trusting Records in a Postmodern World. *Archivaria*, 36–47. <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12793>
- MacNeil, H. (2019). Trusting Records in the Digital Age: Changing Archival Perspectives. In *Die Zukunft der Vergangenheit in der Gegenwart: Vol. Band 71* (pp. 89–100). Böhlau Verlag. <https://www.vr-elibrary.de/doi/10.7767/9783205232346.89>
- Martinez, D. E. (2011). Beyond disciplinary enclosures: Management control in the society of control. *Critical Perspectives on Accounting*, 22(2), 200–211. <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2010.06.016>
- McKemmish, S., Upward, F., & Reed, B. (2010). Records Continuum Model. In *Encyclopedia of Library and Information Sciences* (3rd ed., pp. 4447–4448). CRC Press.
- MySociety. (2020a, February). *FixMyStreet*. FixMyStreet. <https://www.fixmystreet.com/>
- MySociety. (2020b, February). *TheyWorkForYou: Hansard and Official Reports for the UK Parliament, Scottish Parliament, and Northern Ireland Assembly - done right*. TheyWorkForYou. <https://www.theyworkforyou.com/>
- Open Data Institute. (n.d.). *Business Plan 2012-2017*. <http://e642e8368e3bf8d5526e-464b4b70b4554c1a79566214d402739e.r6.cf3.rackcdn.com/odi-business-plan-may-release.pdf>
- Open Government Declaration. (2022). In *Open Government Partnership*. <https://www.opengovpartnership.org/process/joining-ogp/open-government-declaration/>
- Open Government Partnership. (2022a). About OGP Local. In *Open Government Partnership*. <https://www.opengovpartnership.org/ogp-local/about-ogp-local-program/>
- Open Government Partnership. (2022b, February 7). *How to join*. Open Government Partnership. <https://web.archive.org/web/20181121232552/https://www.opengovpartnership.org/how-join>
- Open Knowledge Foundation. (2022). *The Open Definition - Open Definition*. <https://opendefinition.org/>
- Roberts, D., & O, 'Shea Greg. (2022). Living in a digital world: recognising the electronic and post custodial realities. *Archives and Manuscripts*, 24(2), 286–311. <https://doi.org/10.3316/ielapa.970505407>

- Schmidt, S., & Beyer, L. (2017, February 4). Kellyanne Conway cites 'Bowling Green massacre' that never happened to defend travel ban. *Washington Post*. <https://www.washingtonpost.com/news/morning-mix/wp/2017/02/03/kellyanne-conway-cites-bowling-green-massacre-that-never-happened-to-defend-travel-ban/>
- Shadbolt, N. (2011, February 4). A year of data.gov.uk. *The Guardian*. <https://www.theguardian.com/news/datablog/2011/jan/21/data-gov-nigel-shadbolt-government>
- The Guardian. (2020). Free Our Data. In *The Guardian*. <http://www.theguardian.com/technology/free-our-data>
- The InterPARES Project. (2002). *Requirements for Assessing and Maintaining the Authenticity of Electronic Records, (InterPARES, 2002)*. http://www.interpares.org/book/interpares_book_k_app02.pdf
- UK Government Chief Scientific Adviser. (2016). *Distributed Ledger Technology: Beyond Block Chain*. https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/492972/gs-16-1-distributed-ledger-technology.pdf
- UK Open Government Network. (2022, February 4). *About*. <https://www.opengovernment.org.uk/about/>
- Upward, F., & McKemmish, S. (1994). Somewhere beyond custody. *Archives & Manuscripts*, 136–149. <https://publications.archivists.org.au/index.php/asa/article/view/8403>
- Wood, S. E., Lowry, J., & Lau, A. (2019). Information/Control – Control in the Age of Post-Truth: An Introduction. *Journal of Critical Library and Information Studies*, 2(2). <https://doi.org/10.24242/jclis.v2i2.154>
- Yeo, G. (2018). *Records, Information and Data: Exploring the role of record keeping in an information culture*. Facet Publishing. <https://www.routledge.com/Records-Information-and-Data-Exploring-the-role-of-record-keeping-in-an/Yeo/p/book/9781783302260>

COVID-19: 8 lecciones de la primera infodemia global que deberían ser una oportunidad para las bibliotecas

COVID-19: 8 lessons from the First Global Infodemic that should be an opportunity for libraries

ALEXANDRE LÓPEZ-BORRULL

Estudis Ciències de la Informació i la Comunicació de la Universitat Oberta de Catalunya, Catalunya
alopezbo@uoc.edu

ORCID: 0000-0003-1609-2088

ABSTRACT

The health crisis caused by COVID-19 brought with it the first global infodemic, in which hoaxes and denial theories roamed and roamed freely through the digital space and social networks. With the perspective of two years of pandemic, some lessons are offered that in the author's opinion should be opportunities for libraries when dealing with the phenomenon of disinformation, which although it is not new, in the case of the infodemic it has had a global type scale. Aspects such as the consumption of information via social networks, the different types of denialism and the necessary literacies in which the library community could contribute all its experience are analyzed. Finally, a series of recommendations are made for actions that libraries and the library community, collectively but also individually, could carry out in collaboration with other actors for the efficient fight against disinformation.

KEYWORDS: Fake news; libraries; disinformation; COVID-19; infodemia.

RESUMEN

La crisis sanitaria por la COVID-19 llevó consigo la primera infodemia global, en la cual, bulos y teorías negacionistas camparon y campan a sus anchas por el espacio digital y redes sociales. Con la perspectiva de dos años de pandemia, se ofrecen algunos aprendizajes que en la opinión del autor deberían ser oportunidades para las bibliotecas a la hora de tratar con el fenómeno de la desinformación, que aunque no es nuevo, en el caso de la infodemia ha tenido una escala de tipo global. Se analizan aspectos como el consumo de información vía las redes sociales, los distintos tipos de negacionismo y las alfabetizaciones necesarias en las cuáles el colectivo bibliotecario podría aportar toda su experiencia. Finalmente, se hacen una serie de recomendaciones de acciones que las bibliotecas y el colectivo bibliotecario, a nivel colectivo pero también de forma individual podrían llevar a cabo en colaboración con otros actores para la lucha eficiente contra la desinformación.

PALABRAS CLAVE: Fake news; desinformación; bibliotecas; COVID-19; infodemia.

Introducción

Hace unos años, pero sobre todo antes de la COVID-19, junto con Vives-Gràcia y Badell (2018) elaboramos una reflexión en la cual consideramos que las *fake news* (luego ya desinformación) eran una oportunidad para los profesionales de la información. En este artículo se da un paso más allá, por cuanto debemos hablar más bien que se trata de una necesidad de presencia y planificación. Sin duda, los cambios sociales e informacionales producidos por la COVID-19 nos acercan más a la idea de informacionalismo expresada por Castells (2004) y hacia esa idea de sociedad de la información que postulaba. En este contexto, las *fake news* o la desinformación como visión más amplia se plantea como uno de los principales retos para la toma de decisiones en base a la información. Si nos fijamos en las noticias falsas en concreto, Rochlin (2017) las define como:

“una noticia falsa se puede definir como un titular y una historia deliberadamente falsa publicada en una web que pretende parecer un sitio de noticias”

Este concepto, relacionado con los medios o pseudo-medios de comunicación es una visión más cerrada que el concepto de desinformación, que

como analizan adecuadamente Guallar et al. (2020) es un concepto poliédrico con lo que se necesita de múltiples aproximaciones para ser analizado de forma compleja. Cabe añadir también que en inglés se diferencia oportunamente entre *disinformation* y *misinformation*, por la voluntad o no de engaño, el propósito. Así, en el primer concepto existe una clara voluntad de engaño, de forma deliberada, mientras que en el segundo caso ello no sería así. En el primer caso encontraríamos los engaños geopolíticos, las teorías conspiracionistas y los bulos creados por la ultraderecha contra colectivos de inmigrantes, por ejemplo, mientras que en el segundo caso cabría añadir los contenidos viralizados muchísimas veces de gente que cae en bulos a los cuales aportan veracidad pero sobre todo plausibilidad, porque parecen creíbles.

Esta visión de la desinformación como problema para la estabilidad política y social lleva años siendo analizada por la Comisión Europea (2018) y Estados Unidos en relación a los procesos electorales y la polarización tales como el Brexit, las elecciones americanas del 2016 que enfrentó a Donald Trump y Hillary Clinton o la victoria de Jair Bolsonaro en Brasil en 2019. Autores como McNair (2017) ya contextualizaba las *fake news* como un síntoma más de la crisis de las democracias liberales, en la que incluía aspectos como el descrédito de las administraciones, la desconfianza hacia los medios de comunicación o el auge de populismos y la ultraderecha. Cabe añadir que la llegada de la pandemia en 2020 supuso un salto cualitativo al emerger el problema en lo que ya el 2 febrero de 2020 la propia OMS llamó como infodemia, es decir, el problema paralelo a la propia crisis sanitaria producida por la COVID-19, a la que cabía añadir la existencia de mucha información, una avalancha de información, mucha de la cual falsa, con la cual cosa la dificultad para tomar acertadamente decisiones o bien seguir los consejos generales emitidos por los distintos gobiernos a la hora de luchar contra la enfermedad (Hao & Basu, 2020). Acabe cuando acabe la crisis producida por el SARS-CoV-2, es evidente que habrá que reflexionar sobre el papel de los principales agentes en el intercambio de información y conocimiento como los medios de comunicación o las plataformas y redes sociales, pero también en medio de estas visiones, organizaciones como las bibliotecas, tanto públicas como universitarias deben analizar sobre cuál ha sido su papel ante la desinformación y la oportunidad que se ofrece para actuar en la lucha contra la desinformación. Revez y Corujo (2021) han analizado recientemente las prácticas documentadas en la bibliografía por parte de bibliotecas y en sus conclusiones muestra cómo “los bibliotecarios interiorizaron la llamada e inmediatamente tomaron su lugar en la primera línea contra las noticias falsas. Esta actitud de autoconfianza ha llevado a los bibliotecarios a buscar sus estrategias y métodos experimentados

durante muchos años”. Muchas de dichas prácticas se basan en la formación en los distintos tipos de alfabetización, ya sea informacional o mediática.

Según mi visión, existe toda una serie de aprendizajes donde sería adecuado que las bibliotecas piensen su papel, ya sea de forma local y única, o bien en relación a las redes y consorcios de las cuales forman parte. Esta reflexión no es nueva y ha tenido lugar también en la bibliografía como por ejemplo en los artículos de Caridad-Sebastián et al. (2018) y de Martínez-Cardama y Algorta-Gancho (2019), aunque considero que la COVID-19 da una nueva visión a las reflexiones anteriores y obliga a la necesidad de establecer medidas y propuestas más innovadoras y comprometidas como se discutirá en las conclusiones.

8 lecciones sobre la infodemia, 8 aprendizajes a futuro para las bibliotecas

A continuación se presentan las 8 lecciones principales que podemos sacar de la COVID-19 en relación a la crisis informacional en la que nos hemos visto implicados, tanto por lo que se refiere a la desinformación como también en el cambio en la intermediación de los profesionales de la información. Como se presentará, ello va a implicar una serie de retos para las bibliotecas y organizaciones profesionales a la hora de elegir cuáles pueden ser asumidas por las distintas organizaciones intensivas en conocimiento. A su vez, algunas de estos aspectos van a implicar un cambio, es decir, pueden considerarse como una palanca de cambio para una mayor transformación digital o al menos para la creación de nuevos servicios y presencia en los medios digitales en los que los usuarios se informan. No nos referimos a las funciones tradicionales de las bibliotecas, el préstamo y la preservación de fondos, o los servicios habituales a usuarios en bibliotecas públicas o universitarios. De la COVID-19 también es posible extraer lecciones de la relación de la sociedad y los ciudadanos con la información, su consumo y dieta digital, y a partir de aquí y considerando la desinformación como realidad que va estar presente en los próximos años, plantear qué rol pueden tomar las bibliotecas para luchar contra la información.

No existe la equidistancia entre la verdad y la falsedad

Sin duda, uno de los aspectos cruciales en relación a las bibliotecas se refiere al posicionamiento ante la falsedad. ¿Deben ser los profesionales de

la información neutrales entre la verdad y la falsedad? En mi opinión, no. Anderson (2017) ya se planteó algunos posibles argumentos a discutir en la relación de las bibliotecas y la desinformación:

1. Sí existe la verdad objetiva;
2. Los seres humanos están capacitados para reconocer esta verdad de forma fiable;
3. Hay que esperar que las bibliotecas ayuden a sus usuarios a distinguir entre la verdad objetiva y la falsedad y que piensen críticamente por ellos mismos (antes que conducir a los usuarios hacia una posición social o política determinada);
4. En las bibliotecas no se intenta evitar que los usuarios encuentren falsedades, sino que se hace lo posible para ayudarles a leer críticamente y llegar a conclusiones válidas y bien informadas sobre lo que es verdadero y bueno y lo que es falso y malo.

Según esta visión, pues, parecería que las bibliotecas podrían tener un papel más neutral respecto a la desinformación y ser espacios donde poder proveer de formación y herramientas para que la ciudadanía, de forma crítica, aprenda a saber discernir adecuadamente entre aquello que es falso y lo verdadero. Así, tomaría partido por ser un espacio como garante del conocimiento más que como garante de la verdad.

Posiblemente, esta visión podría tener una justificación para no convertir al profesional de la biblioteca como el responsable de la censura de un libro. Aún así, la cantidad de desinformación (y calidad, como comentaremos más adelante) que ha circulado durante la crisis de la COVID-19 y la facilidad y viralización con la que llega a los usuarios hace creer que es más necesario que nunca tomar un papel activo. En este sentido, comparar por ejemplo con lo sucedido en los medios de comunicación. Durante mucho tiempo, las *fake news* y la desinformación (e incluso la información sobre la extrema derecha) tuvieron un papel menor, como de mal que no hacía falta mentar, en el sentido que no aparecía la verificación del bulo para no amplificar posiblemente el efecto de su difusión. Ello tuvo dos consecuencias. En primer lugar, una cierta disonancia entre lo que se podía leer en los medios y lo que leía o recibía la ciudadanía en sus redes sociales en todo momento, con lo cual podía parecer que los medios no informaban de lo que realmente estaba pensando, haciendo incluso más plausible las teorías conspiracionistas y negacionistas que contemplaban que no se estaba explicando la verdad de lo que sucedía.

Por otra parte, los medios de comunicación se dieron cuenta que apareció un nuevo actor, los agentes de verificación o verificadores, que se dedicaban únicamente (en aquel momento, al menos) a desmentir los bulos que estaban teniendo lugar. Así pues, los medios tradicionales explicaban lo que acontecía mientras los verificadores luchaban contra la desinformación. Como principales efectos, Maldita.es y Newtral a nivel español, que ocuparon un vacío entonces existente como han estudiado diversos autores en la bibliografía (Bernal-Triviño & Clares-Gavilán, 2019; Magallón-Rosa, 2018, p. 44; Molina-Cañabate & Magallón-Rosa, 2020). Poco a poco sin embargo, los medios fueron entendiendo que debían tratar también los bulos, los negacionismos y las teorías de la conspiración en sus noticias, a la vez que podían ofrecer una capa de profundidad y contexto. Incluso en este ámbito ha habido debate sobre si se debe tener un papel intermedio entre el bulo y la verdad, dejando que el lector sea el que, con su nivel de alfabetización, pueda filtrar adecuadamente. Como en el caso de la COVID-19 o las vacunas hablamos de información muy técnica, se ha tomado cada vez más el camino de no presentar los dos tipos de información como un balance, sino presentar claramente cuál es el bulo, sus efectos y sus mentiras.

En este sentido, las bibliotecas, tanto las públicas como las universitarias deberían tomar partido y dar un paso hacia adelante, incluso dos o tres, que las permita ser un actor claro en el ecosistema de verificación en la lucha contra la desinformación, no únicamente un espacio donde aprender a verificar, que también, como comentaremos más adelante. Así, sería entender como política de información cualquier foro sobre la desinformación y presentarse como actor en el análisis y la búsqueda de soluciones.

Se necesitan múltiples aproximaciones y posiciones hacia la desinformación ante la incertidumbre

El tratamiento informativo de la COVID-19 nos ha permitido comprobar cómo la desinformación tiene muchas aristas y, sobre todo, no existe una única solución ni un único actor responsable de su eliminación. Lo que sí se ve, crisis tras crisis de información, es que es la coordinación de actores y las múltiples aproximaciones hacia la desinformación las que pueden tener una mayor capacidad de solución. Así lo ha entendido por ejemplo la Comisión Europeo que publicó en 2018 el informe “La lucha contra la desinformación en línea: un enfoque europeo”, que ya presentaba un análisis profundo y diverso y recogía la necesidad de que diversos actores trabajaran de forma

coordinada. Ello llevó al código de buenas prácticas en materia de desinformación que poco a poco las principales redes sociales y plataformas (como Twitter, Facebook o Google) fueron firmando y asumiendo los compromisos que conllevan. Códigos y protocolos claros es lo que permitió, por ejemplo a las redes sociales ser ágiles en el análisis de la infodemia y ya el 17 de marzo de 2020 Facebook, Google, LinkedIn, Microsoft, Reddit, Twitter y Youtube hicieron una declaración conjunta que puede verse en la figura 1 (López-Borrull, 2020c).

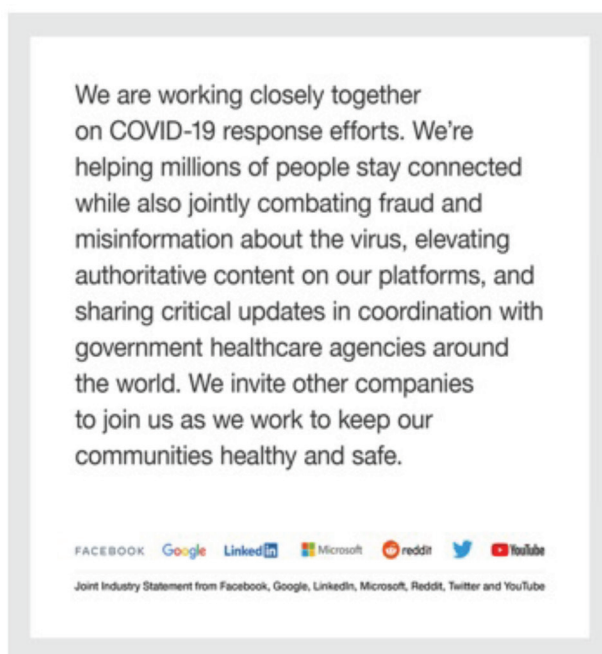


Figura 1. Declaración conjunta el 17 de marzo de 2020 de distintas plataformas y redes sociales en relación a la desinformación. Fuente: <https://twitter.com/fbnewsroom/status/1239703497479614466>

A su vez, los intentos de propuestas de solución basadas en algoritmos para la detección de *fake news* por parte de las plataformas también han planteado distintos problemas por lo que se opta por mecanismos híbridos de curación de contenidos, de forma que los posibles sesgos, el ruido producido por la polarización política o bien los bulos locales con alta capacidad de desinformar localmente aunque pueda no ser suficientemente visible para un algoritmo. En este sentido, una aproximación únicamente tecnológica puede ser pernicioso per se, y es necesaria que sea una propuesta más de resolución.

Finalmente, como ya trataremos en el siguiente apartado el tema de la alfabetización como propuesta de solución a medio y largo plazo, quisiera también citar la importancia de la aproximación legal. Sin duda, uno de los aspectos más complejos en relación a la desinformación de tipo electoral en relación a elecciones y referéndums viene dado por la gran intensidad de bulos en poco tiempo y la importancia del contexto y la presión del tiempo para poder verificar una noticia que puede ser crítica en medio de la campaña electoral por sus efectos, pero que una semana después de las elecciones puede no ser tan relevante por cuanto la capacidad de crear un estado de opinión podía ser crucial el día de la votación y sólo en ese momento. Los estados ya tenían un debate sobre cómo legislar ante la desinformación en su equilibrio ante el resto de derechos, deberes y libertades sobre los cuáles ya legislaba, pero la desinformación a gran escala y el interés general (y no el particular de un afectado en relación al honor y la intimidad) en relación por ejemplo a la COVID-19 y la infodemia parece no tener un tratamiento adecuado.

Sea cual sea la aproximación ante la desinformación, las bibliotecas y sus asociaciones (de entidades o bien de profesionales) deben tener una presencia activa en tantos foros como sea posible. Nuestra visión oportuna como intermediarios de contenidos ante los usuarios con una visión ética y moral debería permitirnos aportar de forma adecuada una voz prevalente en la defensa de los derechos de los usuarios y los deberes de estados, plataformas y autores para que la desinformación se vea frenada. También me parece muy relevante que las bibliotecas sean espacios donde aprender a entender cómo las plataformas y redes sociales ocupan un papel central en nuestra sociedad casi como intermediarios necesarios en nuestro acceso a la información y su consumo, no únicamente como espacios donde los usuarios primero se informan (Lopez-Borrull et al., 2018), sino también por las consecuencias de su uso y disfrute. Así, hemos pasado de una visión optimista a ultranza en las ventajas de la presencia en las redes sociales a un cierto escepticismo en relación a aspectos como evidentemente la desinformación, pero también el discurso del odio, la privacidad o la venta de nuestros datos en un negocio de ingentes beneficios. Todo ello con herramientas creadas en este mismo siglo, algunas de las cuales ya desaparecidas como MySpace y otras aparecidas muy recientemente, como TikTok.

No hace falta “una” alfabetización, sino alfabetizaciones múltiples

Uno de los principales aspectos que aparecen habitualmente en el análisis sobre la desinformación y las fake news y de qué manera es posible

atacar sus efectos y consecuencias tienen que ver con la importancia de una mayor alfabetización en la sociedad. Como describió Gómez-Hernández (2007), aunque el concepto de information literacy ya aparece a mediados de los 70, es la llegada de Internet y la consolidación de los estudios universitarios en Biblioteconomía y Documentación los que aportan una visión más clara de la relación del colectivo de las bibliotecas y la alfabetización entonces informacional o digital, tal como también Bawden (2002) diferenció a nivel conceptual. Posteriormente, autores como Lee y So (2014) han diferenciado claramente la alfabetización mediática de la informacional y abogan por la colaboración de las dos visiones para responder al reto presente en la sociedad.

Ante la ingente cantidad de información que campa a sus anchas por Internet las capas de alfabetización y sus propuestas para que la sociedad y los usuarios desarrollen competencias y pensamiento crítico para ser capaces de discernir aquello que es cierto de lo que no es, las bibliotecas tienen una nueva posibilidad para ganar centralidad. En relación a la alfabetización mediática que los medios y facultades de periodismo llevan años defendiendo, la buena valoración de los servicios bibliotecarios debería ser suficiente para crear colaboraciones con diversas entidades que permitan avanzar en cursos y formaciones interdisciplinarias. En este sentido, pues, aprovechar una mejor reputación de las bibliotecas que del colectivo de los medios, tal como hemos apuntado (McNair, 2017). Es, pues, interesante e inteligente promover acciones y sinergias que permitan potenciar dicha visión. Por ejemplo, poner en valor iniciativas como la Plataforma per a l'Educació Mediàtica, promovida por el Consell de l'Audiovisual de Catalunya (la autoridad independiente de regulación de la comunicación audiovisual de Catalunya), y que incluye por ejemplo tanto el Col·legi de Bibliotecaris-Documentalistes de Catalunya como el Col·legi de Periodistes de Catalunya.

Pero, además, ahondando en la idea de las múltiples alfabetizaciones, parece importante valorar el equilibrio necesario de aquella idea de la cooperación que distingue entre dar el pescado y enseñar a pescar. De forma paralela, se podría distinguir en la necesidad de acciones que permitan ofrecer formaciones para que los usuarios aprendan a verificar, pero también posibles servicios de verificación directa. Éstos podrían ser interesantes en ciudades o regiones con una elevada circulación de bulos en relación a colectivos inmigrantes, violencia de género o polarización política. Es decir, en ámbitos donde la confianza que los servicios bibliotecarios ofrecen para luchar contra la desinformación de corto recorrido, bulos locales que a veces pueden ser los que más daño hacen a determi-

nadas comunidades, puesto que no son verificados en redes sociales o medios, pero que la biblioteca podría usar para consolidar su papel como nodo social.

Además, en relación a las alfabetizaciones, parece también oportuno consolidar la idea de que las alfabetizaciones cada vez son más complejas. A diferencia de hace unos años, visiones como el gobierno abierto o los portales de datos abiertos requieren de una ciudadanía que cada vez posea más competencias en el manejo, gestión y análisis de datos para entender el contexto. Así, somos capaces de acceder a los datos de los sueldos de determinados colectivos (políticos, deportistas, etc.), ¿pero somos capaces de poner el contexto de lo que implican? En una sociedad donde los datos parecen argumentos arrojados en debates electorales, no sólo es importante si son o no verdad, sino las implicaciones y el contexto que deben tener.

Por último, la COVID-19 también nos ha mostrado la importancia de un nuevo tipo de alfabetización importante para entender la información y el conocimiento ante el cual encontramos información, y sería cuál es el valor de un preprint, de un artículo revisado o qué es una revista depredadora. Es por ello que lo que llamamos *fake science* como la presencia de desinformación y contenidos falsos en publicaciones aparentemente científicas ha tenido un valor a lo largo de toda la crisis de la COVID-19 (López-Borrull, 2020b), pero también anteriormente en relación a artículos que relacionan el autismo con las vacunas, por ejemplo. Así, pues lo que podemos denominar alfabetización científica, que entienda el método científico pero también las formas que usa la ciencia para validar y difundir conocimiento, más en un momento donde el acceso abierto y la ciencia abierta abren y permiten el acceso a todo tipo de contenido científico.

El difícil reto ante bulos en forma de productos audiovisuales de alta calidad

Otro de los aprendizajes que ha tenido la infodemia de la COVID-19 ha sido comprobar cómo la desinformación, igual que los gases, llena los espacios a los que la ciencia no es capaz de dar respuesta. Así, en los momentos más duros de la primera ola de la COVID-19, cuando había más preguntas que respuestas, empezaron los primeros bulos. Estudios como el de Masip et al. (2020) y Salaverría (2021) en el caso español permitieron ver

la dificultad inicial para discernir los principales bulos en relación a la COVID-19. Por mi parte, pude estudiar los relacionados con el origen o el efecto del 5G y permitió ver cómo las redes sociales, especialmente Whatsapp pero no únicamente, se llenaban de teorías negacionistas y conspiracionistas (López-Borrull, 2020a). De aquellos barro, estos lodos. Así, la explicación sencilla y fácil (nos engañan) ante situaciones complejas. O dicho de otro modo, en río revuelto, ganancia de negacionistas. Anastasiades et al. (2021) han explicado acertadamente las implicaciones psicológicas de la desinformación en relación a la COVID-19.

Así, teorías y explicaciones que en condiciones normales permanecen en la periferia llegaron a las clases medias por la puerta de atrás, por sus contactos, ante los cuáles a menudo era más difícil discernir el bulo de la verdad, por cuanto se cree que el otro ya lo ha verificado. Más allá de los mecanismos psicológicos para creer los bulos, según mi punto de vista otro de los elementos importantes a considerar sobre todo por el papel que pueden jugar las bibliotecas es la calidad de los contenidos virales como expresión de las teorías negacionistas. Así, no estamos hablando de memes, noticias torticeras en un medio con múltiples elementos de clickbait, sino de documentales con calidad y plausibilidad. Es la combinación de los dos elementos los que desde mi visión es más preocupante.

Así, por ejemplo, el documental *Plandemic*, que aunque en estos momentos es muy difícil localizarlo ya en canales de Youtube se hizo exageradamente viral (Nazar & Pieters, 2021). Por su parte, Kearney et al. (2020) estudiaron por ejemplo su viralización vía twitter y vieron cómo de importante fue su difusión. Así se reunían los siguientes elementos: un documental en inglés, con subtítulos, con presencia de médicos y científicos, con un par o tres de ideas fuerza repetidas en todo el documental, un envoltorio perfecto para un teoría negacionista, ecos de la cual aún pueden escucharse al haber incorporado la vacunación dentro de las explicaciones de que la COVID-19 ha sido “planificada”.

El problema con este tipo de recursos se basa en el hecho de que estamos hablando de contenidos de formato de calidad, con plausibilidad (añaden elementos ciertos en la construcción de un relato falso), con dificultad para encontrar contenidos que lo desmienten claramente (sobre todo en el momento en el que te llegan) y en el cual la apelación al miedo y los instintos primarios de protección de tus seres queridos hace que fomente la viralización. Sin duda, una tormenta perfecta. Además, dado el nivel de especialización de la información científica que contiene, parece difícil por parte de no especialistas la verificación de los contenidos. Es por ello que este tipo de pro-

ductos son un reto para las bibliotecas, pero también una oportunidad para aprender de la mano de tu comunidad para verificar contenidos presentes en Internet, ya sea en forma de talleres, donde un usuario pueda aportar su conocimiento y actuar de forma colaborativa.

Agendas políticas polarizadas en el marco de la desinformación

En la actualidad, uno de los campos más interesantes y complejos de estudio es la correlación entre la polarización, las plataformas y redes sociales y la difusión de *fake news* y desinformación en general. De la cantidad de estudios publicados, emerge una idea común por la que se propone que son las redes sociales las que conducen a la polarización y que las cámaras de eco como ecosistema cerrado e impermeable hacen que la información (y la desinformación) realmente continuamente nuestra determinada dieta informativa. Así, recientemente Rhodes (2021) ha descrito un experimento por el cual los individuos que tenían acceso a una dieta informativa más plural eran capaces de discernir mejor la presencia de *fake news*. Por su parte, trabajo como el de Cinelli et al. (2021) han permitido también ver que no todas las redes sociales se comportan de la misma forma, y que los mecanismos de realimentación, recomendación y propuestas de contenidos marcan la existencia o no de las cámaras de eco y la dificultad para prevenir el consumo de desinformación.

Aún así, en la muy relevante revisión bibliográfica llevada a cabo por Arguedas et al. (2021) en un informe del Reuters Institute for the Study of Journalism sugiere sin embargo que las cámaras de eco son mucho menos generalizadas de lo que se supone de forma habitual, y ofrece menos consenso sobre el papel de las noticias y uso de los medios para contribuir a la polarización. De alguna manera, el debate creo que se sitúa en relación a la polarización y las redes sociales en si primero fue el huevo o la gallina, es decir, si la polarización encuentra una expresión en las redes, o si las redes son las principales causantes (por los mecanismos de consumo de información).

A todo ello, creo que es importante el papel de las bibliotecas como actor para la promoción y consumo de una dieta informativa rica y plural. Para ello, es necesario que existan fondos, prensa que la fomenten, pero también por sí solo no es suficiente, y se valora como relevante que puede ayudar a la ciudadanía, los usuarios a entender y describir mejor los usos que se hacen de las redes sociales, sobre todo de todas aquellas herra-

mientas, notificaciones y permisos que pueden ayudar a dar un consumo más responsable de los contenidos.

Coocurrencias de desinformación, ¿capas concéntricas de desinformación?

En el ámbito de la salud pública se tiene muy presente que habrá que evaluar de forma crítica todo aquello que ha sucedido y las decisiones que se han ido tomando en relación a la crisis sanitaria, sobre todo por lo que se refiere a cómo estar preparados si vuelve a suceder algo similar. Por lo que respecta a la desinformación, aún parece más claro que después de la infodemia de la COVID-19 habrá que considerar si todos los actores estuvieron acertados, sobre todo administraciones y redes sociales, pero también si estaremos preparados para nuevas olas de desinformación, aunque no sean como en este caso de tipo global.

Parece pues oportuno considerar lo que podemos llamar la coocurrencia de desinformación o teorías negacionistas concéntricas. En este sentido, el ámbito más parecido en lo que se refiere al uso intensivo de conocimiento científico sería el problema de la crisis climática producida por el cambio climático. Hace años que se está estudiando, sobre todo en los Estados Unidos, donde es posible encontrar patrones ideológicos, sobre todo en la derecha más rural, en el cual se niega el cambio climático y la propia existencia de la COVID-19. Estudios como los de van der Linden et al. (2017) o Treen et al. (2020) ya avanzan algunas de las cuestiones y aspectos a considerar sobre la desinformación del cambio climático. Ambos sitúan también la existencia de actores organizados interesados en la negación de la propuesta científica. No parece casual el papel del propio presidente Trump, el gran paradigma de la desinformación respecto no sólo al cambio climático sino también respecto la opinión científica de expertos como Anthony Fauci, aunque éste fuera su principal asesor en los peores momentos de la crisis sanitaria. Incluso Porter et al. (2019) se plantearon si existía una forma de corregir la desinformación lanzada por el propio mensaje presidencial. Autores como Abellán-López (2021) abogan por una alfabetización climática para contrarrestar los bulos en este ámbito.

Aunque es evidente que la crisis climática va ser uno de los retos a futuro y el papel de la ciencia va a ser crucial para tomar las decisiones y sacrificios individuales y colectivos que parece que serán necesarios, otro tipo de bulos y negaciones están teniendo lugar a la vez, de forma que quizá no son fenómenos aislados. En particular, el papel que la ultraderecha

y la utilización y presencia en las principales manifestaciones negacionistas. Así, además del problema del mensaje de odio a colectivos, también se puede añadir el acoso al feminismo, la negación de la violencia de género (Herrero-Diz et al., 2020) e incluso la negación del Holocausto.

En este sentido, pues, la existencia de focos de desinformación en determinadas comunidades puede apuntar la existencia de una cierta agenda más o menos oculta de los movimientos ultras para ganar visibilidad y centralidad y llegar a oídos que en condiciones normales no hubieran escuchado sus mensajes. Y aquí de nuevo la biblioteca tiene una oportunidad como nodo y parte del tejido asociativo de su comunidad para tener un termómetro activo de distintos tipos de desinformación y dudas que puedan aparecer en determinados colectivos para saber qué tipos de fondos, talleres y formaciones podría incorporar para luchar contra mitos y leyendas urbanas que en muchos casos podrían ser la puerta de entrada para mensajes de odio, en especial para los colectivos más frágiles por edad o condición sociodemográfica.

Necesidad de nuevas competencias para el profesional de la información en relación a la desinformación

Algunos de los aprendizajes que la pandemia permite valorar van ligados a las competencias de los distintos profesionales de la información y también la comunicación. Es decir, sostener que las bibliotecas son un entorno natural de la lucha contra la desinformación no implica que ello sea automático. ¿Pueden el colectivo bibliotecario con sus competencias actuales verificar y ayudar a verificar las *deepfake*? Un recorrido por la bibliografía que se está publicando actualmente sobre la detección automática de vídeos *deepfake* (vídeos de contenido falso creados con inteligencia artificial) muestra que se validan más algoritmos y bibliotecas en Python que en entornos bibliotecarios. La dependencia de conocimientos cada vez más tecnológicos parecería alejar a las bibliotecas o a su colectivo profesional.

Sin duda, pues, el colectivo de profesionales de la información tiene su valor en la creación de algoritmos o aproximaciones tecnológicas o bien en su aproximación en lo que llamamos curación de contenidos, el filtro de contenidos en Internet que permiten aportar valor a la vez que la se añade la posibilidad de filtrar información y contenidos falsos (López-Borrull & Ollé, 2019), tal como se expresa en la siguiente figura:

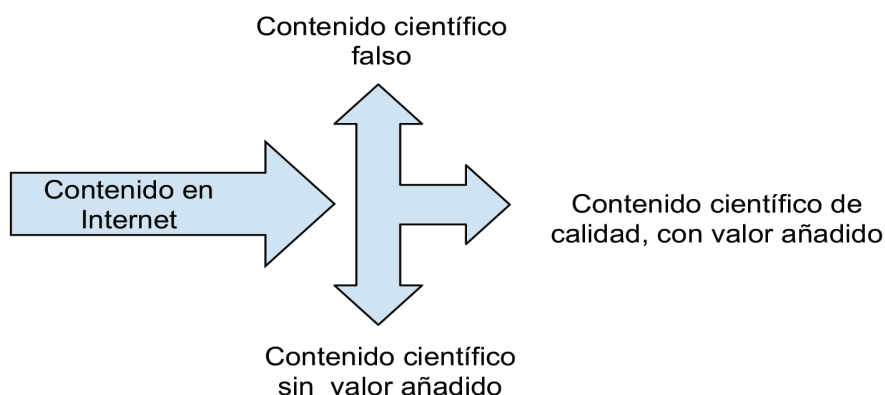


Figura 2. Proceso de curación de contenidos científicos (López-Borrull & Ollé, 2019)

En este sentido, Guallar y Codina (2020) han reflexionado acertadamente sobre el proceso de curación de contenidos y lo que tradicionalmente había sido la documentación informativa de formación para periodistas. En este ámbito, el papel de las bibliotecas como entornos para promover, formar y hacer curación de contenidos en las redes sociales es importante, de forma que nuevos servicios de información digital podrían ser ofrecidos. Ello es evidente, según mi punto de vista en lo que se refiere al uso de las redes sociales en las bibliotecas. ¿Han sido usadas para la verificación de bulos, incluso en la época en las cuales las bibliotecas estaban cerradas? Posiblemente cuando los contenidos estaban en las redes sociales, sobre todo en el confinamiento, la propia novedad hizo que no hubiera un papel verificador o creador de contenidos de alto valor para luchar contra la desinformación. Podría ser un posible proyecto o competencias que las bibliotecas podrían asumir en función de la realidad sociodemográfica de su comunidad de usuarios.

Necesidad de más ciencia abierta, no más ruido documental

Anteriormente hemos tratado la importancia de la alfabetización científica y de los fundamentos principales de la comunicación y divulgación científica como elementos para la comprensión del conocimiento presente en la red. Sin duda, la pandemia de la COVID-19 ha permitido comprobar cómo la aceleración de la compartición de conocimiento redundaba en una mejor gestión de salud pública, pero también de cómo la ciencia era capaz

de aprender y dar respuestas a las incertidumbres de cada momento. En este caso, la compartición de datos y artículos en abierto han servido para validar que una ciencia más abierta tiene más ventajas que inconvenientes. Autoras como Méndez (2021) validan que la nueva normalidad debe incorporar también lo aprendido en relación a la compartición de conocimiento científico y no volver atrás. Por su parte, Abadal (2021) ya contextualiza la dificultad de la adaptación al nuevo paradigma. Asimismo, parece oportuno calibrar si el auge de los preprints ha permitido subsanar el problema del acceso a contenidos de pago permitiendo la compartición de artículos sin pasar un proceso de revisión (Majumder & Mandl, 2020).

En este sentido, precisamente en un entorno cada vez más científico parece adecuado que también las bibliotecas públicas adopten el paradigma de la ciencia abierta y de alguna forma u otra se planteen un paso adelante. De hecho recientemente justificaba que la ciencia abierta es una excelente herramienta para la lucha contra la desinformación, aunque no sea su principal motivación (López-Borrull, 2021). Es decir, dentro de los motivos y escuelas que llevan al concepto y la necesidad de una ciencia más abierta y que describieron de forma muy acertada Fecher y Friesike (2014), la desinformación, sobre todo de tipo científico, no era una de las motivaciones. La infodemia producida por la COVID-19, con teorías conspiracionistas y negacionistas del método científico, de las vacunas y los consensos en investigación es un cambio por el cual la ciencia toma un papel más central en la ayuda a la toma de decisiones.

Por tanto, la ciencia abierta debe ser una camino a seguir que permita una óptima compartición de contenido. A ello, añadimos la visión de la Responsible Research & Innovation (RRI), que valora que el papel de la ciencia y la investigación debe considerarse y hacer “con y para la sociedad”. Estos dos escenarios y conceptos sitúan en una situación perfecta las bibliotecas para apoyar muchas iniciativas que tienen lugar.

En este sentido, es importante destacar que no estamos únicamente hablando de las bibliotecas universitarias, sino que también incluimos las públicas pero también las especializadas. Sí, la ciencia abierta tiene la habilidad de incluir aspectos muy especializados como la evaluación de la ciencia, pero también la ciencia ciudadana, es decir, la participación e involucración de ciudadanos en los proyectos de investigación (Ferran-Ferrer, 2015). Ello permite ahondar en la idea de la biblioteca, ya sea pública o universitaria, como laboratorios de relación entre comunidades de usuarios para la compartición de conocimiento. Sin duda, una oportunidad de centralidad de las bibliotecas (McPhee et al., 2018).

Conclusiones

Se han presentado ocho aspectos clave de la primera infodemia global que considero que podría llevar a las bibliotecas a plantear qué papel pueden o deberían jugar contra la desinformación, que de hecho ataca aquello clave en su misión, la información de calidad. Así, podría darse la paradoja de disponer de grandes fondos en sus paredes, mientras los usuarios conectados a la wifi están consumiendo y difundiendo desinformación, incluso creándola. Es por ello que considero que las bibliotecas deben plantearse algunas de las acciones que pueden derivar de estos aspectos:

- Las bibliotecas y los profesionales de la información deben tener un papel activo en la lucha contra la desinformación. A nivel colectivo, implica que las asociaciones de profesionales pero también las redes de bibliotecas, públicas o universitarias, deberían crear grupos de trabajo para la compartición de buenas prácticas así como de proyectos de colaboración que permitan acometer objetivos ambiciosos.
- La desinformación es una nueva oportunidad para que cada biblioteca sea un nodo crítico de conocimiento con valor en su ecosistema, tanto a nivel territorial como a nivel de su tejido asociativo, un altavoz desde el cual ayudar a verificar bulos locales que puedan atentar contra la convivencia, colectivos o minorías.
- Por instalaciones y competencias de sus profesionales las bibliotecas deberían tener un papel proactivo en la oferta de formación de capacidades de verificación pero también de creación de pensamiento crítico entre la ciudadanía.
- Las bibliotecas deben ser para la ciudadanía un actor activo y de contraposición para entender y ayudar a entender los flujos de información y conocimiento en Internet y en especial en las redes sociales en aspectos como la privacidad y la curación de contenidos. Así, en el siempre difícil equilibrio entre derechos y deberes, encontrar los espacios para que la libertad de expresión y el no derecho a desinformar, del mismo modo que siempre ha sabido encontrar el tono entre el derecho al acceso a la información de los usuarios y los derechos de autor de los creadores, aunque en algunos momentos sobre todo al inicio de Internet ello implicara una posición difícil.

Como compendio de todas estas recomendaciones, podríamos considerar que existe una reflexión acerca de si las bibliotecas pueden retomar de nuevo un papel central en la intermediación entre usuarios y el conocimiento, de la misma forma que los medios de comunicación se replantean su papel a futuro en base a la desinformación, incluso valorando que las *fake news* pueden ser una crisis para crear nuevos modelos de periodismo. A nivel bibliotecario, parece pues también muy oportuno plantear la presencia activa en todo foro que se hable de la desinformación. Así como la información y el conocimiento han sido tradicionalmente nuestra materia prima, la desinformación, el lado oscuro, debe ser también una prioridad y debemos ser referencia y grupo de interés a la hora de afrontar nuevos retos. En una época de posverdad, los ciudadanos deben interrogarse qué papel dan a la verdad y los hechos en su toma de decisiones diarias y cómo afrontan los hechos que no cuadran con sus propias creencias y sesgos. Sería oportuno, en definitiva y como conclusión, que la profesión bibliotecaria hiciera lo mismo en relación a la desinformación y tomarlo como algo propio que complementa de forma adecuada todo aquello correcto que siempre se ha llevado a cabo.

Bibliografía

- Abadal, E. (2021). Ciencia abierta: un modelo con piezas por encajar. *Arbor*, 197(799), a588–a588. <https://doi.org/10.3989/arbor.2021.799003>
- Abellán-López, M. Á. (2021). El cambio climático: negacionismo, escepticismo y desinformación. *Tabula Rasa*, 37, 283–301. <https://doi.org/10.25058/20112742.n37.13>
- Anastasiades, E., Argyrides, M., & Mousoulidou, M. (2021). Misinformation about COVID-19: Psychological Insights. *Encyclopedia*, 1(4), 1200–1214. <https://doi.org/10.3390/encyclopedia1040091>
- Anderson, R. (2017). Fake news and alternative facts: five challenges for academic libraries. *Insights*, 30(2), 4–9. <https://doi.org/10.1629/uksg.356>
- Arguedas, A. R., Robertson, C. T., Fletcher, R., & Nielsen, R. K. (2021). *Echo Chambers, Filter Bubbles, and Polarisation: a Literature Review*. The Royal Society. https://reuters-institute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/2022-01/Echo_Chambers_Filter_Bubbles_and_Polarisation_A_Literature_Review.pdf
- Bawden, D. (2002). Revisión de los conceptos de alfabetización informacional y alfabetización digital. *Anales de Documentación*, 5, 361–408. <https://revistas.um.es/anales-doc/article/view/2261>
- Bernal-Triviño, A., & Clares-Gavilán, J. (2019). Uso del móvil y las redes sociales como canales de verificación de fake news. El caso de Maldita.es. *Profesional de la Información*, 28(3). <https://doi.org/10.3145/epi.2019.may.12>

- Caridad-Sebastián, M., Morales-García, A.-M., Martínez-Cardama, S., & García-López, F. (2018). Infomediación y posverdad: el papel de las bibliotecas. *Profesional de la Información*, 27(4), 891–898. <https://doi.org/10.3145/epi.2018.jul.17>
- Castells, M. (2004). *Informationalism, networks, and the network society: a theoretical blueprint* (M. Castells (ed.); pp. 3–45). Edward Elgar Publishing. https://econpapers.repec.org/bookchap/elgeechap/3203_5f1.htm
- Cinelli, M., Morales, G. D. F., Galeazzi, A., Quattrocioni, W., & Starnini, M. (2021). The echo chamber effect on social media. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 118(9). <https://doi.org/10.1073/pnas.2023301118>
- Comisión Europea. (2018). *La lucha contra la desinformación en línea: un enfoque europeo*. COM(2018) 236. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/ES/TXT/HTML/?uri=CELEX:52018DC0236&from=EN>
- Fecher, B., & Friesike, S. (2014). Open Science: One Term, Five Schools of Thought. In S. Bartling & S. Friesike (Eds.), *Opening Science: The Evolving Guide on How the Internet is Changing Research, Collaboration and Scholarly Publishing* (pp. 17–47). Springer International Publishing. https://doi.org/10.1007/978-3-319-00026-8_2
- Ferran-Ferrer, N. (2015). Volunteer participation in citizen science projects. *Profesional de la Información*, 24(6), 827–837. <https://doi.org/10.3145/epi.2015.nov.15>
- Gómez-Hernández, J.-A. (2007, February 8). Alfabetización informacional. Cuestiones básicas. *Anuario ThinkEPI*, 43–50. <http://eprints.rclis.org/8743/1/Anuario-ThinkEPI-2007-Gomez-Hernandez-Alfin.pdf>
- Guallar, J., Codina, L., Freixa, P., & Pérez-Montoro, M. (2020). Desinformación, bulos, curación y verificación. Revisión de estudios en Iberoamérica 2017-2020. *Telos: Revista de Estudios Interdisciplinarios En Ciencias Sociales*, 22(3), 595–613. <https://doi.org/10.36390/TELOS223.09>
- Hao, K., & Basu, T. (2020). The coronavirus is the first true social-media “infodemic.” In *MIT Technology Review*. <https://www.technologyreview.com/2020/02/12/844851/the-coronavirus-is-the-first-true-social-media-infodemic/>
- Herrero-Diz, P., Pérez-Escobar, M., & Sánchez, J. F. P. (2020). Desinformación de género: análisis de los bulos de Maldito Feminismo. *Revista ICONO 14. Revista científica de Comunicación y Tecnologías emergentes*, 18(2), 188–216. <https://doi.org/10.7195/ri14.v18i2.1509>
- Kearney, M. D., Chiang, S. C., & Massey, P. M. (2020). The Twitter origins and evolution of the COVID-19 “pandemic” conspiracy theory. *Harvard Kennedy School Misinformation Review*, 1(3). <https://doi.org/10.37016/mr-2020-42>
- Lee, A., & So, C. (2014). Alfabetización mediática y alfabetización informacional: similitudes y diferencias. *Comunicar: Revista Científica de Comunicación y Educación*, 21(42), 137–146. <https://doi.org/10.3916/C42-2014-13>
- López-Borrull, A. (2020a). *Bulos científicos: de la tierra plana al coronavirus*. OBERON.
- López-Borrull, A. (2020b). Fake news e infodemia científica durante la Covid-19, ¿dos caras de la misma crisis informacional? *Anuario ThinkEPI*, 14. <https://doi.org/10.3145/thinkepi.2020.e14e07>
- López-Borrull, A. (2020c). “Fake news” y coronavirus (y II): las redes sociales ante la desinformación. *COMeIN*, 99. <https://doi.org/10.7238/c.n99.2036>
- López-Borrull, A. (2021). ¿Es la ciencia abierta una respuesta válida para la lucha contra la desinformación científica? *Anuario ThinkEPI*, 15. <https://doi.org/10.3145/thinkepi.2021.e15e06>

- López-Borrull, A., & Ollé, C. (2019). La curación de contenidos como respuesta a las noticias y a la ciencia falsas. *Anuario ThinkEPI*, 13. <https://doi.org/10.3145/THINKEPI.2019.E13E07>
- Lopez-Borrull, A., Vives-Gràcia, J., & Badell, J.-I. (2018). Fake news, ¿amenaza u oportunidad para los profesionales de la información y la documentación? *Profesional de la Información*, 27(6), 1346–1356. <https://doi.org/10.3145/epi.2018.nov.17>
- Magallón-Rosa, R. (2018). Nuevos formatos de verificación. El caso de Maldito Buló en Twitter. *Sphera Publica*, 1(18), 41–65. <https://sphera.ucam.edu/index.php/sphera-01/article/view/341>
- Majumder, M. S., & Mandl, K. D. (2020). Early in the epidemic: impact of preprints on global discourse about COVID-19 transmissibility. *The Lancet Global Health*, 8(5), e627–e630. [https://doi.org/10.1016/S2214-109X\(20\)30113-3](https://doi.org/10.1016/S2214-109X(20)30113-3)
- Martínez-Cardama, S., & Algora-Cancho, L. (2019). Lucha contra la desinformación desde las bibliotecas universitarias. *Profesional de la Información*, 28(4). <https://doi.org/10.3145/epi.2019.jul.12>
- Masip, P., Aran-Ramspott, S., Ruiz-Caballero, C., Suau, J., Almenar, E., & Puertas-Graell, D. (2020). Consumo informativo y cobertura mediática durante el confinamiento por el Covid-19: sobreinformación, sesgo ideológico y sensacionalismo. *Profesional de la Información*, 29(3). <https://doi.org/10.3145/epi.2020.may.12>
- McNair, B. (2017). *Fake News: Falsehood, Fabrication and Fantasy in Journalism*. Routledge.
- McPhee, C., Leminen, S., Schuurman, D., Westerlund, M., & Huizingh, E. (2018). Editorial: Living Labs (December 2018). *Technology Innovation Management Review*, 8(12), 3–6. <https://doi.org/http://doi.org/10.22215/timreview/1200>
- Méndez, E. (2021). Open Science por defecto. La nueva normalidad para la investigación. *Arbor*, 197(799), a587–a587. <https://doi.org/10.3989/arbor.2021.799002>
- Molina-Cañabate, J.-P., & Magallón-Rosa, R. (2020). Desinformación y periodismo científico. El caso de Maldita Ciencia. *Revista Mediterránea de Comunicación*, 11(2), 11–21. <https://doi.org/10.14198/MEDCOM2020.11.2.4>
- Nazar, S., & Pieters, T. (2021). Plandemic Revisited: A Product of Planned Disinformation Amplifying the COVID-19 “infodemic.” *Frontiers in Public Health*, 9. <https://www.frontiersin.org/article/10.3389/fpubh.2021.649930>
- Porter, E., Wood, T. J., & Bahador, B. (2019). Can presidential misinformation on climate change be corrected? Evidence from Internet and phone experiments. *Research & Politics*, 6(3), 2053168019864784. <https://doi.org/10.1177/2053168019864784>
- Revez, J., & Corujo, L. (2021). Librarians against fake news: A systematic literature review of library practices (Jan. 2018–Sept. 2020). *The Journal of Academic Librarianship*, 47(2), 102304. <https://doi.org/10.1016/j.acalib.2020.102304>
- Rhodes, S. C. (2021). Filter Bubbles, Echo Chambers, and Fake News: How Social Media Conditions Individuals to Be Less Critical of Political Misinformation. *Political Communication*, 0(0), 1–22. <https://doi.org/10.1080/10584609.2021.1910887>
- Rochlin, N. (2017). Fake news: belief in post-truth. *Library Hi Tech*, 35(3), 386–392. <https://doi.org/10.1108/LHT-03-2017-0062>
- Salaverría-Aliaga, R. (2021). *Entender y combatir la desinformación sobre ciencia y salud*. Ministerio de Ciencia e Innovación. <https://hdl.handle.net/10171/60223>

- Treen, K. M. d'I., Williams, H. T. P., & O'Neill, S. J. (2020). Online misinformation about climate change. *WIREs Climate Change*, 11(5), e665. <https://doi.org/10.1002/wcc.665>
- Van der Linden, S., Leiserowitz, A., Rosenthal, S., & Maibach, E. (2017). Inoculating the Public against Misinformation about Climate Change. *Global Challenges*, 1(2), 1600008. <https://doi.org/10.1002/gch2.201600008>

Medidas públicas y privadas para combatir la desinformación. Un análisis comparativo

Public and private measures to combat disinformation. A comparative analysis

RAÚL MAGALLÓN-ROSA

Profesor de la Universidad Carlos III de Madrid

raul.magallon@uc3m.es

ORCID: 0000-0002-2236-7802

JUAN PEDRO MOLINA-CAÑABATE

Profesor de la Universidad Carlos III de Madrid

juanpedro.molina@uc3m.es

ORCID: 0000-0002-3665-6656

JOSÉ MANUEL SÁNCHEZ-DUARTE

Profesor de la Universidad Rey Juan Carlos

josemanuel.sanchez@urjc.es

ORCID: 0000-0002-5627-2713

RESUMEN

El objetivo de esta investigación se centra en analizar y describir las principales medidas públicas y privadas adoptadas por los actores implicados en la lucha contra la desinformación a nivel global.

Para ello se plantean cinco factores que han determinado las respuestas de los estados a este nuevo escenario de democracia digital disfuncional: la dimensión competencial y geográfica, la distinción entre estrategias, medidas

y objetivos, la definición de los actores implicados y sus funciones en las respuestas tomadas, la distinción temporal de las acciones y objetivos y las pautas de coordinación y seguimiento que necesitan las políticas destinadas a combatir la desinformación y limitar los desórdenes informativos.

El nuevo contexto presenta desafíos conceptuales que tendrán consecuencias legales afectando a la definición legislativa de desinformación, pero también a la propia noción de periódico digital y a la de censura en tiempos de sobreinformación.

PALABRAS CLAVE: desinformación; legislación; injerencias extranjeras; medidas públicas; Estados.

ABSTRACT

The aim of this research is to carry out an analysis and description of the main public and private measures taken by the different actors involved in the fight against disinformation at a global level.

From this point of view, five factors that have determined the responses of the states to this new scenario of *dysfunctional digital democracy* are proposed: the competence distribution and the geographical dimension; the distinction between strategies, measures and objectives; the definition of the actors involved and their functions in the responses taken; the temporary distinction of the actions and objectives and the coordination and follow-up guidelines of the policies aimed to tackle disinformation and limiting information disorders.

The new context presents conceptual challenges that will have legal consequences and that begin with the legislative definition of disinformation but that affect the notion of digital newspaper or the definition of censorship in times of overinformation.

KEYWORDS: disinformation; legislation; foreign interference; public measures; States.

Introducción

En los últimos años la desinformación se ha ido normalizando dentro de la esfera pública digital (Magallón-Rosa & Sánchez-Duarte, 2021). Como consecuencia de esta transformación hemos visto cómo sus modos, narrativas y formatos no sólo se han integrado en nuestros hábitos de consumo,

sino que han conseguido que sus implicaciones se hayan vuelto cada vez más invisibles para la ciudadanía¹.

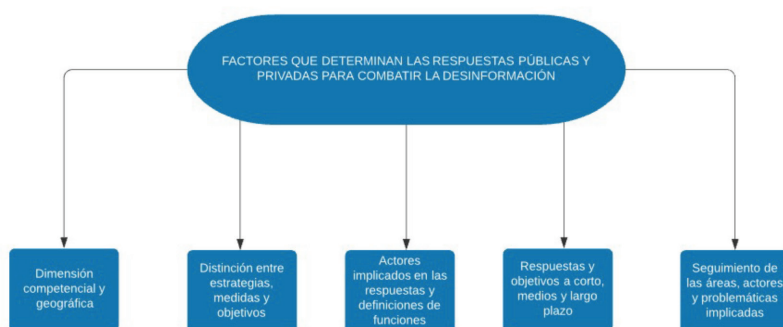
Este conjunto de disfunciones está contribuyendo a poner en cuestión algunas de las reglas de juego democráticas consolidadas (Law Library Of Congress, 2019). Hasta ahora, las democracias no sólo han ido por detrás a la hora de dar una respuesta coordinada a los nuevos desórdenes informativos, sino que, cuando lo han hecho —como las instituciones públicas y privadas no acababan de calibrar la complejidad y coordinación necesaria—, han podido contribuir a generar más ruido y distorsión en la calidad del debate público (Renda, 2018; Tambini, 2017).

Este trabajo pretende realizar un análisis y descripción de las principales medidas públicas y privadas tomadas por los distintos actores implicados en la lucha contra la desinformación a nivel global.

Más de cinco años después del Brexit, del referéndum de paz en Colombia y de la victoria de Donald Trump en las elecciones estadounidenses de 2016 (Seo & Faris, 2021), el estudio sobre la desinformación se ha convertido en una problemática clave de discusión y análisis de las *democracias digitalizadas* (Klein & Wueller, 2018; Tandoc et al., 2018; Vosoughi et al., 2018).

El objetivo de esta investigación se centra en analizar la evolución de las respuestas públicas y privadas que se están tomando en torno a la desinformación y los desórdenes informativos desde una perspectiva comparada (Humprecht et al., 2020). Al respecto, podemos señalar cinco ideas iniciales:

Gráfico 1. Factores que determinan las respuestas para combatir la desinformación.



Fuente: Elaboración propia.

¹ Este trabajo se integra dentro del proyecto IBERIFIER - Iberian Digital Media Research and Fact-Checking Hub, Ref. 2020-EU-IA-0252). Convocatoria 2020 CEF Telecom European Digital Media Observatory de la Comisión Europea.

En primer lugar, hay que distinguir las dimensiones geográfica y competencial. De esta forma se pueden identificar medidas de la UE, de países y administraciones regionales o en coordinación entre estados, niveles de gobierno, etc.

En este sentido, hay que señalar que las principales medidas se han centrado en: la creación de grupos de trabajo gubernamentales y de grupos de expertos, iniciativas legislativas, informes parlamentarios, elaboración de portales para reportar desinformación, etc (Funke & Flamini, 2022).

En segundo lugar, parece pertinente diferenciar entre las estrategias y los objetivos de las medidas puestas en acción. Desde el punto de vista del Estado y las administraciones, esta división permite categorizar la creación de leyes para mejorar el funcionamiento interno, la implementación de medidas para defenderse frente a injerencias extranjeras o cuestiones relevantes como la manera de afrontar la alfabetización mediática.

En tercer lugar, hay que identificar los actores involucrados, las respuestas que pueden ofrecer y las funciones establecidas en el proceso de lucha contra la desinformación: gobierno, parlamento, grupo de expertos, empresas tecnológicas, sociedad civil, medios de comunicación, etc.

En cuarto lugar, se encuentra la dimensión temporal. Es decir, medidas a medio plazo destinadas a momentos puntuales y sensibles como, por ejemplo, procesos electorales y a largo plazo, más vinculadas a cuestiones relacionadas con la estrategia nacional o los planes educativos.

Por último, hay que tener en cuenta que la desinformación es un fenómeno dinámico y transversal que puede afectar a cuestiones tan dispares como la seguridad nacional, los discursos de odio, la educación, la salud pública o la legislación electoral y que necesita desarrollar no sólo una tipología específica sino también mecanismos de coordinación en torno al tipo de respuestas.

Como veremos, esta dinamicidad no sólo afecta a lo complejo que resulta dar respuestas coordinadas sino también a la necesidad de una permanente revisión de las medidas adoptadas.

La redefinición estratégica y legislativa de la lucha contra la desinformación

El campo semántico, conceptual y de acción que integra el fenómeno de la desinformación no sólo es cada vez más amplio e interdependiente sino también más profundo y ramificado (Egelhofer et al., 2020; Fajardo-Trigueros & Rivas-de-Roca, 2020).

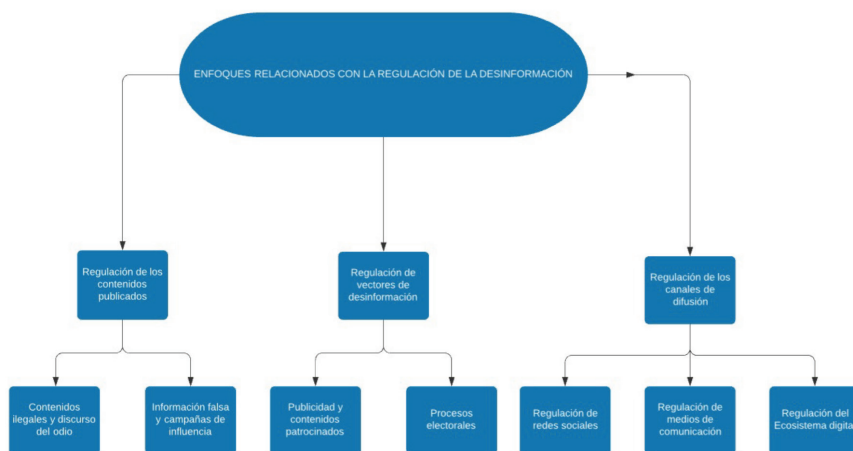
En nuestro continente, el interés actual por esta problemática se vio acelerado por el avance de las denominadas “amenazas híbridas” y el escenario ya apuntado por la UE en 2016 en el que señalaba que:

“La Unión, sus estados miembros y sus ciudadanos están sometidos a una presión sistemática cada vez mayor para hacer frente a las campañas de información, desinformación e intoxicación y a la propaganda por parte de países y agentes no estatales, como organizaciones terroristas y delictivas transnacionales en los países vecinos”².

La primera definición de éxito —más extendida y aceptada académicamente— que se convirtió en alternativa al término *fake news* —y en parte también al de desinformación— fue la de Wardle y Derakshan (2017). En su informe para el Consejo de Europa prefirieron hablar de desórdenes informativos, distinguiendo entre: desinformación (*disinformation*), información errónea (*misinformation*) e información maliciosa (*malinformation*).

Esta redefinición ha sido importante para entender las limitaciones que se afrontan cuando hablamos de combatir la desinformación desde un punto de vista regulatorio (Magallón-Rosa, 2018).

Gráfico 2. Enfoques relacionados con la desinformación.



Fuente: Elaboración propia

² Sobre la comunicación estratégica de la Unión para contrarrestar la propaganda de terceros en su contra (2016/2030(INI)) en Parlamento Europeo (2016). Véase: https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/TA-8-2016-0441_ES.html

La legislación digital presenta desafíos que se repiten: un modelo legislativo no adaptado a los cambios digitales, países con déficit democráticos significativos que pretenden influir geopolíticamente, lobbies morales e ideológicos transnacionales, intereses de actores tradicionales que no quieren perder sus cuotas de mercado y poder, además del desconocimiento de fenómenos nuevos que rápidamente se instalan en nuestra cotidianeidad (Magallón-Rosa, 2019; Nenadić, 2019).

A mediados de marzo de 2018, un grupo de alto nivel de la Comisión Europea publicó su informe final sobre desinformación (European Commission, 2018a, 2020, 2021). El documento recomendaba de forma explícita no regular contra la información errónea.

Tanto la Comisión Europea como el grupo de expertos (European Commission, 2018b, 2020) de alto nivel de la UE definen “desinformación” como “información verificablemente falsa o engañosa” que, de forma acumulativa:

- (a) “se crea, presenta y divulga con fines lucrativos o para engañar deliberadamente a la población” y
- (b) “puede causar un perjuicio público”, entendido como “amenazas contra los procesos democráticos políticos y de elaboración de políticas, así como contra los bienes públicos, como la protección de la salud, el medio ambiente o la seguridad de los ciudadanos de la UE”.

Entre las conclusiones del informe resulta importante destacar que la UE señalaba que

“en general, las plataformas no han sido suficientemente transparentes en cuanto a publicidad política y contenido patrocinado. Tampoco han facilitado suficiente información sobre el uso de técnicas de difusión estratégica, como la contratación de personas influyentes y/o el uso de robots para comercializar mensajes”.

Por el momento, de estas tres cuestiones —publicidad política, *influencers* y *bots*— las empresas tecnológicas sólo han abordado la primera de forma razonable.

En cualquier caso, la necesidad de establecer medidas legislativas se ha encontrado con dos problemáticas principales:

1. Garantizar la libertad de expresión.

2. Delimitar la definición y límites de la desinformación para poder dar una respuesta coordinada.

Al respecto, y desde el punto de vista de la libertad de expresión, han sido diversas las normativas que se han focalizado en los medios de comunicación y en la regulación de las redes sociales.

Paralelamente, otra de las problemáticas que se abren en este escenario es definir no sólo qué es un medio de comunicación, sino qué es un diario digital y qué características, requisitos y obligaciones debe tener para ser definido como tal.

En este sentido, si queremos que los medios de comunicación sean entendidos como elementos vertebradores de cohesión social y creación de comunidad deberán tener un papel diferente del que han asumido en la actualidad, el de altavoces —más o menos (in)voluntarios— de los partidos y representantes políticos.

En países como Bielorrusia, la legislación permite el bloqueo de las redes sociales y otros sitios web si se considera que violan la ley. En países como Burkina Faso, el parlamento adoptó una ley que busca castigar la publicación de información de “noticias falsas” que comprometa las operaciones de seguridad.

En este sentido, el debate más genérico y global ha girado entre regular los contenidos y legislar la forma en la que éstos se presentan. La disparidad de acciones legislativas permite entender también los grados de modulación que se pueden implementar. Como hemos señalado anteriormente —desde el punto de vista de la legislación— a nivel global se ha planteado el debate de regular:

- Instituciones.
- Medios de comunicación.
- Redes sociales y plataformas tecnológicas.
- Comportamientos ciudadanos.

La experiencia más reciente nos demuestra que la regulación de los distintos actores no sólo afecta a cada uno de ellos de forma dependiente. También puede determinar el desarrollo de leyes que, a priori, no tienen un enfoque directo hacia la desinformación como la definición de medio de comunicación, los límites preventivos de la censura, los límites de actuación de la publicidad y sus actores, la definición de daño real, etc.

Por otra parte, hay que subrayar que la forma en la que se presenta la información está vinculada a la regulación de vectores de desinformación y

afecta a cuestiones como el etiquetado de informaciones satíricas, una clara diferenciación de los contenidos patrocinados o un reparto transparente de la publicidad institucional. Todas ellas son mecanismos de adquisición de competencias como consumidores de información que afectan al sistema mediático actual (Magallón-Rosa, 2019).

Desde un punto de vista informativo, el carácter enriquecedor de las redes sociales ha ido evolucionando. De herramientas de conversación global, pasaron a ser entendidas como plataformas de visibilización para periodistas y, con posterioridad, a fuentes alternativas al discurso mediático dominante. Más tarde han sido simplificadas a un carácter reductor y antagonista de la realidad informativa reforzando su carácter de filtro burbuja y cámaras de eco informativas (Magallón-Rosa & Campos-Dominguez, 2021; Pariser, 2011).

Esta simplificación ha hecho que países como Egipto aprobaran que cualquier cuenta o blog con más de 5.000 seguidores en sitios como Facebook o Twitter fuera tratada como un medio de comunicación.

Este tipo de regulaciones no sólo plantea redefinir qué es un medio de comunicación —en este caso sólo se valora su alcance y capacidad de reproducción—, sino también la autonomía y, por tanto, la responsabilidad individual de las cuentas en redes sociales a la hora de difundir información de manera pública.³

En Alemania, la ley —titulada *Netzwerkdurchsetzungsgesetz* (NetzDG)— obliga a las plataformas en línea a eliminar publicaciones “obviamente ilegales” en un plazo de 24 horas o arriesgarse a recibir multas de hasta 50 millones de euros (Federal Ministry of Justice of Germany, 2021). Esta normativa está dirigida a las redes sociales con más de 2 millones de usuarios como Facebook, YouTube o Twitter.

La ley ha generado problemas de censura y se busca la opción de desarrollar mecanismos de revisión que permitan a los usuarios recuperar el contenido eliminado de forma incorrecta, así como presionar a las compañías de redes sociales para que establezcan organismos independientes que revisen las publicaciones cuestionables.

Otra cuestión sobre la mesa que ha abierto el debate de la desinformación es cómo penalizar a aquellas empresas que venden actividad e influencia falsa en las redes sociales y definir de qué forma eso puede ser regulado. En este sentido, de nuevo se plantea la diferencia entre lo falso/ adulterado y lo erróneo. Al respecto, resulta pertinente que las legislaciones

³ Véase: <https://www.wsj.com/articles/egypt-passes-law-to-regulate-media-as-president-sisi-consolidates-power-1531769232> (Malsin & El Fekki, 2018)

delimiten de manera correcta la diferencia entre lo ilegal y lo que afecta al discurso público y a la libertad de expresión e información.

En cualquier caso, una de las paradojas del nuevo escenario es que la multiplicación de actores no ha significado un aumento del pluralismo informativo, sino de la fragmentación en los procesos de recepción.

Esta fragmentación no sólo tiene consecuencias sobre la propia noción de verdad sino, y quizá lo que es más determinante, sobre su importancia en un escenario de batallas culturales permanentes y efímeras. El nuevo contexto presenta desafíos conceptuales que tendrán consecuencias legales:

- ¿Qué debemos entender por desinformación?
- ¿Qué debemos entender por periódico (digital)?
- ¿Qué significa la censura en tiempos de sobreinformación?

Estas preguntas —pendientes de la evolución de las respuestas consensuadas— pueden marcar el desarrollo de nuestras instituciones democráticas en los próximos años.

Medidas públicas y privadas. Entre los ejes de seguridad nacional y el de adaptación a las nuevas democracias digitales

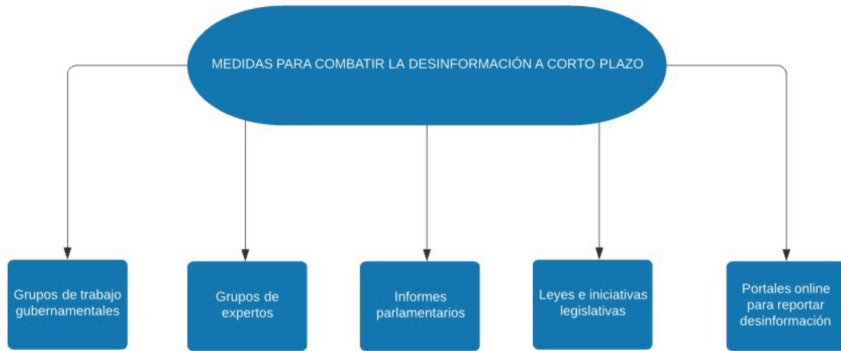
El desarrollo de medidas públicas para combatir la desinformación se ha establecido principalmente sobre dos ejes de actuación: la seguridad nacional y la adaptación resiliente de las democracias digitales a las nuevas amenazas *glocales*.

Desde esta perspectiva, la cuestión de la seguridad nacional ha sido el primer marco de actuación de los actores para dar una respuesta al aumento de las injerencias externas.

Sin embargo, con el paso del tiempo, se ha podido comprobar que el problema de *segurizar* exclusivamente la cuestión de la desinformación radica en la incapacidad para encajar los matices dentro de la estrategia multicapa y de diferentes velocidades que han de seguir los gobiernos para combatir la desinformación.

Por otra parte, la adaptación de las democracias a las nuevas amenazas y vulnerabilidades ha sido diversa y, hasta ahora, poco coordinada. En este sentido, hay que señalar que las principales medidas repetidas por los distintos gobiernos se han centrado en la creación de grupos de trabajo gubernamentales y de grupos de expertos, así como la elaboración de iniciativas legislativas, informes parlamentarios y creación de portales para reportar desinformación.

Gráfico 3. Medidas para combatir la desinformación a corto plazo.



Fuente: Magallón-Rosa (2019)

Estas medidas muchas veces se han visto limitadas por cuestiones como las competencias de las diferentes instituciones, los distintos organismos involucrados, la integración de la problemática en los planes educativos o la respuesta reactiva o proactiva tomada por parte de los diferentes gobiernos.

La dimensión competencial y geográfica. La diferencia entre objetivos y medidas

La necesidad de distinguir y delimitar las dimensiones geográfica y competencial no sólo se presenta como una cuestión para medir la eficacia en la respuesta a la desinformación, los desórdenes informativos y la injerencia extranjera. También lo es de coordinación y eliminación de duplicidades entre los distintos organismos y actores implicados.

Como hemos señalado, para dar una respuesta a la desinformación lo primero es preciso identificar las medidas adoptadas desde las instituciones de la UE y los países de nuestro entorno, las medidas de coordinación entre países y las respuestas integradas de las administraciones.

Por otra parte, y desde el punto de vista del fortalecimiento interno de las instituciones nacionales y la democracia, resulta pertinente plantearse qué tipo de medidas se han tomado y cuáles han sido los procedimientos.

Muchas veces estas medidas se han tomado de forma no coordinada llevando tanto a la repetición de respuestas como a la contradicción de mensajes.

En segundo lugar, resulta imprescindible distinguir los objetivos de las medidas puestas en acción destacando:

- La creación de leyes para mejorar el funcionamiento interno de las instituciones y el fortalecimiento de la democracia.
- El desarrollo de una estrategia de defensa frente a injerencias extranjeras: actualización de los protocolos de actuación entre países, de los canales de comunicación de la diplomacia digital, etc.
- Adaptación de los distintos organismos e instituciones al escenario de vulnerabilidades y amenazas de la *democracia digital*. Creación de grupos de trabajo de ciberseguridad, procesos electorales, etc.
- Mejorar las competencias ciudadanas y la alfabetización digital para combatir la desinformación.
- Mayor transparencia y confianza en las instituciones. Desarrollo de leyes para mejorar la transparencia de actores, procesos, problemáticas, etc.

Estos objetivos están sirviendo para identificar y comparar el mapa global de la situación, comprender cómo están actuando los diferentes países y, por supuesto, poder tomar medidas que imiten decisiones implementadas en otros países.

La cooperación público-privada. Cómo regular e incentivar la autorregulación

El Código de Buenas Prácticas de la UE reconoce la importancia de los esfuerzos de las empresas tecnológicas para incluir elementos de protección contra la desinformación, mejorar el análisis de la inserción de los anuncios publicitarios para reducir los ingresos de los proveedores de desinformación o garantizar la transparencia de la publicidad política.

Se trata de un acuerdo entre distintos agentes y actores privados con el objetivo de alcanzar determinadas normas de autorregulación para luchar contra la desinformación y que recoge diversas medidas.

Sin embargo, la experiencia de los últimos años nos indica que, desde el punto de vista de la autorregulación, es necesario seguir trabajando en la incorporación de nuevos actores y plataformas al Código de Buenas Prácticas y, sobre todo, de garantizar su cumplimiento.

Hasta ahora uno de los problemas de la autorregulación es que no está coordinada cuando afecta a diferentes cuestiones: la definición de publicidad

política, los contenidos patrocinados, la transparencia de la publicidad institucional, el código deontológico sobre los *influencers*, etc.

En 2021, desde la UE se ha apostado por las siguientes medidas para reforzar el código: mayor participación con compromisos personalizados, una desmonetización más eficaz de la desinformación, garantizar la integridad de los servicios, mejorar el empoderamiento de los usuarios, aumentar la cobertura de la verificación de hechos y proporcionar un mayor acceso a los datos a los investigadores, así como la creación de un marco de seguimiento más sólido.

Esta sensación de inacción por parte de las grandes empresas tecnológicas está haciendo que de forma paralela podamos ver cómo —a nivel global— la legislación que se está aprobando o discutiendo en diferentes países recoja dos objetivos que no tienen por qué ser complementarios:

1. Obligar a las empresas de tecnología a ser más transparentes sobre sus políticas publicitarias y las medidas tomadas contra la desinformación.
2. Obligar a las plataformas sociales a retirar contenidos de manera proactiva y sin necesidad de intervención judicial.

Por el momento, la primera de las iniciativas ha sido la que mayor colaboración ha tenido por parte de las empresas tecnológicas, incorporándose a medidas legislativas en países como Canadá y abriéndose paso en el debate sobre cómo integrarlo en la mayoría de países de nuestro entorno.

Sin embargo, la experiencia nos dice que es sobre las medidas de transparencia y no sobre los contenidos donde las legislaciones tienen más margen de actuación.

Desde esta perspectiva, sería recomendable obligar a las empresas a ser más transparentes con cuestiones como la publicidad electoral e incorporar por ley la necesidad de establecer informes periódicos sobre cómo realizan la retirada de contenidos, políticas de eliminación de cuentas, etc.

Como en el caso alemán⁴, el informe —que debería ser obligatorio que fuera público— tendría que incorporar cuestiones como:

- Organización, recursos humanos, especialistas y conocimientos lingüísticos en las unidades encargadas de la tramitación de las

⁴ Federal Ministry of Justice of Germany.(2021) *Act to Improve Enforcement of the Law in Social Networks*. https://www.bmjv.de/SharedDocs/Gesetzgebungsverfahren/Dokumente/NetzDG_engl.pdf?__blob=publicationFile&v=2

denuncias, así como de la formación y acompañamiento de las personas responsables de procesar las reclamaciones o denuncias.

- Descripción de los mecanismos para presentar denuncias sobre contenidos ilícitos, discurso del odio, etc., y los criterios aplicados para decidir si eliminar o bloquear contenido ese contenido.
- Número de reclamaciones por país relacionadas con el *contenido ilegal* en el periodo del informe, desglosando si las reclamaciones fueron presentadas por organismos o por usuarios y diferenciadas por el motivo de la denuncia.
- Tiempo entre la recepción de las denuncias en la red social y la supresión o bloqueo del contenido, desglosado según las denuncias hayan sido presentadas por los órganos de denuncia o por los usuarios, según el motivo de la denuncia y los plazos.

Esta regulación de la transparencia se presenta fundamental para evitar tentaciones en torno a la regulación de la libertad de expresión e información que se inicien en las redes sociales y puedan acabar afectando al resto de actores de la esfera pública digital.

Las injerencias y amenazas externas. Entre la “marca país”, los intereses nacionales y la protección interna de las democracias

Como sabemos, la vinculación de la seguridad nacional y las injerencias extranjeras a la «marca país» es cada vez más importante. Desde esta perspectiva, cabe preguntarnos si las medidas contra la desinformación aprobadas por los gobiernos nacionales forman parte de la defensa de esos “atributos diferenciales” que se utilizan al hablar de “marca país”. Al respecto, Subirá Lobera señala (2020, p. 21):

“Los gobiernos desean poder transmitir una imagen poderosa de la nación, para ello disponen de un conjunto de atributos diferenciales como patrimonio cultural, recursos, eventos deportivos etc., y otros percibidos. La suma de todos ellos configura el ‘valor’ de un determinado país ante el mundo, dicho de otro modo, La Imagen de Marca de País”.

¿Qué es, exactamente, la “marca país”? Subirá Lobera (2020, p. 11) recuerda que el término fue acuñado en 1996 por Simón Anholt y que “se

puede considerar como un halo de la extensión de país vinculado a un entorno comercial". Pero, en la actualidad, no sólo tiene una dimensión de marketing o comercial. Según Iglesias Onofrio y Molina Rabadán (2008, p. 109):

"Se define la EMP [Estrategia Marca País] como el uso de características típicas de la vida nacional como medio de influir en la imagen y percepción del país en la sociedad civil, la opinión pública y los medios de comunicación extranjeros, incrementando el prestigio internacional del Estado y mejorando su posición política y su competitividad económica en el sistema mundial".

Y añaden:

"Se ha pasado de un modelo de producción industrial basado en la explotación de los recursos naturales a un modelo de producción donde el valor agregado de los productos está dado por el peso del conocimiento, se habla pues de la desmaterialización de la economía. Y aquí es donde comienza a jugar un papel crucial el capital intangible, social, relacional y simbólico, que pueden resumirse en el concepto de 'poder blando' o *soft power*".

Desde esta perspectiva, podemos señalar que en los últimos años el abanico de actividades en los que las injerencias extranjeras y las influencias externas de diferentes actores han podido actuar ha ampliado sus objetivos a una gama de intereses políticos estratégicamente importantes y diversos como el económico, la defensa del territorio, la seguridad nacional, la política exterior, etc.

Paralelamente, se ha confirmado que las amenazas de influencia extranjera afectan a todos los niveles de gobierno (estatal, provincial, municipal) y a los distintos actores con representación en la democracia: sociedad civil, comunidades, medios de comunicación, votantes, partidos, candidatos, funcionarios y, por supuesto, a las propias elecciones (Canadian Secret Intelligence Service, 2021).

En este sentido, cada vez son más los países que incluyen entre sus líneas de acción el fortalecimiento de los servicios de inteligencia, así como un diálogo más estrecho con empresas tecnológicas, medios de comunicación y partidos políticos.

Por ejemplo, en 2022 el Gobierno sueco lanzó la *Swedish Psychological Defence Agency* cuya misión principal es la coordinación y el desarrollo de las actividades de las agencias y otros actores dentro de la defensa psicológica de Suecia. Desde esta perspectiva,

“la defensa psicológica debe ser capaz de identificar, analizar, cumplir y prevenir la influencia indebida de la información y otra información engañosa dirigida a Suecia o los intereses suecos tanto a nivel nacional como internacional. Puede ser desinformación destinada a debilitar la resiliencia del país así como la voluntad de la población de defenderse o influir indebidamente en las percepciones, los comportamientos y la toma de decisiones de las personas”.⁵

En este sentido, “la defensa psicológica también debe fortalecer la capacidad de la población para detectar y resistir campañas de influencia y desinformación” y pretende involucrar a agencias, administraciones locales, organizaciones y a la propia ciudadanía.

Por otra parte, en este nuevo escenario geopolítico hay que distinguir la dimensión temporal. Es decir, medidas que están destinadas a momentos puntuales como los procesos electorales (medio plazo) y medidas a largo plazo vinculadas a la estrategia nacional.

Por esta razón, las amenazas también pueden identificarse con la definición de los objetivos a corto, medio o largo plazo. Según el informe del *Canadian Security Intelligence Service* (2021) destacan:

Corto plazo:

- Dar forma a narrativas en torno a intereses estratégicos (p. ej., crear artificialmente la percepción de apoyo o división, ganar favor político, etc.).
- Influir de forma encubierta en los resultados de las elecciones a favor de su candidato o partido.
- Suprimir la participación de los votantes en el proceso electoral.
- Reducir la confianza pública en el resultado de un proceso electoral.

Medio plazo:

- Promover prioridades estratégicas que se alineen con sus intereses nacionales.
- Socavar los intereses estratégicos de sus adversarios.
- Desacreditar las instituciones democráticas.
- Erosionar la confianza en la democracia.

⁵ Swedish Psychological Defence Agency (2022) --- “The agency’s main mission is the coordination and development of agencies’ and other actors’ activities within Sweden’s psychological defence. We offer support to agencies, municipalities, regions, companies and organisations and contribute to strengthening resilience within our population”. Disponible en <URL: <https://www.mpf.se/en/mission/>>

Largo plazo:

- Lograr una ventaja estratégica económica o de inteligencia militar y geopolítica.
- Preservar un régimen autoritario.
- Interrumpir el orden internacional basado en reglas vigentes.

Medidas y acciones a corto, medio y largo plazo. De los procesos electorales a la alfabetización mediática

Uno de los problemas de la explosión de un fenómeno como el de la desinformación ha sido la incapacidad de los gobiernos para poder desarrollar estrategias a medio y largo plazo. Desde esta perspectiva, la distinción entre las amenazas a corto, medio y largo plazo no sólo sirve para definir las respuestas, sino que también puede ser útil para entender un poco mejor las medidas y acciones tomadas desde un punto de vista temporal y cronológico.

Los procesos electorales, por ejemplo, son entendidos como momentos puntuales que condensan la representación simbólica de nuestros sistemas democráticos y necesitan una consideración especial desde el punto de vista de la lucha contra la desinformación.

Por el contrario, las medidas destinadas a la alfabetización mediática se encuadran dentro de un marco temporal de formación de la ciudadanía mucho más lento y difuso que vincula la idea de país a la de progreso dentro de las democracias digitales contemporáneas.

Combatir la desinformación en procesos electorales. El momento más sensible de nuestras democracias

En los últimos años, las campañas electorales permanentes, la aparición de nuevos actores políticos y la pérdida de influencia de los medios de comunicación tradicionales en la consolidación de estructuras de debate han hecho que la esfera pública de calidad quede simbólicamente reducida a un proceso electoral justo y transparente.

Las elecciones se han convertido en el foco de atención de la desinformación y las intervenciones extranjeras y la adaptación jurídica al nuevo escenario están poniendo sobre la mesa la necesidad de una vertebración y coordinación de los diferentes organismos de los estados que han de velar

porque las votaciones se celebren de manera segura —aun sabiendo que el intento de las injerencias y ataques exteriores son más que probables—.

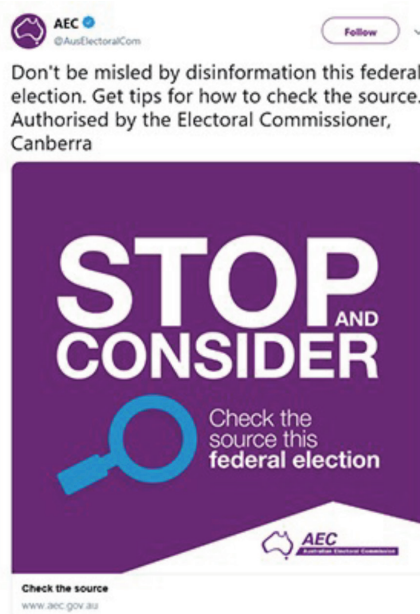
Desde esta perspectiva, las medidas tomadas han ido desde la creación de sitios web para denunciar informaciones falsas hasta campañas de alfabetización electoral, pasando por el desarrollo de legislaciones específicas que permitan la intervención judicial en determinados casos.

En Francia, la legislación otorga a las autoridades el poder de eliminar contenido falso difundido a través de las redes sociales e incluso bloquear los sitios que lo publican. La nueva legislación también obliga a una mayor transparencia financiera sobre el contenido patrocinado en los tres meses previos a los períodos electorales.

En Italia, por ejemplo, se abrió antes de las elecciones generales un portal en línea donde los ciudadanos podían denunciar información errónea a la policía.

Países como Australia lanzaron la campaña *Stop and consider* alentando a los votantes a prestar atención a sus fuentes de información coincidiendo con las elecciones federales.⁶

Imagen 1. Campaña australiana “Stop and Consider”.



Fuente: Gobierno de Australia

⁶ Véase: <https://www.aec.gov.au/media/media-releases/2019/04-15.htm> (Australian Electoral Commission, 2022)

En países como Brasil, el Tribunal Superior Electoral (TSE) lanzó su propia “página de verificación de hechos multimedia” que enumera las verificaciones o “aclaraciones” o informaciones falsas que fueron diseminadas durante las redes sociales en las elecciones de 2018.⁷

Al respecto, señalaban en su web:

“Cabe mencionar que el Tribunal Superior Electoral ha remitido todos los reportes de irregularidades que llegan a su conocimiento para su verificación por los órganos de investigación, en especial al Ministerio Público Electoral y la Policía Federal. El propósito es asegurar la verificación de posibles actos ilícitos y la rendición de cuentas de quienes difunden contenidos falsos”.

Desde esta perspectiva los procesos electorales plantean una gran diversidad de desafíos por actualizar. Cuestiones como los datos electorales o los ciberataques a instituciones y partidos necesitan crear protocolos de respuesta pero también de formación a los distintos actores implicados.

En este contexto, dotar a los organismos encargados de salvaguardar los procesos electorales con formación, medios y posibilidad de respuestas rápidas ante los crecientes escenarios de desinformación se vuelve fundamental.

Del mismo modo, resulta relevante actualizar sus funciones y límites desde un punto de vista legislativo para adaptarse al contexto digital.

Por otra parte, sería preciso reseñar que los países necesitan una nueva legislación sobre la publicidad electoral digital con una definición y límites claros y que incluya, entre otras cuestiones, la creación de un registro público sobre los anuncios publicados por los partidos, soportes, gastos, etc.

También es necesario actualizar la legislación sobre los sistemas de financiación electoral de los partidos políticos y dotar a los organismos encargados de su control de mayores recursos para hacer su labor de manera eficiente y rápida.

Estas medidas no sólo suponen una actualización legislativa, sino que necesitan de una coordinación y un seguimiento de rendición de cuentas que muchos países no parecen haber contemplado por el momento.

⁷ Véase: <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Outubro/fake-news-tse-lanca-pagina-para-esclarecer-eleitores-sobre-a-verdade> (Tribunal Superior Eleitoral, 2022)

La alfabetización mediática. Una solución que no sólo es de formación educativa

En el nuevo escenario, las competencias digitales y el conocimiento social de su funcionamiento han dejado de ir de la mano. Un uso mayor de la tecnología no implica un mayor conocimiento de cómo ésta funciona.

Para resolver esta disonancia, entre las medidas a medio y largo plazo que se han planteado emerge por encima de todas la cuestión de la alfabetización mediática y digital, destacando como solución consensuada las medidas de inclusión en los currículums académicos de los estudiantes de educación primaria y secundaria.

Sin embargo, la cuestión de la alfabetización mediática tiene aristas que están por definir y que van más allá de la educación. No se trata sólo de trabajar con la gestión del exceso de información, la alfabetización mediática y digital. Se trata también de comprender el ecosistema digital y los ciclos informativos —y cómo funciona el ruido polarizante dentro de los mismos— así como las características de desinformación de cada disciplina.

De forma paralela, se han planteado como medidas más a corto y medio plazo la creación de programas de ayudas para organizaciones que trabajan para incluir la alfabetización mediática en los planes de estudios escolares.

En este contexto, algunos países están optando por la inclusión de asignaturas de alfabetización mediática y digital en la formación. El problema de esta mirada es que puede que la solución no sea incluir asignaturas —puesto que el profesorado de asignaturas como geografía o historia no está especializado en cuestiones relacionadas con la ciencia y viceversa— sino en incluir unidades temáticas dentro de aquellas materias que puedan integrar cuestiones relacionadas con la desinformación y los diferentes desórdenes informativos desde su área de especialización.

No es lo mismo afrontar la desinformación y los desórdenes informativos desde la tecnología que desde la historia, desde la economía o desde la geografía, desde el derecho o desde la filosofía y tampoco es el mismo el enfoque necesario para interpretar la importancia del lenguaje o el papel de los medios de comunicación y las redes sociales en la nueva cultura de la desinformación.

En este sentido, parece pertinente desarrollar módulos genéricos sobre desinformación a corto plazo y aprehender sus límites y posibilidades.

Según los expertos, las campañas de alfabetización mediáticas pueden ser mejorables:

“Las campañas de alfabetización mediática para luchar contra la desinformación desde las instituciones no demuestran una coherencia respecto a las directrices marcadas por la OMS, la UNESCO y la Comisión Europea. Si bien se especifican los mecanismos de detección (contraste, análisis de fuentes, medio), y se insta a la no viralización de las fake news (difusión), se deja fuera la contextualización, intencionalidad y repercusión de los bulos”. (Morejón Llamas, 2020, p. 128)

Y debe tenerse en cuenta que son estrategias que han de coordinarse en colaboración con otras:

“La responsabilidad por la lucha contra la desinformación pasa por un esfuerzo y refuerzo coordinado de instituciones, gobiernos, partidos, empresas, periodistas, educadores y ciudadanos. Entendemos que la alfabetización mediática no es una vía aislada que sea efectiva por sí misma, pero al entenderla como herramienta que funciona en coordinación con otras, reclamamos que proporcione la información necesaria al ciudadano, para que éste pueda interpretar el actual panorama de desinformación y el difícil horizonte que se plantea”. (Morejón Llamas, 2020, p. 129)

Además, cuestiones como la gamificación, la formación del profesorado o la capacitación en herramientas digitales se integran dentro del mismo debate sobre cómo afrontar la problemática. Este tipo de competencias necesitan de un proceso de escucha activa dentro de los formadores, pero también de los protagonistas del relato.

Cabe señalar que otro de los debates que emerge en torno a la alfabetización es el papel de las administraciones en su fomento y difusión. Iniciativas como la inclusión de la publicidad institucional como mecanismo para mejorar la calidad de las democracias se encuentran entre las medidas a implementar de forma más próxima.

El problema es que para incluir un nuevo fenómeno en la legislación, en ocasiones hay que reformar fenómenos disfuncionales perfectamente integrados en el sistema.

Conclusiones y perspectivas de futuro

Es evidente que la pandemia ha permitido que se normalicen los procesos y las formas de desinformación diseñadas de forma estratégica. Y no

sólo aquellas relacionadas con la política sino también las relacionadas con la inmigración o la ciencia.

Para dar respuesta a este fenómeno, resulta evidente la necesidad de crear mecanismos de alerta temprana y coordinación. Algunos países como España ya incluyen la lucha contra la desinformación en los planes de estrategia y seguridad nacional.

Sin embargo, y pese a estos primeros pasos, es evidente que los gobiernos aún deben entender que las estrategias de comunicación basadas en la transparencia combaten de forma eficaz la desinformación.

Desde esta perspectiva, el primer nivel de apertura ha pasado por la creación de grupos de expertos que intentan definir el problema, proponer las medidas necesarias y debatir las soluciones a alcanzar.

La inclusión de académicos, sector privado y organizaciones de la sociedad civil en estos grupos de expertos permite no sólo abordar el desfase de conocimiento sobre una cuestión nueva por parte de las administraciones. También permite calibrar la magnitud del problema y sus posibles soluciones. Además integra y comparte la responsabilidad en la concienciación de todos los actores implicados en resolver —o al menos proponer respuestas— un problema de excepcional envergadura.

En la actualidad, el desarrollo de mecanismos de alerta temprana de bulos ha quedado en manos de las organizaciones de *fact-checking*, las plataformas tecnológicas y, de forma secundaria, los medios de comunicación (a través del papel de *gatekeeper*).

Por esta razón, la cooperación público-privada debe combinar el trabajo a largo plazo con la capacidad de respuesta de alertas tempranas. Un ejemplo: durante un brote de ébola en el Congo, el gobierno creó una línea de WhatsApp para refutar la información errónea que circulaba sobre la enfermedad.⁸

Por primera vez, UNICEF y otras agencias unieron sus fuerzas como un solo equipo de respuesta que respondía al Ministerio de Salud de la República Democrática del Congo e incluía a docenas de científicos sociales. Para combatir la desinformación utilizaban la radio, las redes sociales y las reuniones con la comunidad y líderes religiosos.

Esta estrategia de cooperación también necesita medidas de coordinación interna.

Dentro de las medidas de respuesta proactiva también están los talleres y seminarios internos de los distintos organismos para responder a las dis-

⁸ Spinney, L. (2019). *Fighting Ebola is hard. In Congo, fake news makes it harder*. <https://www.science.org/content/article/fighting-ebola-hard-congo-fake-news-makes-it-harder>

tintas situaciones y casuísticas que genera la desinformación para los diferentes departamentos.

Tanto las medidas de coordinación interna como la cooperación público-privada se convierten en matrices de respuesta en la lucha contra la desinformación y los desórdenes informativos.

Por otra parte, y como hemos visto, uno de los problemas principales a la hora de decidir cómo combatir la desinformación —desde un punto de vista legislativo y gubernamental— es saber si hacerlo desde el punto de vista de la seguridad nacional o desde un punto de vista de calidad interna de la democracia. La experiencia de los últimos años nos dice que cuando se apuesta por el enfoque de seguridad hay más posibilidades de que al final se tenga la tentación de limitar la libertad de expresión de opositores, periodistas, sociedad civil, etc.

Desde el punto de vista de la legislación, la experiencia también nos dice que es mejor regular vectores de desinformación en áreas específicas y desarrollar iniciativas de alfabetización transversales.

Otro ámbito de actuación es el de la legislación de cuestiones sensibles como la libertad de expresión e información o la regulación de contenidos, que deberían estar sometido al escrutinio del parlamento nacional.

En este sentido, y tras la experiencia de los últimos años, parece más eficaz que cada institución realice su propio plan de riesgos y amenazas relacionadas con la desinformación. También que haya un organismo central, dependiente de cada gobierno o parlamento, que coordine las iniciativas.

Mención especial merecen las campañas de influencia e injerencia extranjera que pueden necesitar de una supervisión tanto del Ministerio de Asuntos Exteriores como de la comisión de seguridad nacional del parlamento correspondiente.

En los próximos años será relevante seguir identificando cómo la regulación acaba llamando a la puerta de las plataformas y redes sociales, sobre todo en periodos electorales.

El papel de las empresas tecnológicas en el nuevo marco normativo es quizá una de las cuestiones más complejas de abordar. El informe del *Comité Digital de Cultura, Medios y Deporte* del Reino Unido recomendaba una nueva categoría para compañías como Meta (Facebook) y Twitter: compañía de medios sociales (House of Commons, 2018).

El objetivo era reforzar las responsabilidades de las empresas de tecnología, sin vincularlas necesariamente a los conceptos jurídicos y sociales de “plataforma” o “editor”.

Este nuevo escenario, que plantea el análisis y estudio de la desinformación desde un punto de vista jurídico, tiene entre las problemáticas por resolver y analizar cómo se redefine la censura en un ecosistema digital.

También es necesario debatir sobre la inclusión de las empresas de mensajería instantánea (WhatsApp o Telegram). No es cuestión menor pues, dentro de la economía de la atención, se convierten en actores que conforman un oligopolio informativo.

En este sentido, y como conclusión, necesitamos entender cómo funciona el ruido para poder entender cómo integrar de nuevo la información de calidad en el debate público. La solución más consensuada indica que todas las políticas encaminadas a mejorar la transparencia de las instituciones públicas y privadas parecen fundamentales para combatir el escenario actual de *desinformación permanente*.

Referencias bibliográficas

- Australian Electoral Commission. (2022, February 7). *AEC encouraging voters to “stop and consider” this federal election*. Australian Electoral Commission. <https://www.aec.gov.au/media/media-releases/2019/04-15.htm>
- Canadian Secret Intelligence Service, C. (2021). *Foreign Interference Threats to Canada’s Democratic Process*. <https://www.canada.ca/content/dam/csis-scrs/documents/publications/2021/foreign-interference-threats-to-canada%27s-democratic-process.pdf>
- Egelhofer, J. L., Aaldering, L., Eberl, J.-M., Galyga, S., & Lecheler, S. (2020). From Novelty to Normalization? How Journalists Use the Term “Fake News” in their Reporting. *Journalism Studies*, 21(10), 1323–1343. <https://doi.org/10.1080/1461670X.2020.1745667>
- European Commission. (2018a, February 7). *Commission guidance on the application of Union data protection law in the electoral context: A contribution from the European Commission to the Leaders’ meeting in Salzburg on 19-20 September 2018* (European Commission (ed.)). <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/HTML/?uri=CELEX:52018DC0638>
- European Commission. (2018b, February 7). *Tackling online disinformation: a European Approach* (E. Comission (ed.)). <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX%3A52018DC0236>
- European Commission. (2020). *Code of Practice on Disinformation*. <https://digital-strategy.ec.europa.eu/en/policies/code-practice-disinformation>
- European Commission. (2021). *Guidance on Strengthening the Code of Practice on Disinformation*. <https://digital-strategy.ec.europa.eu/en/library/guidance-strengthening-code-practice-disinformation>
- Fajardo-Trigueros, C., & Rivas-de-Roca, R. (2020). La acción de la UE en España ante la “infodemia” de desinformación por el COVID-19. *Revista de Estilos de Aprendizaje*, 13(26), 19–32. <http://revistaestilosdeaprendizaje.com/article/view/2153>
- Federal Ministry of Justice of Germany. (2021). *Act to Improve Enforcement of the Law in Social Networks*. https://www.bmjv.de/SharedDocs/Gesetzgebungsverfahren/Dokumente/NetzDG_engl.pdf?__blob=publicationFile&v=2

- Funke, D., & Flamini, D. (2022). A guide to anti-misinformation actions around the world. In *Poynter*. <https://www.poynter.org/fact-checking/2018/a-guide-to-anti-misinformation-actions-around-the-world/>
- House of Commons. (2018). *Disinformation and "fake news". Interim report, fifth report of session 2017-2019. UK Parliament*. <https://publications.parliament.uk/pa/cm201719/cmselect/cmcumeds/363/363.pdf>
- Humprecht, E., Esser, F., & Van Aelst, P. (2020). Resilience to Online Disinformation: A Framework for Cross-National Comparative Research. *The International Journal of Press/Politics*, 25(3), 493–516. <https://doi.org/10.1177/1940161219900126>
- Iglesias Onofrio, M., & Molina Rabadán, D. (2008). La Estrategia Marca País en la sociedad informacional: los casos de España y Ecuador. *Historia Actual Online*, 16, 109–126. <https://www.historia-actual.org/Publicaciones/index.php/hao/article/view/256>
- Klein, D. O., & Wueller, J. R. (2018). Fake News: A legal perspective. *Australasian Policing*, 10(2). <https://doi.org/10.3316/informit.807638896756480>
- Law Library Of Congress. (2019, February 7). *Government responses to disinformation on social media platforms*. Library of Congress, Washington, D.C. 20540 USA. <https://www.loc.gov/item/2019713404/>
- Magallón-Rosa, R. (2018). Leyes 'fake news'. In *Telos Fundación Telefónica*. <https://telos.fundaciontelefonica.com/las-leyes-las-fake-news-problema-la-libertad-informacion-no-legislar/>
- Magallón-Rosa, R. (2019). La (no) regulación de la desinformación en la Unión Europea. Una perspectiva comparada. *Revista de Derecho Político*, 106, 319–346. <https://doi.org/10.5944/rdp.106.2019.26159>
- Magallón-Rosa, R., & Campos Domínguez, E. (2021). Redes sociales y polarización. Cuando el algoritmo amplifica las emociones humanas. In *Dossieres EsF. 42. Sociedad digital, reconstruyendo expectativas* (pp. 27–31). Economistas sin Fronteras. <https://ecosfron.org/portfolio/sociedad-digital-reconstruyendo-expectativas/>
- Magallón-Rosa, R., & Sánchez-Duarte, J. M. (2021). Information verification during COVID-19. Comparative analysis in Southern European Countries. *JANUS.NET e-Journal of International Relations*, DT, 143–156. <https://doi.org/10.26619/1647-7251.DT21.10>
- Malsin, J., & El Fekki, A. El. (2018, February 7). Egypt Passes Law to Regulate Media as President Sisi Consolidates Power. *Wall Street Journal*. <https://www.wsj.com/articles/egypt-passes-law-to-regulate-media-as-president-sisi-consolidates-power-1531769232>
- Morejón Llamas, N. (2020). Desinformación y alfabetización mediática desde las instituciones: los decálogos contra las fake news / Disinformation and media literacy from the institutions: the decalogues against fake news. *Revista Internacional de Relaciones Públicas*, 10(20), 111–134. <https://doi.org/10.5783/revrrpp.v10i20.675>
- Nenadić, I. (2019). Unpacking the "European approach" to tackling challenges of disinformation and political manipulation. *Internet Policy Review*, 8(4). <https://doi.org/10.14763/2019.4.1436>
- Pariser, E. (2011). *The filter bubble: what the Internet is hiding from you*. Penguin Books.
- Parlamento Europeo. (2016). *Resolución del Parlamento Europeo, de 23 de noviembre de 2016, sobre la comunicación estratégica de la Unión para contrarrestar la propaganda de terceros en su contra*. https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/TA-8-2016-0441_ES.html

- Renda, A. (2018). *The legal framework to address "fake news": possible policy actions at the EU level*. European Parliament. CEPS Research Report. [https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/IDAN/2018/619013/IPOL_IDA\(2018\)619013_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/IDAN/2018/619013/IPOL_IDA(2018)619013_EN.pdf)
- Seo, H., & Faris, R. (2021). Comparative Approaches to Mis/Disinformation. Special Section on Comparative Approaches to Mis/Disinformation. *International Journal of Communication*, 15(0), 8. <https://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/14799>
- Spinney, L. (2019, February 7). *Fighting Ebola is hard. In Congo, fake news makes it harder*. Science. <https://www.science.org/content/article/fighting-ebola-hard-congo-fake-news-makes-it-harder>
- Subirá Lobera, M. E. (2020). La imagen de marca de país. Posicionamiento o reposicionamiento de las naciones en el tablero mundial. In *Discurso de ingreso en la Real Academia Europea de Doctores*. <https://raed.academy/wp-content/uploads/2020/12/discurso-ingreso-Esther-Subira-Lobera-La-imagen-de-marca-de-pais-cmpr.pdf>
- Swedish Psychological Defence Agency. (2022, February 7). *The agency's main mission is the coordination and development of agencies' and other actors' activities within Sweden's psychological defence. We offer support to agencies, municipalities, regions, companies and organisations and contribute to strengtheni*. Myndigheten för psykologiskt försvar. <https://www.mpf.se/sidan-hittades-intel/>
- Tambini, D. (2017). *Fake News: Public Policy Responses*. Media Policy Brief 20. Media Policy Project, London School of Economics and Political Science. http://eprints.lse.ac.uk/73015/1/LSE_MPP_Policy_Brief_20_-_Fake_news_final.pdf
- Tandoc, E. C., Lim, Z. W., & Ling, R. (2018). Defining "Fake News." *Digital Journalism*, 6(2), 137–153. <https://doi.org/10.1080/21670811.2017.1360143>
- Tribunal Superior Eleitoral. (2022, February 7). *Fake News: TSE lança página para esclarecer eleitores*. <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Outubro/fake-news-tse-lanca-pagina-para-esclarecer-eleitores-sobre-a-verdade>
- Vosoughi, S., Roy, D., & Aral, S. (2018). The spread of true and false news online. *Science*. <https://doi.org/10.1126/science.aap9559>
- Wardle, C., & Derakshan, H. (2017). *Information disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policy making*. Council of Europe. <https://edoc.coe.int/en/media/7495-information-disorder-toward-an-interdisciplinary-framework-for-research-and-policy-making.html>

Transformações, comunicações e interações digitais no contexto da pandemia COVID-19: oportunidades, desafios e agendas de pesquisa

Digital transformations, communications, and interactions in the context of the COVID-19 pandemic: opportunities, challenges, and research agendas

MARIA CRISTINA VIEIRA DE FREITAS

Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX,
Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra,

cristina.freitas@fl.uc.pt

ORCID: 0000-0002-8849-8792

RESUMO

A transformação digital é um termo utilizado para indicar um conjunto de alterações provocadas pelo recurso massivo a tecnologias digitais, implementadas de forma “disruptiva” nos ambientes sociais. Este estudo de revisão da literatura analisa algumas destas transformações, particularmente, no âmbito das comunicações e das interações digitais, tendo como pano de fundo a gestão da informação no contexto da pandemia COVID-19, divisando oportunidades e desafios atuais e futuros. Os resultados são apresentados em dois blocos analíticos. No primeiro, avaliam-se os cenários disruptivos, as alterações nos estilos, nas formas de organização e realização do trabalho, a rápida disseminação da oferta de serviços de base tecnológica, as oportunidades e os desafios. No segundo bloco, são discutidos alguns dos

comportamentos informacionais que, no contexto pandêmico, marcaram o caráter das comunicações e interações digitais, incidindo em aspetos tais como o uso e a privacidade dos dados, as estratégias de rastreamento digital e o aumento exponencial da divulgação de notícias falsas e desatualizadas, num contexto tão pandêmico quanto infodêmico. Nas considerações finais, são sumariadas algumas das questões críticas e linhas de investigação prioritárias a figurar em atuais e futuras agendas de pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE: transformação digital; gestão da informação; COVID-19; interações digitais; redes sociais.

ABSTRACT

Digital transformation is a term used to indicate a set of changes caused by the massive use of digital technologies, implemented in a “disruptive” way in social environments. This literature review study analyses some of these transformations, particularly in the field of digital communications and interactions, against the backdrop of Information Management in the context of the COVID-19 pandemic, divising current and future opportunities and challenges. The results are presented in two analytical blocks. In the first, the disruptive scenarios, the changes in styles and in the ways of organizing and performing work, the rapid dissemination of the technologic-based services, the opportunities and challenges are assessed. The second block discusses some of the informational behaviours that, in the pandemic context, have marked the character of digital communications and interactions, focusing on aspects such as use and privacy of data, digital tracking strategies, and the exponential increase in the dissemination of false and outdated and fake news, in a context as pandemic as it is infodemic. In the concluding remarks, some of the critical issues and priority lines of enquiry to figure in current and future research agendas are summarised.

KEYWORDS: digital transformation; Information Management; COVID-19; digital interactions; social media.

INTRODUÇÃO

A transformação digital é “um processo que visa melhorar uma entidade, desencadeando mudanças significativas em suas propriedades, por meio de combinações de tecnologias de informação, computação, comunicação

e conectividade” (Vial¹, 2019, p. 118). Essas transformações, quando ocorrem, atingem todas as esferas das nossas vidas, não se confinando apenas às organizações e aos respetivos ambientes de trabalho. Nesse âmbito, fatores como inércia e resistência configuram significativas barreiras à transformação digital, aliadas a outros aspetos, tais como: tecnologias, culturas, práticas, habilidades e competências pessoais, bem como valores, atitudes, identidades e mentalidades (Vial, 2019).

A transformação aparece frequentemente associada à ideia de disrupção e de descontinuidade, ou seja, a uma entrada rápida, abrupta e, consequentemente, irrefletida, numa realidade diferente daquela até então vivida. O termo “transformação digital” tem sido utilizado na literatura científica internacional, nomeadamente, no meio tecnológico, mas não só, após o advento do contexto pandémico, para indicar um conjunto de aquisições e de interações que, tendo sido implementadas de forma “disruptiva”² e para responder a uma situação emergencial, terão sido, num certo sentido, os motores de inúmeras mudanças nos ambientes digitais, várias delas, possivelmente, ainda em curso.

Este estudo analisa algumas destas transformações, particularmente, no âmbito das comunicações e das interações digitais, tendo como pano de fundo a Gestão da Informação [GI] no contexto da pandemia COVID-19 e a expansão do uso das Tecnologias de Informação e Comunicação [TIC], procurando perceber os diferentes alinhamentos presentes nos diversos discursos, divisando oportunidades e desafios atuais e futuros. O seu caráter será preliminar, dada a proximidade do tema com a realidade presente e com as movimentações no terreno, limitando-se a identificar as questões críticas e a propor agendas de pesquisa.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No âmbito deste artigo, realizamos uma consulta na literatura científica de língua inglesa, no cruzamento de três principais assuntos: *digital transformation*, *COVID-19* e *Information Management*.

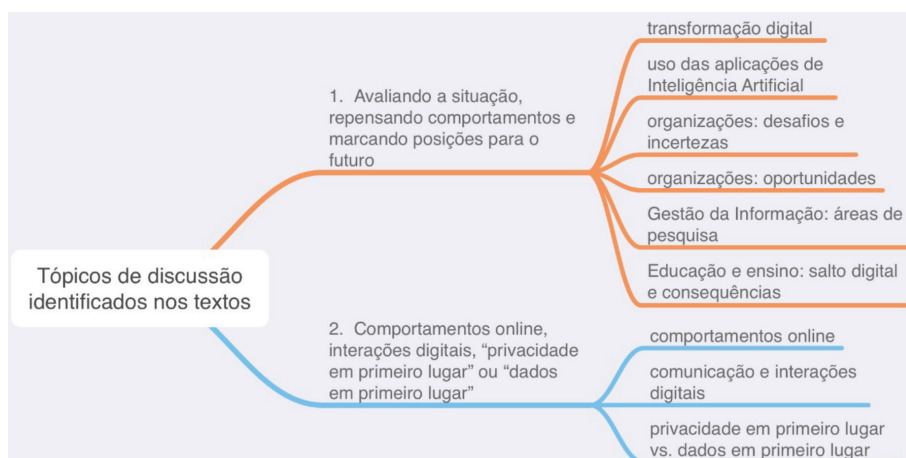
¹ Neste importante estudo de banda larga, Vial (2019) escrutina um expressivo número de 285 textos escritos sobre o tema da transformação digital, procurando definir os seus limites, características e aplicações.

² Para Bunker (2020), a onda de “disrupção digital” a que temos assistido terá sido causada, em boa medida, pelo desenvolvimento de *smartphones* e de serviços de partilha de recursos (e.g., Uber e Airbnb) e, ainda, pelo uso generalizado de outras plataformas de comunicação digital centralizadas, mas socialmente distribuídas (e.g., Facebook, Instagram e Twitter).

O uso cruzado desses termos³, em buscas avançadas em bases de dados certificadas e de expressão internacional, permitiu a “descoberta” de um conjunto de 20 textos considerados pertinentes para as reflexões pretendidas, todos eles publicados na revista *International Journal of Information Management* (IJIM)⁴, nos anos de 2020 ou 2021.

Os textos⁵, após uma leitura individual, foram classificados e agrupados em dois tópicos de discussão (figura 1), que refletem os principais assuntos presentes nas agendas, ou mesmo oportunidades de pesquisa, para além de críticas e reflexões, tendo como eixos comuns a gestão da informação, a transformação digital e o contexto pandêmico. Ainda, relativamente ao enfoque dos diferentes textos, verificamos tratar-se de um conjunto de estudos classificados como “*opinion paper*”, o que se justifica e compreende-se pela atualidade e proximidade do tema.

Figura 1 – tópicos de discussão identificados nos textos analisados.



Fonte: Elaboração nossa.

Dadas as suas características, o presente artigo configura-se como um estudo de revisão da literatura e encontra-se rematado por uma análise e

³ As buscas foram realizadas em dois períodos: no final do ano de 2020 e no início de 2022, não tendo havido sensíveis diferenças no tocante aos textos recuperados.

⁴ De acordo com o prestigiado *Scimago Journal & Country Rank (SJCR)*, a revista IJIM encontra-se presentemente posicionada no primeiro quartil (Q1) (informação disponível em: <https://www.scimagojr.com/journalsearch.php?q=15631&tip=sid&clean=0>).

⁵ A lista completa dos textos identificados e examinados encontra-se nas referências bibliográficas.

discussão dos assuntos que emergiram do conjunto de textos examinados (cf. figura 1). As limitações existentes ficam, porventura, associadas ao uso de uma amostra reduzida de textos, vinculada a uma única revista científica que, apesar da liderança na área, configura um universo muito particular, em tudo condicente com os cânones metodológicos de um microestudo de caráter qualitativo e tendencial.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Avaliando a situação, repensando comportamentos e marcando posições para o futuro

As economias globais vêm enfrentando várias crises ao longo do último século, proporcionadas por mudanças repentinas em vários quadrantes (político, económico, financeiro, para citar alguns). No caso da COVID-19, no entanto, o que se registou foi um verdadeiro “choque da sociedade global”, com consequências sistêmicas (Papadopoulos et al., 2020, p. 1). Trata-se da primeira pandemia significativa ocorrida na era digital, com fortes probabilidades de não ser a última (Papagiannidis et al., 2020, pp. 4-5). Não se tratou apenas de um surto de curto prazo, trazendo como resposta o uso de novas práticas tecnológicas que, muito possivelmente, serão incorporadas no “novo normal” (Carroll & Conboy, 2020, p. 1).

Concretamente, a COVID-19 mudou muitos aspetos das nossas vidas, especialmente, em áreas relacionadas com: sistemas de informação, comportamentos de informação, modelos de negócios, segurança *online* e privacidade de dados (Pan & Zhang, 2020; Davison, 2020). Neste âmbito, podem ser destacadas áreas-chave de pesquisa e práticas de trabalho particularmente afetadas por esta pandemia (Barnes, 2020), em aspetos concernentes à vida profissional (*i.e.*, aos empregos) e à vida doméstica, com profundas e abruptas alterações devidas ao enfrentamento diário da pandemia e à necessidade de dar continuidade às atividades pessoais e profissionais em contexto de isolamento e distanciamento (Venkatesh, 2020).

Na esfera social e económica, as diferentes abordagens governamentais adotadas nos sucessivos processos de confinamento, desconfinamento e reconfinamento, contribuíram para aumentar a “volatilidade”, a “incerteza”, a “complexidade” e a “ambiguidade”, com evidentes repercussões no meio tecnológico (Fletcher & Griffiths, 2020; Janssen & van der Voort, 2020).

As circunstâncias pandêmicas propiciaram um aumento da necessidade de transformações, nomeadamente, naqueles que até então eram os estilos “normais” de organização do trabalho, realizado de forma marcadamente presencial, paralelamente à disseminação do uso das TIC, acelerando ainda mais o processo. Nesse contexto, observou-se um aumento da procura por serviços ligados às TIC, o que incrementou enormemente o seu custo, levando a que as ações de empresas desenvolvedoras desses serviços sofressem um pico na sua valorização no mercado (Kodama, 2020).

Toda essa extensa, repentina e dramática transformação, de cunho digital (Iivari et al., 2020) foi potenciada pelos sucessivos confinamentos, que ditaram novas regras para a continuidade da vida pessoal e profissional, em circunstâncias absolutamente excepcionais, facilitando, por um lado, a realização do trabalho em meio digital, mas criando, por outro lado, uma percepção “falha” do próprio conceito de trabalho digital (Richter, 2020, p. 1).

Contudo, presentemente, ainda não é possível divisar, com clareza, se toda essa vontade transformadora irá permanecer. Num tal cenário, onde as tecnologias apresentam um enorme potencial de mudança, a disrupção poderá, de facto, ocorrer, se a sociedade optar por assumir essa transformação. Para que isto, realmente, ocorra, será preciso que a reação humana ao vírus pandémico não se esgote nos limites da resolução da própria situação. Portanto, se no período pós-pandémico instalar-se o “antigo estado de coisas”, sem levar em conta os avanços alcançados no decorrer do período pandémico e sem se potenciarem esses avanços, provavelmente, será desperdiçada a oportunidade de abraçar o “desafio da transformação” (Davison, 2020, p. 3).

Em resumo, a “oportunidade de mudança transformadora” que representou a pandemia, apesar dos constrangimentos provocados, estará no potencial que a crise que ela instaura pode vir a ter, no que respeita à real capacidade de inovar e de “fazer melhor” (Davison, 2020, p. 1). Neste intento, as ferramentas de trabalho digital facultaram, e ainda poderão facultar, “toda a flexibilidade de que precisamos para lidar com a situação atual e em evolução” (Richter, 2020, p. 6).

Tomemos como exemplo as aplicações de Inteligência Artificial [IA]. Antes do surto pandémico, o uso disseminado destas aplicações estava a ser amplamente debatido, em função dos seus possíveis – e perigosos – impactos no futuro dos empregos, especialmente, no tocante às tarefas previsíveis e repetitivas, ou seja, desempenhadas de forma automatizada. Após o surto pandémico, no entanto, estes debates não apenas arrefeceram, como também deram lugar ao crescimento dos argumentos a favor do uso disseminado da IA, tendo como base de sustentação, entre outras: as preferências

dos/as consumidores/as; a crescente familiaridade com essas tecnologias; o aumento do nível de confiança nessas tecnologias (Coombs, 2020). Conquanto não estivessem efetivamente ultrapassados os constrangimentos inicialmente levantados, observou-se um aumento nas taxas de uso dessas aplicações de IA, imediatamente após o surto pandêmico, adivinhando-se, inclusive, quais seriam os futuros temas de pesquisa nesse âmbito (e.g., *big data*: estratégias, limitações de confiabilidade; tarefas exclusivamente humanas; capacidades específicas das tecnologias de IA; alta disponibilidade de trabalhadores/as) (Coombs, 2020).

Presentemente, graças à pandemia, as organizações enfrentam numerosos desafios e incertezas, cabendo aos/às “agentes organizacionais” a responsabilidade de traçar os diversos cenários nos quais, provavelmente, se irão desenhar as estratégias futuras. Alguns desses cenários terão de ser capazes de desencadear e/ou acelerar o processo contínuo de aprendizagem organizacional. As estratégias terão de passar por uma maior proatividade e integração das TIC no quotidiano das comunidades, bem como por estratégias de proteção da privacidade dos/as utilizadores/as desses serviços e, evidentemente, dos seus dados (Papadopoulos et al., 2020, pp. 1-3)⁶. As organizações precisarão de encontrar soluções criativas para lidar com essas “novas” situações, de ocorrência ainda difusa, havendo importantes questões a considerar nas agendas, entre as quais: i) colocar o bem-estar dos/as colaboradores/as à frente, por exemplo, dos interesses das empresas; ii) estimular comportamentos resilientes, para garantir a continuidade dos serviços prestados, em situações-limite; iii) investir em infraestruturas digitais capazes de garantir o devido suporte aos/às utilizadores/as; iv) repensar o espaço de uso e de participação dos/as utilizadores/as, face à produtividade e às soluções tecnológicas a empregar (Papagiannidis et al., 2020, pp. 4-5).

Dito de outra forma, toda esta recente “apropriação de ferramentas de trabalho digital por milhões de colaboradores/as”⁷, um pouco por todo o mundo, terá como benefício imediato a descoberta de novos casos de uso que terão de ser estudados com o fito de compreender os seus impactos, quer ao nível individual, quer ao nível organizacional. Os cenários ou efeitos dessa “adoção *ad hoc*” de aplicações, sob circunstâncias muito atípicas, ainda estão longe de ser conhecidos ou controlados (e.g., diferenças

⁶ Sobre este assunto, sugerimos a leitura das análises e discussões assentes no ponto 2 deste artigo.

⁷ Para Guyot e Sawhill (2020), os sucessivos confinamentos levaram a uma “explosão” do número e do uso de aplicações digitais voltadas ao trabalho, de uma forma muito semelhante ao que presenciamos há 10 ou 15 anos atrás, quando a onda dos *media* sociais atingiu as organizações.

comportamentais entre reuniões online e reuniões presenciais; vantagens e desvantagens do hibridismo entre modo presencial e online; consequências pessoais e organizacionais do aumento da quantidade de trabalho remotamente realizado no período pós-pandêmico) (Guyot & Sawhill, 2020). A este respeito, será pertinente observar: i) se e como o trabalho remoto poderá mudar as políticas e culturas organizacionais, a longo prazo; ii) se e como as organizações irão flexibilizar regras e permitir o trabalho remoto, no futuro; iii) se e como irão apoiar o bem-estar dos/s colaboradores/as. Presentemente, serão numerosas as organizações que estão a tentar perceber como o trabalho digital impactou as suas operações e o que poderão aprender a partir deste ponto de inflexão. Essa percepção poderá impulsionar ajustes contínuos nos cenários de gestão de informações, explorando novas práticas de uso e promovendo práticas benéficas. Também é razoável supor que muitas destas organizações envidarão esforços na consolidação desses cenários e no uso de aplicações informáticas que se demonstrem benéficas para a organização e facilitem a realização do trabalho (Guyot & Sawhill, 2020).

Dos vários confinamentos e desconfinamentos, quando tudo isso terminar, terão permanecido memórias e lições importantes. Provavelmente, a mais evidente se traduza na necessidade de as organizações melhorarem a sua flexibilidade e “maturidade digital”⁸. Quanto menos “maduras” digitalmente, mais vulneráveis são, e serão, no futuro, as organizações. Contrariamente, quanto maiores os níveis de maturidade digital conquistados, mais flexíveis também serão essas mesmas organizações. O uso de tecnologias digitais, a partir do primeiro confinamento, já não é mais uma opção ou fator de promoção, mas um imperativo; pelo que, atingir um nível satisfatório de maturidade digital, no período pós-pandêmico, será um diferenciador fundamental na competitividade, no alcance das metas e no cumprimento das complicadas agendas organizacionais. Passado o período de inflexão e de ansiedade, gerado pela aceleração abrupta do uso dos meios tecnológicos, virá o tempo de assentar a poeira, de refletir e de procurar os meios adequados para reconstruir os negócios destruídos ou prejudicados pela pandemia (Fletcher & Griffiths, 2020).

⁸ Maturidade Digital [MD] é o grau de desenvolvimento tecnológico que uma organização apresenta e que a habilita a criar valor e o reverter a seu favor. A MD é medida tendo em consideração a análise combinada de diversos fatores, entre os quais, o uso adequado e expansivo das TIC. Flexibilidade, no âmbito das TIC, refere-se à capacidade que uma organização tem de implementar a mudança, sem oferecer barreiras ou resistências.

Porquanto, a abordagem do “*big bang*”⁹, propalada no decorrer do contexto pandémico, embora necessária, num primeiro momento, como estratégia de enfrentamento dos problemas gerados pelos vários confinamentos decretados, não será, por si só, suficiente, num futuro próximo. As organizações precisarão normalizar as práticas digitais adquiridas no contexto pandémico, para atingir novas metas, suportadas pelo crescente incremento dessas mesmas práticas. Se esta continuidade não for garantida, a própria noção de transformação digital poderá estar comprometida (Davison, 2020; Carroll & Conboy, 2020). Neste sentido, um dos principais obstáculos a ultrapassar será o da ausência, que agora mesmo se verifica, de um foco teórico inequívoco a colocar nas atuais agendas de pesquisa. Será necessário explicar, por exemplo, quais serão as normativas a usar para poder incorporar ao quotidiano organizacional, e com proveito, todas essas novas práticas de trabalho surgidas no contexto pandémico, ou mesmo que diretrizes serão dadas a profissionais para que possam planear e gerir, de uma forma melhor, o uso continuado e produtivo dessas novas normas num novo contexto (Carroll & Conboy, 2020, p. 1). Ainda, será preciso perceber como as práticas orientadas para as TIC poderão ser rotinizadas nas organizações, bem como as configurações a adotar no pós “novo normal” (Carroll & Conboy, p. 6). Ou seja, identificar e avaliar as novas dimensões assumidas por essas práticas de trabalho, bem como as novas configurações do trabalho realizado poderão ser as linhas de ação capazes de oferecer importantes “*insights*” e orientar a atividade de gerir melhor os processos e comportamentos humanos face às TIC (Carroll & Conboy, 2020, p. 1).

Paralelamente, verificam-se algumas indicações de “oportunidades” a aproveitar pelas organizações, em pesquisas futuras, sensivelmente, em questões relacionadas ao trabalho, como sejam: perdas e mudanças de emprego, resultados do trabalho realizado, estratégias de enfrentamento e de apoio; ou em algumas questões relacionadas com a vida pessoal, como sejam: mudanças na vida doméstica, filhos/as, vida social e suporte (Venkatesh, 2020). Além disso, são também discutidas possíveis direções de pesquisa, ainda que abrangentes, na continuidade da “jornada científica” que sobrevirá após o limiar da pandemia ser ultrapassado. Essas orientações e considerações, em suma, podem ser organizadas em dois principais conjuntos

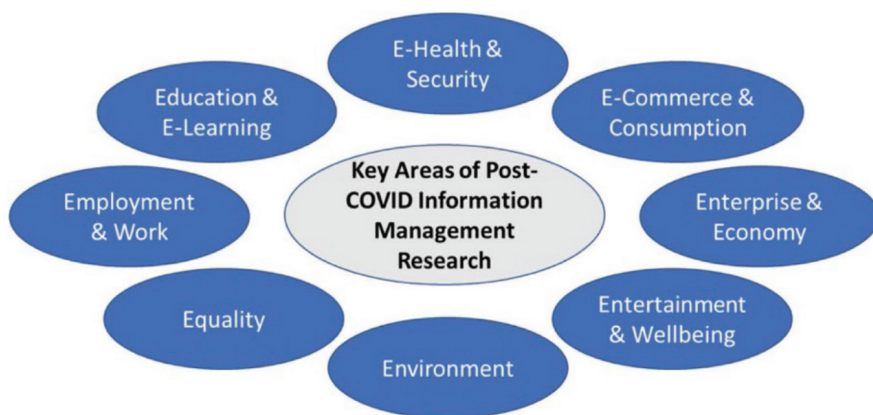
⁹ Dita abordagem refere-se à grande e contínua expansão que se tem verificado no uso das TIC, a partir de um ponto inicial. Assim, terá sido adotada numa analogia com o modelo astronómico usado para explicar a origem e a expansão do Universo.

de [futuras] ações: i) nos grupos focais potencialmente a estudar (como sejam: populações desfavorecidas, em diferentes países e contextos culturais; diferenças no trabalho realizado por mulheres e homens; diferenças entre trabalhadores/as da saúde, na linha de frente ou na linha de fundo; abordagens às populações de risco ou vulneráveis); ii) na reflexão sobre o papel das TIC no contexto pandémico (estudos comparativos da realidade pré e pós-pandémica; restrições na recolha e na pesquisa de dados em função da COVID-19; a própria evolução da COVID) (Venkatesh, 2020; Carroll & Conboy, 2020).

Ainda, no cômputo das oportunidades surgidas a partir do conhecimento coletivo criado para combater a pandemia, considerando toda a *expertise* que teve de ser rapidamente desenvolvida, haverá, certamente, outros importantes temas a escrutinar, como, por exemplo: a expansão da vigilância digital; o enfrentamento da infodemia, a nova orquestração dos ecossistemas de dados, a adaptação social a novos comportamentos informacionais, o desenvolvimento de novos ambientes propícios ao trabalho digital, o fim do distanciamento social (Pan & Zhang, 2020).

Algumas das possibilidades visíveis no terreno da GI, *tout court*, concentram-se em determinadas áreas de pesquisa identificadas por Barnes (2020, p. 2) como 8E (figura 2).

Figura 2 – Os 8E na agenda da GI no contexto Pós-COVID-19.



Fonte: Barnes (2020, p. 2).

Ainda, neste mesmo alinhamento com a GI, algumas das questões-chave a responder poderiam ser as seguintes (Barnes, 2020, pp. 2-3) (figura 3):

Figura 3 – Questões-chave pra a GI no Pós-COVID-19.



Fonte: elaboração nossa com base em Barnes (2020, pp. 2-3).

Finalmente, no contexto da Educação e do Ensino, será legítimo afirmar que a pandemia levou a um salto digital extraordinário, especialmente, em ambientes onde a presença das TIC não era provavelmente tão sentida antes da ocorrência desse evento estrondoso. Na educação básica, por exemplo, foram exigidos esforços e ajustes muito significativos, não apenas às crianças e aos/as professores/as, mas também às famílias e responsáveis pela administração escolar (livari et al., 2020) que assumiram um “grande fardo”, tendo de adquirir novas habilidades, competências e recursos para enfrentar rapidamente a situação. As velhas e conhecidas assimetrias, traduzidas nas desigualdades digitais, bem como a dependência dos pais, por parte das crianças, no que respeita ao acesso e ao uso das tecnologias, foram fatores que desencadearam sentimentos psicológicos menos bons nas crianças e nos/as jovens. Presentemente, e como desafio, há que investir, e sem demoras, na melhoria das habilidades e das competências necessárias para integrar as ferramentas digitais em práticas de ensino e de aprendizagem, de modo a obterem-se daí benefícios futuros. Neste âmbito, as multiliteracias irão desempenhar um papel fundamental. Terá também de haver todo um investimento numa rede de apoio psicológico de reforço dos comportamentos positivos e de mitigação dos comportamentos negativos. Sentimentos e atitudes de resiliência, criatividade e perseverança terão, conjuntamente, de ser reforçados. As resistências à mudança terão de ser contrapostas com confiança (livari et al., 2020). A educação de crianças e jovens terá de, no contexto pós-pandémico, ser mais bem preparada, encontrando-se novas formas de atrair e de reter os/as estudantes, facilitando a comunicação com eles/elas. O mundo mudou dramaticamente nos últimos anos e precisamos entender melhor as novas habilidades e mundividências desses/as “estudantes digitalizados/as”. Devemos

também ser mais ativos/as na preparação da sociedade para a transformação digital da educação e esta deverá ser uma das nossas preocupações centrais. Além disso, devemos desenvolver formas de capacitar estudantes, professores/as e escolas, para que possam agir como líderes da transformação digital na Educação (livari et al., 2020). Como complemento, a disrupção no ensino poderá, de facto, acontecer, se ensinarmos e avaliarmos de uma forma diferente e se os/as estudantes aceitarem aprender e ser avaliados/as também de uma forma diferente (Davison, 2020, p. 3).

Resumidamente, a história mostra que as pandemias podem catalisar mudanças e transformar radicalmente os comportamentos das pessoas. As tecnologias também podem ser agentes nesse mesmo processo. As TIC têm desempenhado um papel vital no combate à pandemia COVID-19. Também esta pandemia representa uma oportunidade de mudança para as TIC (Doyle & Conboy, 2020).

Comportamentos online, interações digitais, “privacidade em primeiro lugar” ou “dados em primeiro lugar”

No decorrer do processo pandémico, um pouco por todo o lado, as pessoas procuraram ultrapassar as barreiras impostas pelos confinamentos e pelo distanciamento social, “passando mais tempo online”¹⁰ (Nabity-Grover et al., 2020, p. 1) e tornando as redes sociais no ponto de apoio para as suas diversas atividades. Das interações aí surgidas, resultaram alterações, muitas delas comportamentais, quer na forma quer nos conteúdos que passaram a ser disseminados. Assim, se por um lado se verificou um expressivo aumento na partilha de conteúdos focados no interesse coletivo (informações partilhadas para o bem público), por outro, também se assistiu a um aumento apreciável na partilha de outros tipos de conteúdos, mais voltados para o interesse próprio (informações partilhadas para o bem-próprio). Estas duas

¹⁰ Alguns dos dados avançados por Nabity-Grover et al. (2020), extraídos de estudos prévios, são os seguintes: Houve um crescimento em mais de 60% no uso das plataformas digitais durante o surto pandémico; os dados revelam que as mensagens a circular no Facebook, no Messenger, no WhatsApp e no Instagram aumentaram 70% nos meses de fevereiro e março de 2020; e que as visualizações e transmissões em *live* dobraram. Aplicativos de redes sociais da China (e.g., WeChat e Weibo) aumentaram o acesso em 58%. Entre fevereiro e abril de 2020, crianças dos EUA com idades entre 4 e 15 anos passaram 13% mais tempo no YouTube, 16% mais tempo no TikTok e 31% mais tempo no aplicativo Roblox; no início de junho de 2020, o Twitter registou novo recorde de *downloads* e de utilizadores/as ativos/as diários, que se acredita serem motivados pelo desejo de atualização de informação a respeito da COVID-19 (Nabity-Grover et al., 2020, p. 1).

diferentes dimensões de análise – autodivulgação e heterodivulgação¹¹ –, pelas questões que precipitaram e pelas prováveis implicações que ainda poderão trazer, no futuro, precisarão ser mais bem estudadas e avaliadas no contexto pós-pandémico (Nabity-Grover et al., 2020).

Com efeito, no decorrer da pandemia, mas não só, as redes sociais parecem ter exacerbado o seu papel de “pílulas da felicidade”¹². A conjugar com esta constatação, chegam-nos outras, vindas de estudos como o desenvolvido por Rao et al. (2020), que analisaram os conteúdos postados nas redes sociais (neste caso, em concreto, os *tweets* postados na rede *Twitter*), num dos períodos de confinamento geral, concluindo que ali terá sido erguida uma autêntica vaga de ansiedade coletiva. A atestar esta afirmação está o tom excessivamente alarmista, patente nas numerosas mensagens publicadas no período, na sua grande maioria associadas à propagação do vírus, que tiveram de ser confrontadas pelas autoridades governamentais e de saúde, com o intuito de tranquilizar as pessoas. Ao “ruído” aí instaurado [com um grave potencial para gerar desinformação], sucederam-se os alertas regulares, e com informações realmente úteis, divulgados por agentes governamentais, em defesa da saúde da população (Rao et al., 2020). Os dados obtidos nestes estudos poderão ser reutilizados pelas autoridades de saúde e pelos governos, no âmbito da gestão da comunicação de informações de emergência, ao público, em situações de crise (Rao et al., 2020, p. 1). Também servirão para demonstrar quão frágeis serão os limites entre o que pode, ou não, ser considerado verdadeiro ou real nesses voláteis meios de interação social.

Ainda, observando os contextos e as discussões desencadeadas pela pandemia, terá havido alguma significativa divergência entre países e governos, quanto ao que seriam duas diferentes abordagens, no tocante à gestão e ao uso de dados e/ou de informações recolhidas no período, nomeadamente: a “privacidade em primeiro lugar” ou os “dados em primeiro lugar”¹³. Quanto à primeira, trata-se de uma perspetiva que visa enfatizar o controlo dos/as cidadãos/as sobre os seus próprios dados, limitando-se o acesso aos mesmos às autoridades de saúde pública e aos/às pesquisadores/as. Quanto à segunda, em contraste, é dada a prioridade à retenção dos dados e à sua disponibilidade às autoridades de saúde e aos/às pesquisadores/as, em detrimento da privacidade dos/as cidadãos/ãs (Fahey & Hino, 2020). Um bom

¹¹ No original: *self-focused* and *other-focused*.

¹² Aqui, fazemos uma breve analogia com os anúncios avassaladores de medicamentos campeões de venda, nos anos 90, que prometiam isso mesmo – o retorno ao bem-estar e o fim da depressão.

¹³ No original: “*data-first*” e “*privacy-first*”.

exemplo da exacerbação do debate em torno destas tendências foi o que assistimos relativamente à permissão ou à recusa do uso de tecnologias de rastreamento digital de contactos, no âmbito da COVID-19. A falta de consenso em torno de como proceder para a sua implementação, em parte, pelo facto de o seu desenvolvimento encontrar-se, à altura, num estágio inicial, aliando-se isto à incapacidade para demonstrar como os dados recolhidos poderiam ser usados sem violar a privacidade dos/as cidadãos/ãs¹⁴, impediu o seu uso efetivo em resposta à pandemia. Ainda, outros exemplos poderiam ser acrescentados, entre os quais destacam-se: i) as respostas falsas dadas em pesquisas de opinião pública, num claro intuito de influenciar os resultados; ii) o uso de *software* para mascarar ou alterar a identidade e a atividade online. Em última análise, quer a resistência em participar do rastreamento digital quer o ofuscamento deliberado de movimentos, confirmaram o voto de desconfiança na negociação do uso desses dados (Fahey & Hino, 2020).

Objetivamente, se por um lado a comunicação e as interações sociais realizadas durante a pandemia, através das plataformas digitais, foram bem-sucedidas no apoio à saúde [física e mental] e na manutenção das relações sociais e familiares, em contextos de isolamento e distanciamento (Fahey & Hino, 2020), por outro, o uso experimental dessas tecnologias de rastreamento digital de contactos, com a notificação de exposição, usando dispositivos digitais pessoais (e.g., os *smartphones*), revelou-se num notório fracasso (Fahey & Hino, 2020). A falta de consenso e o aumento do uso ilícito de informações digitais dos/as cidadãos/ãs, bem como o temor aos vazamentos de dados, aumentaram a consciência em torno do problema, convertendo-se em desafios futuros para governos e empresas que necessitam destes dados para as suas tomadas de decisão (Fahey & Hino, 2020).

Com efeito, essas questões revelam o cuidado que precisamos ter quando mudamos tão abruptamente e sem o devido tempo para a reflexão. O rastreamento digital de contactos, no contexto pandémico, surgiu, efetivamente, para identificar as interações havidas com pessoas possivelmente infetadas. No entanto, os relatos que vieram do terreno revelaram uma preocupação, não despidianda, com outras possíveis utilizações desses dados,

¹⁴ Fahey e Hino (2020) explicam que, numa perspetiva de gestão de dados, a primeira abordagem (*data-first*) envolve a atribuição de um identificador estável para cada pessoa (ou dispositivo *smartphone*) e transmite os pormenores necessários dos seus movimentos e dos seus contactos e interações para um servidor central, onde podem ser acedidos e analisados. A segunda abordagem (*privacy-first*) usa identificadores que são alterados regularmente e armazenam os movimentos, as interações e os contactos pessoais, de uma maneira segura, por criptografia, no dispositivo local, mantendo poucos dados, ou nenhum, num servidor central.

por terceiros, com as consequentes implicações para a privacidade das pessoas¹⁵. Se em circunstâncias normais as pessoas rejeitariam, simplesmente, este tipo de controlo ou vigilância, contrariamente, em situações absolutamente excecionais, tal poderia ser aceite sem grandes questionamentos (Davison, 2020, p. 4).

No cenário da COVID-19, as interações sociais deram-se através dos meios digitais de comunicação. As redes sociais tornaram-se um veículo ainda mais poderoso de partilha de “informações”, tendo as pessoas tido a oportunidade de acompanhar, em tempo real, um verdadeiro “chorrilho” de “atualizações” e de “opiniões”, muitas delas desconcertantes, sobre a pandemia. Consequentemente [dada a sobeja ausência de autoridade, de crítica e de certificação de fontes], notabilizaram-se na divulgação de notícias falsas, propagandas e mensagens de ódio (Sein, 2020). A questão fundamental se resume a: como – e em que medida – devem estes conteúdos, que crescem exponencialmente, ser moderados, de modo a equilibrar a relação entre o bem ou o mal que causam? Algumas destas plataformas, mais atentas, já realizam algum tipo de “moderação dos conteúdos” publicados. Este é um passo positivo, mas não o suficiente para afastar eventuais responsabilidades (Sein, 2020).

Nessa trajetória de aceleração do uso das TIC pela população, no contexto pandémico, vimo-nos encurralados/as num tempo de pós-verdade, de notícias falsas e de uma “infodemia”¹⁶ que, em diversas situações, ruíram algumas das bases da conceção do que é ser “real” ou ser “verdadeiro” no meio digital (Bunker, 2020). Nesse cenário distópico, cresceram as dificuldades de identificação e de seleção de informações reais e verdadeiras, a partir das redes sociais¹⁷. A sociedade [numa proporção cuja tradução em números é ainda difícil de expressar] ficou à mercê de algoritmos opacos [contrariando

¹⁵ Davison (2020) cita como exemplo o “COVIDSafe”, aplicativo desenvolvido e implementado, na altura, na Austrália, muito rapidamente, com menos atenção aos problemas de usabilidade do que normalmente seria o caso e em circunstâncias normais.

¹⁶ A Organização Mundial da Saúde [OMS] reconhece o vocábulo infodemia e o explica, do seguinte modo: “*An infodemic is too much information including false or misleading information in digital and physical environments during a disease outbreak. It causes confusion and risk-taking behaviours that can harm health. It also leads to mistrust in health authorities and undermines the public health response [...]*”. Consulte-se o conteúdo completo, no original, em: https://www.who.int/health-topics/infodemic#tab=tab_1

¹⁷ Conforme Bunker (2020), uma pesquisa realizada em alguns países (entre os quais: Canadá, China, França, Alemanha, Índia, Japão, México, Arábia Saudita, Coreia do Sul, Reino Unido e EUA) demonstrou que 67% dos/as entrevistados/as temiam, na altura, que muitas das notícias que liam sobre a COVID-19 fossem falsas; ainda, 49% revelaram dificuldade em encontrar informações confiáveis.

as regras de transparência informacional], que serviram como sustentáculos para provedores de plataformas, motores de busca e agregadores de dados (Bunker, 2020). Toda essa crise, no limiar da insustentabilidade e com um custo continuado ao nível dos recursos e das habilidades necessárias para a combater, irá requerer ainda mais vigilância e esforço de longo prazo (Bunker, 2020).

Se, por um lado, a pandemia poderá servir como um pretexto para “normalizar” o uso social e abrangente das tecnologias digitais, por outro, terá de servir como ponto de apoio na tarefa de analisar as potenciais implicações desta “oportunidade”, especialmente, em áreas sensíveis e com um interesse acrescentado (Doyle & Conboy, 2020). Nesta matéria, o sobejamente conhecido fenómeno do *big data*, não poderá, *de per si*, indicar os caminhos a percorrer. Nem os regulamentos que, presentemente, asseguram a privacidade dos dados serão relevantes, se forem continuamente “contornados” pelos/as agentes situados na esfera pública ou privada (Doyle & Conboy, 2020).

De modo análogo, as dimensões éticas dos problemas associados à privacidade e à segurança serão os antídotos infalíveis para restaurar a confiança perdida [em alguns casos, ainda não adquirida] nas aplicações de IA, sendo imperativa a sua valorização, pelas organizações, na conceção e no desenvolvimento das suas estratégias digitais (Dwivedi et al., 2021, p. 32).

Paradoxalmente, o desafio que temos por diante é sermos (mais) humanos/as num mundo cada vez mais digital (Seetharaman et al., 2020).

SÍNTESE E CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente estudo foram mapeados diversos assuntos considerados de topo pelos/as vários/as especialistas nas matérias discutidas. De modo a oferecer uma visão geral dos principais aspetos levantados, sem prejuízo quanto à perda de alguma informação menos significativa para o caso, intentaremos um exercício de síntese, nas linhas que se seguem.

A pandemia tornou a transformação digital - iniciada há 10 ou 15 anos atrás -, em algo obrigatório nas empresas e noutros setores. Nesse âmbito, alguns dos temas emergentes de pesquisa, futuramente, serão: i) emprego e trabalho, ii) educação e *e-learning*, iii) e-saúde e segurança, iv) e-commerce e consumo, v) empresa e economia, vi) entretenimento e bem-estar, vii) meio ambiente e viii) igualdade (Barnes, 2020).

As diferentes estratégias desencadeadas para decretar os sucessivos confinamentos aceleraram a Volatilidade, a Incerteza, a Complexidade e a Ambiguidade (VICA, no jargão da GI) no ambiente econômico, social, polí-

tico e tecnológico. Para dar cobro a esses problemas e recuperar a capacidade de negócio, num cenário pós-pandémico, as organizações terão de investir na melhoria da maturidade digital, tornando-se mais flexíveis e menos vulneráveis (Fletcher & Griffiths, 2020; Janssen & van der Voort, 2020).

Os estilos e as formas de organização e realização do trabalho tiveram de se adaptar à rápida disseminação da oferta de serviços tecnológicos indispensáveis ao teletrabalho (Kodama, 2020). O aumento da quantidade de pessoas em teletrabalho é uma tendência que provavelmente irá continuar, mesmo depois de a pandemia ceder, pelo que se sugerem pesquisas que respondam aos seguintes desafios: como o trabalho remoto nas organizações poderá desencadear mudanças ao nível das políticas e das culturas organizacionais, num longo prazo? Como serão as novas regras e práticas? Como o apoio e o bem-estar de colaboradores/a será garantido? Como tornar essa modalidade de trabalho sustentável e fomentar práticas de GI benéficas e produtivas? (Guyot & Sawhill, 2020).

No que toca às estratégias de proteção das famílias, algumas questões cruciais ainda se encontram sem resposta. É o caso das mudanças rápidas sentidas no emprego ou mesmo da sua perda, em paralelo com as alterações na vida doméstica e na organização dos diversos espaços de trabalho e de lazer, com repercussões no ambiente familiar. Para compreender melhor o impacto desses problemas na vida das pessoas, sugere-se o desenvolvimento de estudos focalizados em diferentes grupos e contextos, cujos resultados poderão ajudar a desenhar ferramentas eficazes no apoio a estas diferentes situações (Venkatesh, 2020).

O “salto digital” teve um impacto extraordinário na educação básica, talvez a mais carenciada no contexto pré-pandémico. Professores/as e escolas tiveram de assumir a liderança do processo, sem uma preparação prévia. Crianças e famílias tiveram de adquirir habilidades, competências e recursos, da noite para o dia. As assimetrias, aqui traduzidas nas desigualdades digitais, serão um dos maiores problemas a encarar, futuramente, ao lado da dependência parental, por parte das crianças, no acesso às tecnologias. Todo esse processo desencadeou sentimentos psicológicos menos bons, sendo necessário investir numa rede de apoio psicológico, reforçar comportamentos positivos e sentimentos de resiliência, criatividade e perseverança (Iivari et al., 2020).

A pandemia COVID-19 alterou os comportamentos de informação, os modelos de negócio, a cibersegurança e o modelo de privacidade dos dados (Davison, 2020). Há temas emergentes nas agendas de pesquisa, que se ajustam a esse “novo normal”, de que são exemplos: o controlo e a vigilância tecnológica; as estratégias de *big data*; a privacidade das informações; a

“infodemia”; os novos ecossistemas de dados; as estratégias adaptativas aos diferentes contextos informacionais; os impactos da reorganização dos locais de trabalho; e a manutenção do distanciamento social (Doyle & Conboy, 2020; Pan & Zhang, 2020).

A comunicação digital, por um lado, desempenhou um papel relevante no apoio à saúde e na manutenção das relações sociais nos períodos de isolamento social; por outro, tornou-se num campo de batalha de narrativas construídas em torno da pandemia, disseminando informações falsas ou desatualizadas. O mais controverso papel que tiveram as TIC durante a pandemia foi a adoção de rastreamento digital de contacto e notificação de exposição através de *smartphones*. Contudo, esse modelo de negócio que privilegia os “dados em primeiro lugar” em detrimento da “privacidade em primeiro lugar”, não terá sido bem aceite (Fahey & Hino, 2020). A falta de consenso veio da falta de confiança na capacidade de o sistema em proteger os dados privados dos usos ilícitos ou de uma exposição das pessoas, fazendo disso uma oportunidade para negócio, sob o pretexto de agir em proveito do bem comum. No inconsciente coletivo, esses progressos ainda são vistos com desconfiança, o que explica as estratégias de ofuscamento dessas tecnologias, criadas para mitigar os efeitos dessas recolhas massivas de dados e evitar a sua armazenagem centralizada (Fahey & Hino, 2020).

À medida que o distanciamento social e as medidas de confinamento progrediram, as pessoas voltaram-se para as redes sociais, notórias na divulgação de notícias falsas, propaganda e ódio (Sein, 2020). Tudo isso confunde e provoca clivagens perigosas no meio social. Para compreender melhor esse fenómeno, futuramente, serão necessárias investigações sobre a partilha de notícias focadas na autodivulgação (informações partilhadas para o bem-próprio) em contraste com a heterodivulgação (informações partilhadas para o bem público) (Nabity-Grover et al., 2020).

A atual onda digital disruptiva encontra-se no limiar de um tempo de pós-verdade¹⁸ e de uma “infodemia” que se traduz numa doença erosiva e paralela à pandemia e tem causado danos, no limite, irreparáveis. As dificuldades em selecionar a informação real e verdadeira crescem na proporção em que também crescem as notícias falsas (Bunker, 2020).

¹⁸ Na instigante Lição 17 de Harari (2018, pp. 269-283), intitulada “Pós-verdade: certas notícias falsas duram para sempre”, vemos como o autor pondera sobre o facto de ser o próprio *Homo sapiens* uma espécie do pós-verdade (p. 271). No entanto, também não descarta o autor o facto de que tal não significa que as “fake news”, próprias da atualidade, não sejam, realmente, um problema com o qual tenhamos de lidar. Elas não devem ser aceites como “normais”, pelo que “[...]devemos esforçar-nos ainda mais para distinguir a realidade da ficção” (Harari, 2018, p. 281).

Estamos imersos/as numa batalha paralela contra forças que distorcem e liquefazem a Verdade (Doyle & Conboy, 2020). Esta é uma situação insustentável, disruptiva, que não se encontra no futuro, mas aqui e agora. Como a enfrentamos? Como e em que medida podemos moderar essas interações e equilibrar o seu funcionamento? A Educação e o envolvimento nas multi-literacias parecem indicar a chave na resolução do problema.

A lista do que fazer é, de facto, extensa... Um dos grandes desafios é recuperar a humanidade perdida para o mundo digital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Barnes, S. J. (2020). Information management research and practice in the post-COVID-19 world. *International Journal of Information Management*, 55, 1-4. 102175. <https://doi.org/10.1016/j.ijinfomgt.2020.102175>
- Bunker, D. (2020). Who do you trust? The digital destruction of shared situational awareness and the COVID-19 infodemic. *International Journal of Information Management*, 55, 1-6. 102201. <https://doi.org/10.1016/j.ijinfomgt.2020.102201>
- Carroll, N., & Conboy, K. (2020). Normalising the “new normal”: Changing tech-driven work practices under pandemic time pressure. *International Journal of Information Management*, 55, 1-6. 102186. <https://doi.org/10.1016/j.ijinfomgt.2020.102186>
- Coombs, C. (2020). Will COVID-19 be the tipping point for the Intelligent Automation of work? A review of the debate and implications for research. *International Journal of Information Management*, 55, 1-4. 102182. <https://doi.org/10.1016/j.ijinfomgt.2020.102182>
- Davison, R. M. (2020). The Transformative Potential of Disruptions: A Viewpoint. *International Journal of Information Management*, 55, 1-4. 102149. <https://doi.org/10.1016/j.ijinfomgt.2020.102149>
- Doyle, R., & Conboy, K. (2020). The role of IS in the covid-19 pandemic: A liquid-modern perspective. *International Journal of Information Management*, 55, 1-10. 102184. <https://doi.org/10.1016/j.ijinfomgt.2020.102184>
- Dwivedi, Y. K., Ismagilova, E., Hughes, D. L., Carlson, J., Filieri, R., Jacobson, J., Jain, V., Karjaluoto, H., Kefi, H., Krishen, A. S., Kumar, V., Rahman, M. M., Raman, R., Rauschnabel, P. A., Rowley, J., Salo, J., Tran, G. A., & Wang, Y. (2021). Setting the future of digital and social media marketing research: Perspectives and research propositions. *International Journal of Information Management*, 59, 1-37. 102168. <https://doi.org/10.1016/j.ijinfomgt.2020.102168>
- Fahey, R. A., & Hino, A. (2020). COVID-19, digital privacy, and the social limits on data-focused public health responses. *International Journal of Information Management*, 55, 1-5. 102181. <https://doi.org/10.1016/j.ijinfomgt.2020.102181>
- Fletcher, G., & Griffiths, M. (2020). Digital transformation during a lockdown. *International Journal of Information Management*, 55, 1-3. 102185. <https://doi.org/10.1016/j.ijinfomgt.2020.102185>

- Harari, Y. N. (2018). *21 lições para o século XXI*. (Trad. R. C. Mendes). Elsinore.
- Iivari, N., Sharma, S., & Ventä-Olkkonen, L. (2020). Digital transformation of everyday life – How COVID-19 pandemic transformed the basic education of the young generation and why information management research should care? *International Journal of Information Management*, 55, 1-6. 102183. <https://doi.org/10.1016/j.ijinfomgt.2020.102183>
- Janssen, M., & van der Voort, H. (2020). Agile and adaptive governance in crisis response: Lessons from the COVID-19 pandemic. *International Journal of Information Management*, 55, 1-7. 102180. <https://doi.org/10.1016/j.ijinfomgt.2020.102180>
- Kodama, M. (2020). Digitally transforming work styles in an era of infectious disease. *International Journal of Information Management*, 55, 1-6. 102172. <https://doi.org/10.1016/j.ijinfomgt.2020.102172>
- Nabity-Grover, T., Cheung, C. M. K., & Thatcher, J. B. (2020). Inside out and outside in: How the COVID-19 pandemic affects self-disclosure on social media. *International Journal of Information Management*, 55, 1-5. 102188. <https://doi.org/10.1016/j.ijinfomgt.2020.102188>
- Pan, S. L., & Zhang, S. (2020). From fighting COVID-19 pandemic to tackling sustainable development goals: An opportunity for responsible information systems research. *International Journal of Information Management*, 55, 1-6. 102196. <https://doi.org/10.1016/j.ijinfomgt.2020.102196>
- Papadopoulos, T., Baltas, K. N., & Balta, M. E. (2020). The use of digital technologies by small and medium enterprises during COVID-19: Implications for theory and practice. *International Journal of Information Management*, 55, 1-4. 102192. <https://doi.org/10.1016/j.ijinfomgt.2020.102192>
- Papagiannidis, S., Harris, J., & Morton, D. (2020). Who led the digital transformation of your company? A reflection of IT related challenges during the pandemic. *International Journal of Information Management*, 55, 1-5. 102166. <https://doi.org/10.1016/j.ijinfomgt.2020.102166>
- Rao, H. R., Vemprala, N., Akello, P., & Valecha, R. (2020). Retweets of officials' alarming vs reassuring messages during the COVID-19 pandemic: Implications for crisis management. *International Journal of Information Management*, 55, 1-6. 102187. <https://doi.org/10.1016/j.ijinfomgt.2020.102187>
- Richter, A. (2020). Locked-down digital work. *International Journal of Information Management*, 55, 1-3. 102157. <https://doi.org/10.1016/j.ijinfomgt.2020.102157>
- Seetharaman, P., Mathew, S., Sein, M., & Babu, T. (2020). Being (more) Human in a Digitized World. *Information Systems Frontiers*, 22, 529-532. <https://doi.org/10.1007/s10796-020-10020-9>
- Sein, M. K. (2020). The serendipitous impact of COVID-19 pandemic: A rare opportunity for research and practice. *International Journal of Information Management*, 55, 1-3. 102164. <https://doi.org/10.1016/j.ijinfomgt.2020.102164>
- Venkatesh, V. (2020). Impacts of COVID-19: A research agenda to support people in their fight. *International Journal of Information Management*, 55, 1-6. 102197. <https://doi.org/10.1016/j.ijinfomgt.2020.102197>
- Vial, G. (2019). Understanding digital transformation: A review and a research agenda. *The Journal of Strategic Information Systems*, 28(2), 118–144. <https://doi.org/10.1016/j.jsis.2019.01.003>

Recensões críticas

Figueira, J., & Santos, S. (Eds.). (2021). *As fake news e a nova ordem (des)informativa na era da pós-verdade*. Imprensa da Universidade de Coimbra. 283p. ISBN 978-989-26-1777-0

Por: LUIS CORUJO

Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Centro de Estudos Clássicos

<https://www.cienciavita.pt/701B-83DA-E09D>

luiscorujo@campus.ul.pt

ORCID: 0000-0003-4411-2453

Somos periodicamente confrontados com notícias acerca de campanhas de desinformação orquestradas para minar e espalhar o medo acerca de descobertas científicas e avanços tecnológicos, como são exemplos as vacinas do COVID-19 ou a redes móveis de 5G. As *fake news* constituem uma ameaça às sociedades democráticas e ecossistemas de informação, pela disrupção que provocam no contexto dos processos eleitorais e de empoderamento cívico, ou porque a verdade deixa de estar relacionada com a autoridade, a experiência ou os factos reais, ligando-se agora a aspetos de interpretação, perceção, emoções ou sentimentos (Revez & Corujo, 2021). A era da Pós-Verdade apresenta-se como um novo enquadramento que se constitui globalmente, pelo uso extensivo das plataformas tecnológicas de comunicação apelidadas de redes sociais por quem dissemina informação falsa e/ou enviada com o fim de manipular a opinião pública (Revez & Corujo, 2021). Este enquadramento contextualiza-se como um desafio para vários agentes, como políticos, órgãos de comunicação social, jornalistas e profissionais da informação para refletir sobre o papel da informação na Sociedade que se desenvolveu sobre o valor do Conhecimento (Revez & Corujo, 2021).

Este é o mote da obra *As fake news e a nova ordem (des)informativa na era da pós-verdade*, que pretende, num “tempo em que a informação, apesar de mais abundante e omnipresente que nunca, de ser consumida numa voragem aparentemente incompatível com a profundidade e a exploração, implica cada vez mais um exercício de prudência, desconfiança e verificação” (Figueira e Santos, 2021, p. 11), questionar e debater estes fenómenos sobre as *fake news*, a desinformação, e a verdade, o jornalismo e o conteúdo gerado pelo utilizador na era da permanente conectividade,

numa perspectiva transdisciplinar, transparecendo as investigações e reflexões de investigadores de várias universidades portuguesas e brasileiras, apresentando estudos de caso e soluções.

O livro é encabeçado pela introdução desenvolvida pelos organizadores da obra, João Figueira e Sílvio Santos, professores da Universidade de Coimbra da área disciplinar de Ciências da Comunicação. Os autores consideram que a consciência coletiva acaba por resultar das narrativas dominantes construídas por agências mediáticas, em sede de complexas relações de poder e influência, com resultados numa memória povoada de imprecisões de linguagem, marcadas pelo serviço à persuasão e à construção de pós-verdades. Percecionam que este poder e influência tornam difícil e perigoso o papel do jornalista para questionar “as histórias institucionais” e colocar as perguntas difíceis. Abordam as questões da manipulação da opinião pública, da destrição entre *mis-information*, *dis-information* e *mal-information*, da influência das plataformas de redes sociais *Facebook* e *Twitter* no atual ambiente digital, que permitem a produção e a disseminação de informação falsa por qualquer pessoa. Neste ponto, consideram que estas plataformas representam o fim do monopólio dos órgãos de comunicação social mais tradicionais, admitindo, porém, que o fenómeno de *fake news* não se constitui como uma novidade, mas que se tornou um assunto com nova atualidade e relevância nas agendas políticas e científicas, e agora aberto ao espaço público.

Segue-se um ensaio de apresentação, da autoria de Ciro Marcondes Filho, observando o quão fundo é o “buraco” em que as *fake news* nos colocam, pontuado pelo aumento das desigualdades, dos conflitos e das políticas destrutivas de alguns países. Apresenta três vetores deste novo enquadramento, que se pautam pela crise dos agentes tradicionais de veiculação de informação, a exploração do espaço virtual por sistemas convergentes de pressão, e a densidade e sensação de opressão sobre o pensamento. Daqui, o autor discorre sobre o esvaziamento da formação da opinião pública e o subsequente desmoronamento das práticas racionais e consensuais de discurso por meio do que se chamou “conexão emocional” (com o abandono do pensamento estruturado e fundamentado em favor do imediatismo comunicacional), o uso das plataformas de redes sociais para a constituição de um *continuum* orquestrado de operações, que visam monopolizar a circulação de informação relevante (em sede de submissão à tecnologia), e a percepção que surge, tanto na esfera pública como no espaço individual, de opressão que paralisa ou impede o impulso para ações de oposição, aludindo aqui semelhanças aos regimes totalitários dos anos 20 a 40 do século XX, e que fomenta a “descrença no discurso iluminista e o retorno de solu-

ções místicas, seja pelo retorno da crença de salvação nas religiões, seja na subserviência total às tecnologias e às políticas que se propõem a resgatar um paraíso perdido das nações” (pp. 20-21).

Os doze estudos apresentados podem ser divididos em três categorias. A primeira configura-se com a contextualização das *fake news* e da desinformação. A segunda parte parece estar conotada com o enquadramento da Pós-Verdade, refletindo sobre o valor da verdade, o papel dos *media*, da tecnologia e dos produtores de opinião em relação aos factos, e que criam as condições ideais para que tudo e todo o que seja diferente seja visto com descrédito e desconfiança. O terceiro conjunto de artigos concentra-se nos estudos de caso, ambientados em processos eleitorais, sobre as percepções dos jornalistas acerca desta situação, e sobre a perspetivação da educação como pilar para dar resposta ao problema.

O artigo de Juremir Machado da Silva aborda a questão das *fake news* sob a perspetiva do pensamento de Jean Baudrillard e Umberto Eco. O professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul considera a falsificação de notícias nas redes sociais como uma continuidade mais veloz das antigas práticas de disseminação de narrativas não-verídicas.

Carla Baptista, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, aborda as condições históricas que contextualizam a degradação da esfera pública e promoveram o surgimento da desinformação e das notícias falsas no ambiente digital, interligando-se com a percepção de que a difícil adaptação do jornalismo à dinâmica do mundo digital constituiu uma fragilização ao seu papel de instituição social, de mediação e da qualidade da sua informação. A autora considera necessário perspetivar o jornalismo como trabalho de resistência intelectual apoiado por cidadãos esclarecidos.

Inês Amaral e Sofia José Santos, das Faculdades de Letras e de Economia da Universidade de Coimbra, apresentam um capítulo sobre a propagação de notícias falsas através de redes sociais e algoritmos automatizados, analisando as novas dinâmicas de participação cívica e novos intermediadores - os *gatekeepers* - e a sua influência neste ecossistema mediático, com o perigo de se substituírem evidências por crenças pessoais e emoções.

Muniz Sodré, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, refere-se à importância da credibilidade pública no jornalismo, assim como à veracidade dos factos, como pilares da democracia representativa, no âmbito da desinformação trazida por via das distorções, factoides e boatos trazidos para o contexto da comunicação eletrónica.

Inaugurando o segundo conjunto de textos, Alexandre Franco de Sá perspetiva uma evolução da relação entre verdade e soberania desde o

século XVII até à noção de pós-verdade. O investigador da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra alerta para o perigo da circulação de informação fruto de manipulação totalitária, que tenta ordenar e simplificar mediaticamente as pluralidades, reduzindo o mundo político a uma hegemonia dicotómica de correção política.

O ensaio de Hélder Prior debate as relações entre a política da pós-verdade e o populismo. O professor da Universidade Autónoma de Lisboa aborda o percurso histórico do populismo e o modelo de comunicação direta das redes sociais digitais, campo para a disseminação da retórica populista. O autor perspetiva-os como elementos de apoio à polarização ideológica, num contexto marcado pela crise de confiança na política e na justiça.

Fernando Zamith brinda-nos com um jogo de palavras entre *pós-verdade* e *pós de verdade*. O investigador da Faculdade de Letras da Universidade do Porto considera, assim, que o (ciber)jornalismo se compraz com fragmentos de informação, laivos de verdade. O autor propõe que se invista na reverdade, a conquista da importância da verdade como bem social e condição indispensável à vida em Sociedade.

Luís António Umbelino, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, retorna à problemática da simplicidade da linguagem nos ecossistemas mediáticos, caracterizada pelo empobrecimento do conteúdo por motivos técnicos e comerciais, e onde despontam os formadores de opinião. Neste cenário, a opinião que surge como “linguagem do espaço público noticiada” é demasiado redutora e infantilizadora para permitir o pensamento sobre a complexidade dos problemas.

No último conjunto de textos, Antônio Fausto Neto, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, apresenta um estudo de caso centrado nas eleições presidenciais brasileiras de 2018, em que pretende analisar a produção e a circulação de *fake news* nas plataformas digitais de redes sociais, por motivos ideológicos, por agentes políticos que se aproveitam da complexificação da Sociedade em rede e do surgimento de zonas de sombras que “se instalam nos veios em que circulam e se transformam sentidos”. Outro artigo que estuda este caso brasileiro é o de Egle Müller Spinelli, da Escola Superior de Propaganda e Marketing de São Paulo, e Daniela Osvald Ramos, da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. As autoras referem-se à influência do uso de plataformas tecnológicas na disseminação de informação em eleições democráticas, num contexto específico de alta taxa de analfabetismo funcional, em que a maioria da população consome informação em dispositivos móveis, redes sociais e aplicativos de mensagens, acabando por contribuir para a veiculação de desinformação.

Também no contexto brasileiro, Thaís de Mendonça Jorge parte do conceito Foucaultiano de “explosão discursiva” relativamente ao fenómeno das *fake news* para apresentar os resultados de um questionário, no sentido de identificar as perceções de jornalistas e professores de jornalismo brasileiros sobre o assunto. A docente da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília verifica que os jornalistas temem as *fake news*, estão preocupados com elas e consideram-nas como uma ameaça à credibilidade da profissão.

No último texto, responsabilidade de Sandra Marinho, da Universidade do Minho, a investigadora defende a formação superior de jornalistas com planos de estudo e estratégias de ensino que deem importância aprofundada às áreas das Ciências Sociais e Humanas, necessárias para promover o pensamento crítico, aberto e tolerante, constituindo ferramentas para aferir a veracidade e denunciar as notícias falsas, e que vão mais além dos mecanismos de verificação automatizados.

Em suma, os organizadores desta obra consideram que o debate relativo às *fake news* está ligado ao papel que a Internet e as redes sociais disputam com o jornalismo em termos de centralidade informativa e comunicacional, e também com a ascensão de novos protagonistas estranhos ao campo da política, mas que agora dominam o espaço público mediático. No corrente ambiente digital dominado pelas plataformas de redes sociais, consideram que as “hard news” circulam principalmente através do *Twitter*, apesar de o *Facebook* registar o maior tráfego de informação. Tudo isto representa uma alteração da maneira de como a política comunica e adquirir nova centralidade, em que o populismo e a construção de pós-verdades se afirmam e desafiam a democracia e as práticas de informação esclarecida, exigente e rigorosa.

Referências

- Figueira, J., & Santos, S. (Eds.). (2021). *As fake news e a nova ordem (des)informativa na era da pós-verdade*. Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Revez, J., & Corujo, L. (2021). Librarians against fake news: A systematic literature review of library practices (Jan. 2018–Sept. 2020). *The Journal of Academic Librarianship*, 47(2), 102304. <https://doi.org/10.1016/j.acalib.2020.102304>

Magallón-Rosa, R. (2021). *Desinformação e Pandemia: A Nova Realidade*. Média XXI/Formalpress. 138 p. ISBN 978-989-729-224-8

Por: ANDREIA DA SILVA ALMEIDA

Doutorada em História Contemporânea

Centro de Estudos Clássicos, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa

phd_historia@sapo.pt

ORCID: 0000-0002-3416-3567

Do ano de 2021, data a edição em língua portuguesa da obra de Raúl Magallon Rosa, intitulada *Desinformação e Pandemia: A Nova Realidade*. É de mérito a tradução dada à estampa pela Media XXI – Formalpress, sobre um tema tão fulcral para o profissional da informação nos tempos que correm: a desinformação. É, contudo, um tema transversal, que não interessa apenas aos profissionais da informação, mas também a todas as ciências sociais, nomeadamente à História, como veremos adiante, e sobretudo a toda a sociedade contemporânea. Ao longo de dez capítulos, o autor centra-se no conceito e nos fenómenos da desinformação na sociedade actual, estabelecendo a influência da pandemia de COVID-19 em todo o processo, enquanto catalisadora de fenómenos variados e únicos.

Raúl Magallón Rosa é professor do Departamento de Comunicação da Universidade Carlos III, em Madrid, desde 2007. Foi também professor da Faculdade de Humanidades e Ciências da Informação da Universidade Europeia Miguel de Cervantes, entre 2006 e 2007. É especialista em jornalismo, sociologia da comunicação, comunicação e participação dos cidadãos em rede, comunicação digital, verificação, visualização e análise de dados. Magallón Rosa possui um doutoramento em jornalismo pela Universidade Complutense de Madrid e um pós doutoramento internacional em sociologia, pela mesma universidade, ao abrigo do programa de Bolsas Marie Curie. É autor de dois livros, ambos traduzidos para português. *Desinformação e Pandemia: A Nova Realidade* não foi o seu primeiro título traduzido para a língua de Camões. Em 2020, a Media XXI já havia publicado *Unfaking News: Como Combater a Desinformação* (Magallón-Rosa, 2020). O professor é também autor de dezenas de artigos académicos e capítulos de livros dentro das suas áreas de especialização.

A obra em análise reflete sobre a normalização dos processos de desinformação na esfera pública, observando em pormenor processos de natureza política, de natureza social (especialmente referente ao caso da imigração) e, sobretudo de feição científica, decorrentes da pandemia que assola o mundo desde 2019. Na primeira parte da obra, especialmente nos capítulos 1 a 3, Magallón Rosa centra-se nos principais problemas e atores da cultura de desinformação, nomeadamente nas empresas tecnológicas, nos estados e nos atores políticos, bem como nas diversas teorias da conspiração que servem de catalisador ao processo. Na segunda parte, respeitante aos capítulos 4 a 10, o autor tenta encontrar respostas, limites e alternativas aos problemas propostos, tentando delinear algumas perspetivas para o futuro.

A pandemia de COVID-19 constitui o laboratório ideal para o estudo dos processos de desinformação, que não foram criados por esta, apenas acelerados e viralizados à escala global. Este período tem, contudo, limitações, conforme sublinha o autor, relacionadas com a incerteza face à duração do fenómeno, bem como à sua instantaneidade, dado que tudo é demasiado novo, necessitando a ciência de tempo para investigar e analisar fenómenos sociais desta envergadura. O confinamento redefiniu, segundo o académico, a forma como nos aproximamos da informação, bem como a forma de circulação da desinformação. O professor aponta, também, para uma ligação estreita entre o medo e a desinformação, entre o alheamento físico da realidade causado pelo confinamento e o limiar de dúvida sobre os acontecimentos.

Ainda antes da pandemia, os estados e os representantes políticos estavam a perder o monopólio da informação e o poder a ele associado, bem como a capacidade para a disseminar e institucionalizar entre a população. Com o avanço das redes sociais existiu uma “democratização da informação” e, com ela, também se democratizou a desinformação. Essa desinformação pode ser produzida por diferentes motivos – económicos, sociais, científicos – mas sempre com o objetivo de dividir, de fragmentar a realidade na tentativa de dirigir camufladamente a opinião. As campanhas eleitorais e a desinformação política são exemplos claros deste fenómeno. Devido ao papel das redes sociais, observou-se o desaparecimento oficioso do dia de reflexão e uma fragmentação da verdade. A personalização dos conteúdos e dos anúncios pelas plataformas, como o *Facebook*, em função de categorias comerciais, sociais e económicas foram preponderantes neste fenómeno. Esta democratização da desinformação também fez surgir variadas teorias da conspiração, criando um “*tsunami* de desconfiança”, na opinião do autor. Não sabendo as pessoas em quem acreditar, tornam-se mais vulneráveis à manipulação. Na fase inicial da pandemia, devido à falta de

estruturas de reconhecimento, a desconfiança teve origem na comunidade, mas também nos representantes políticos.

No domínio da desinformação, as empresas tecnológicas parecem ter um papel cada vez mais importante, ressaltando Magallón Rosa a sua preponderância ao nível político. O autor aponta plataformas como a *Google* e o *Facebook*, gigantes da publicidade mundial, com clara influência ao nível da liberdade de expressão e informação nos países democráticos. A desinformação afeta também estas empresas, tendo como consequência a perda de confiança por parte dos utilizadores. Após a pandemia, o desafio destas plataformas estava em compreender como iam filtrar e limpar a distribuição de conteúdos gerados por terceiros. Nesse sentido, reuniram esforços para combater a desinformação face à COVID-19, embora a eficácia das mesmas nem sempre foi a esperada. Observe-se o caso da *Google*, uma das fontes mais importantes para verificar informações durante a pandemia e, ao mesmo tempo, a principal fonte económica dos *sites* de desinformação. Outro problema parece residir na falta de coordenação entre as diferentes plataformas, cada uma com a sua identidade empresarial e o seu modelo de negócio para atrair publicidade.

Se esta é a realidade no que é relativo às redes sociais, qual será o papel da imprensa? A imprensa viu-se a braços com novos desafios, para além de combater o sensacionalismo, ao nível das fontes utilizadas, da linguagem escolhida, das abordagens diversas e da capacidade para captar a complexidade, a dinâmica e a globalidade do fenómeno COVID-19. Por outro lado, o enfraquecimento da imprensa local fez com que, em parte, as redes sociais se tornassem uma fonte preferencial, mas pouco comprovada da realidade local. Contudo, a imprensa e os meios de comunicação social conheceram um grandioso efeito paradoxal: enquanto a audiência e os leitores duplicavam, as receitas de publicidade diminuía drasticamente por os anunciantes não quererem estar associados ao coronavírus. O autor alerta-nos, contudo, que o jornalismo e os jornalistas cumpriram positivamente a sua responsabilidade social, citando o relatório anual do *Reuters Institute*, granjeando a confiança das populações na cobertura mediática da pandemia, muito maior do que a relativa às redes sociais e aos políticos.

Outra questão colocada pelo autor é a seguinte: será que não estaremos a criar um fosso de desinformação entre aqueles que podem pagar assinaturas, *paywalls* e conteúdos *premium* e aqueles que não podem pagar? Por outro lado, o autor questiona até que ponto um meio de comunicação social não perderá credibilidade se não souber separar a informação de conteúdo pago, isto é publicidade, da informação independente. Na verdade, os meios

de comunicação social e as empresas tecnológicas competem pela publicidade, pelas audiências e pela capacidade de canalizar o discurso público. Dessa forma, segundo Magallón Rosa, será necessária uma cooperação entre meios de comunicação e plataformas tecnológicas para garantir a liberdade de expressão e o benefício económico dos mesmos, e assim sendo, liberdade editorial.

Segundo o autor, não é possível, hoje em dia, explicar a geopolítica e a economia sem compreender a desinformação. É de carácter internacional a chamada “cultura da desinformação”, existindo correspondências entre as narrativas de desinformação russas, chinesas ou iranianas, observando-se um novo cenário que Magallón Rosa apelida de “guerra fria informacional”. A desinformação é apenas uma parte de uma gama ampla e variada de atividades de influência antidemocrática, que visam desestabilizar as sociedades democráticas e as suas instituições.

Neste âmbito, o papel dos governos não foi o mais transparente, dado que estudos demonstram que o público recebeu informação errónea sobre a COVID-19 não só veiculada por teorias da conspiração ou informações falsas, mas também canalizada por mensagens precedentes dos governos. Muitos políticos utilizaram e utilizam o poder das redes sociais para os seus próprios fins, nomeadamente para espalhar a dúvida e a confusão, gerando desconfiança sobre os meios de comunicação social. Trump foi um exemplo cabal deste tipo de procedimento, servindo-se do *Facebook* para lançar anúncios pagos, na ordem dos milhões de dólares, defendendo a suas políticas, como as de imigração, e atacando os seus rivais políticos. Nesse sentido, e esboçando a realidade espanhola, o académico observa que, no país vizinho, enquanto 69,3% dos espanhóis confiava nas fontes sanitárias e científicas referentes à pandemia, apenas 0,6% confiava nos partidos políticos. E é nesse sentido que Magallón Rosa estuda o processo eleitoral americano enquanto ecossistema informativo único.

O autor oferece-nos o interessante conceito de “infodemia”, uma epidemia informativa a que estivemos sujeitos durante a pandemia. No caso espanhol, adianta-nos que a população aumentou notavelmente o consumo de informação através das redes sociais durante a pandemia, aumentando igualmente a utilização do telemóvel. Esta fase inicial de sobreconsumo de informação sobre o coronavírus parece ter sido prosseguida por uma fase de desconexão da informação, num processo de fadiga informativa. A razão para evitar as notícias incluíam o efeito negativo do ponto de vista psicológico, a falta de confiança nas notícias, a incapacidade de gerir a informação ou porque não era informação considerada relevante.

Neste novo ecossistema informativo, o papel dos *fact-checkers* tornou-se preponderante, enquanto profissionais de verificação de factos. Magallón Rosa ressalva o papel de algumas redes de jornalismo colaborativo, como a aliança #CoronaVirusFact do IFCN ou a LatamChequea-Coronavirus, que promoveram a excelência numa verificação dos factos não partidária e transparente. A pandemia teve como benefício a consolidação destas organizações jornalísticas com impacto nas notícias diárias e na expansão da verificação de factos. No que é concernente ao caso espanhol, em termos de verificação de factos, o autor refere a *Maldita.es*, uma organização jornalística sem fins lucrativos, e a *Newtral*, um projeto empresarial de conteúdo audiovisual. Nesse sentido, sublinha a necessidade de estas organizações evitarem a repetição da desinformação, colocando ênfase na verdade e focando-se apenas nos factos e não nos valores. Estas regras são essenciais, para o autor, no trabalho de verificação e despolarização da informação. A rapidez da comunicação pública das negações e a coordenação entre os verificadores seria fundamental para uma resposta rápida e global à desinformação.

Nos últimos dois capítulos, o autor brinda-nos com algumas perspetivas de futuro e formas de resolução dos problemas que se impõem ao novo cenário de “infonormalidade”. Um dos problemas é o perigo das leis anti-desinformação para a liberdade de expressão e informação, podendo acabar por restringi-las e corroer o equilíbrio democrático. Magallón Rosa refere a insuficiente resposta da União Europeia em termos de regulamentação da desinformação, centrando-se sobretudo sobre a realidade espanhola. E é, nesse âmbito, que deixa algumas sugestões para uma futura legislação a este nível. Essa regulamentação teria de abraçar questões como a literacia digital, medidas de segurança nacional, grandes dados e inteligência artificial, a limitação da liberdade de expressão, a regulamentação do discurso jornalístico e transparência na publicidade. As empresas tecnológicas desempenham, a este nível, um papel muito importante, devendo, segundo o autor, ser regulamentadas enquanto meios de comunicação social com a implementação de um código autorregulador obrigatório. Do ponto de vista político, defende uma transparência na publicidade eleitoral, cabendo ao Estado a garantia de um processo eleitoral democrático, reforçando a defesa, a coordenação e a literacia digital durante as campanhas eleitorais. E, sobretudo, é imprescindível a defesa da liberdade de informação e de expressão.

Muitas questões relacionadas com a desinformação durante a pandemia ainda estão em análise, tratando-se de um processo que ainda não terminou. Muitas questões se colocam para o futuro. A desinformação é um problema claro, nas nossas sociedades, e é interessante a chamada de atenção do

autor para o facto de estas narrativas procurarem instalar-se, transformando muitas teorias da conspiração em narrativas históricas, que poderão sobreviver no tempo e transmitirem-se por gerações. Nesse sentido, a desinformação torna-se um instrumento para combater a história oficial e a memória coletiva e social. Por tal, este é também um problema do historiador, como já tínhamos feito menção no início deste artigo.

Magallón Rosa termina a sua dissertação com alguns conselhos. Na sua opinião, os atores políticos e as organizações dos meios de comunicação social devem liderar a luta contra a desinformação, tentando inocular o público contra as teorias da conspiração. As medidas tomadas pelas empresas tecnológicas, embora insuficientes, são parte de um novo cenário de responsabilidade. Um novo cenário positivo também parece desenhar-se com a existência de jornalistas especializados em desinformação, os já referidos *fact-checkers*. Na sociedade do futuro, o estudo e a análise da desinformação sanitária devem ser incorporados nos planos de estudo de literacia, no sentido de educar o público sobre como encontrar, avaliar, validar e corroborar informações de fontes fiáveis. O autor termina como uma questão pertinente, para nos deixar refletir: será que a verdadeira desinformação é aquela que deixámos para trás, antes da pandemia?

Esta dissertação centra-se num tema extremamente atual, com as limitações que tal origina, pese embora seja extremamente pertinente para compreender a sociedade de informação contemporânea. O autor baseou-se numa extensa bibliografia, essencialmente composta por estudos publicados em várias revistas científicas internacionais. Apesar de analisar, por vezes com mais pormenor, o caso espanhol, Magallón Rosa assenta o seu estudo sobre uma extensa bibliografia oriunda essencialmente da União Europeia, Estados Unidos e Reino Unido. É de louvar a tradução para português e a edição desta obra por parte da Media XXI. Peca, contudo, por apresentar inúmeras gralhas ao longo do texto e notar-se um certo esquecimento, nomeadamente na tradução de alguns gráficos.

Referências bibliográficas:

- Magallón-Rosa, R. (2020). *Unfaking News: Como Combater a Desinformação*. Média XXI/Formalpress.
- Magallón-Rosa, R. (2021). *Desinformação e Pandemia: A Nova Realidade*. Média XXI/Formalpress.

Esteves, F., & Sampaio, G. (2020). *Viral: A Epidemia de Fake News e a Guerra da Desinformação [e-book]*. Ed. Desassossego. 157 p. ISBN 9789898892836

Por: ALEXANDRE FABEN

Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

Universidade Federal Fluminense - PPGCI/UFF

alexandrefaben@gmail.com

ORCID: 0000-0001-9011-632X

Da autoria de Fernando Esteves e Gustavo Sampaio, respetivamente director e director-adjunto do Polígrafo, primeiro jornal português de *fact-checking* (verificação de factos), *Viral: A Epidemia de Fake News e a Guerra da Desinformação* é um *e-book* com título instigante que traz consigo a luta constante ao combate às *fake news*, capazes de viralizar com potencial epidémico espalhando a desinformação, sobretudo em países com governos populistas, onde a utilização de plataformas digitais corroboram com o compartilhamento veloz de informação falsa, o que compromete as sociedades democráticas. As redes sociais são atualmente os principais meios de comunicação e informação e a mídia *online* é apontada como principal fonte de notícias no mundo. Os autores apresentam reflexões e factos, designadamente os que levaram ao *Brexit* e à eleição de Donald Trump, ambos em 2016, e a eleição de Jair Bolsonaro à presidência do Brasil em 2018, e explicam a produção de *fake news* como instrumento de propaganda política, desinformação e manipulação da opinião pública. O livro oferece medidas eficazes que consistem na promoção da literacia mediática e da verificação de factos, bem como aborda conceitos necessários para o entendimento do assunto citando exemplos reais do fenómeno da difusão de informação falsa com amplitude mundial, ao longo da história.

As redes sociais funcionam como agregadores de notícias e, na maior parte dos casos, não apresentam as fontes de informação. Ou seja, recolhem e apresentam notícias a partir de uma ampla variedade de origens, independentemente da qualidade, pois não há verificação dos factos nem averiguação jornalística. Ao contrário dos meios de comunicação tradicionais, os produtores de *fake news* não têm uma reputação a manter nem qualquer incentivo para serem verdadeiros.

Sem uma hierarquização de acordo com a reputação jornalística da fonte, os produtores de *fake news* são colocados ao mesmo nível das notícias provenientes dos meios de comunicação social tradicionais. Disputam assim o interesse e a atenção dos leitores no mesmo patamar, quer seja uma página criada e mantida por um único técnico informático, quer seja um órgão de comunicação social com uma redacção formada por centenas de jornalistas (p.16).

Os autores chamam a atenção para o facto de os leitores com menor literacia mediática não distinguirem as fontes credíveis das fontes duvidosas, acabando por consumir e partilhar *fake news* recorrentemente. As pessoas tendem a dedicar uma maior atenção aos conteúdos mais populares. Estes mecanismos secundarizam os critérios de qualidade e credibilidade da informação, principalmente se lhe convém. Perante informações que vão ao encontro das nossas convicções acreditamos facilmente, independente da veracidade.

Pessoas reproduzem *fake news* sem se importarem se são mentiras, desde que promovam a sua convicção. A publicação de informação falsa potencializa a desinformação, então, no momento em que chega a público a verdade factual, com as provas, já não adianta muito porque a mentira espalha-se muito mais rápido.

No entanto, a manipulação da opinião pública, que tem sido mobilizada em torno de eleições democráticas, e o compartilhamento de *fake news* estão mais organizadas em torno de motivações políticas, como o caso do “gabinete do ódio”, no Brasil, nome dado a um grupo com foco nas redes sociais, inclusive na gestão de páginas de apoio à família Bolsonaro, que difundem *fake news* e atacam adversários políticos do presidente. Além da desinformação, incitam à violência digital e induzem em erro a opinião pública.

A manipulação audiovisual de pessoas, fazendo coisas que elas nunca fizeram na vida real, denominada *deepfake* (troca de rosto de pessoa em vídeo), consegue enganar até aqueles com maior nível de literacia mediática. A escala e a gravidade dos danos causados pelas *fake news* aumentaram substancialmente nos últimos anos e o conceito também acompanhou essa mudança. “Agora, *fake news* é uma frase global proferida tanto por líderes políticos como por cidadãos. É estampada em camisolas, utilizada em memes, abusada como *hashtag*. Nunca foi tão omnipresente e, como consequência, tão confusa e manipulada” (p.21).

Neste sentido, os autores exemplificam a guerra pelo domínio da linguagem e enfatizam que ao utilizar o termo *junk news* (notícias lixo, sem qualidade) enfatizam a distinção entre informação errada e conteúdos criados propositalmente para enganar. Analisam o fenómeno e explicam como ele se desenvolve, que tipo de conteúdo produz a tal distinção entre *junk news* e *fake news*:

“O mais útil de tudo é que ao utilizar o termo *junk news* podemos sinalizar claramente o melhor destino possível para esse conteúdo: o lixo” (p. 25).

Não obstante, é importante denunciar a utilização abusiva ou a interpretação errónea do conceito de *fake news*, contrariar a sua generalização, simplificação e banalização (p. 26).

A forma como as notícias falsas, que nem sempre são totalmente mentiras, acontece também devido à informação verdadeira descontextualizada, que também serve para manipular a opinião. Pois informação fora de contexto, conduz à distorção da realidade e leva a inferir conclusões erróneas.

O processo político amplia a difusão de *fake news*, eleva o nível de acirramento, polarização e distorção da informação, afetando, dessa forma, negativamente a democracia e a construção mínima de consenso.

Apesar da preocupação com o período eleitoral, o compartilhamento de *fake news* é um fenómeno, que afeta a sociedade todos os dias a tempo todo. A propagação da desinformação amplia os riscos à própria democracia, uma vez que a manipulação dos dados de forma personalizada e direcionada pode, em alguma medida, influenciar no processo eleitoral, assim como as *fake news* são utilizadas para reprimir dissidências, promover um governo e dirimir direitos individuais.

O *Brexit*, público e notório construto da utilização das redes sociais e da distorção da informação, caracterizado ao longo dos anos, ocorreu devido à publicação pela imprensa inglesa de notícias comprovadamente falsas, que disseminaram entre a população britânica ideias xenófobas, segundo as quais uma boa parte dos problemas da sociedade inglesa poderia ser explicada pela entrada excessiva de migrantes no país.

Em 2016, a candidata Democrata Hillary Clinton possuía forte favoritismo, enquanto o candidato Republicano Donald Trump estava desacreditado pela maioria dos meios de comunicação e órgãos de pesquisa eleitoral. O que não foi contabilizado nas análises e prenúncios, que indicavam a vitória de Hillary Clinton, era que Trump havia contratado para atuar em sua campanha uma máquina completa de propaganda e persuasão, influenciando ativamente nas decisões dos eleitores, a *Cambridge Analytica*. Direcionando o conteúdo certo à pessoa certa, a guerrilha cibernética promoveu a vitória de Donald Trump em uma eleição que parecia perdida. Este é um dos melhores exemplos do poder das *fake news*, que podem alterar e até mesmo distorcer o processo democrático que deveria se manter ilibado e alheio a interferências. Ao pensar essa realidade, nos esbarramos com outra problemática que se avolumou na medida em que os meios de comunicação e tecnologias de informação foram avançando e que se tornou muito evidente principalmente nas eleições brasileiras de 2018, a desinformação.

Os autores ressaltam essa diferença aplicada aos termos, visto que nem sempre a desinformação pode ser caracterizada como *fake news*. Ela pode ser até mesmo uma notícia real retirada de contexto ou uma notícia mais antiga que foi trazida à tona em um momento oportuno, levando os leitores a acreditarem que é uma notícia atual.

A desinformação também teve protagonismo nas eleições brasileiras, potencializada pelo poder disseminador das redes sociais, somada à falta de checagem das informações repassadas e popularização dos aplicativos de mensagens instantâneas. Assim como no caso da *Cambridge Analytica*, os eleitores brasileiros foram alvos de campanhas personalizadas e automatizadas, que contavam com o disparo de mensagens em massa através de celulares, sendo algumas das contas operadas por *bots*, isto é, diminutivo de *robots*, aplicações de *software* concebidas para simular ações humanas repetidamente na *internet*. A desinformação e as *fake news* contribuíram para que as eleições presidenciais de 2018 fossem vencidas por um candidato improvável, que no início dos pleitos não era nem considerado para o segundo turno.

Em seu conjunto, *Viral: A Epidemia de Fake News e a Guerra da Desinformação* é uma obra que apresenta perspectivas sobre a difusão de informação falsa e a propagação à escala global, e os seus impactos. Apresenta as mais persistentes *fake news* com origem em Portugal, bem como as *fake news* internacionais, que perpassam temas transversais, propagam-se e perduram na internet.

A obra também fornece recomendações úteis para não se deixar enganar e aprender a se defender das *fake news*, conselhos úteis para verificar a informação antes de decidir compartilhar. Ainda, apresenta um índice de páginas portuguesas que propagam a desinformação.

Neste sentido, a informação torna-se uma ferramenta poderosa e a informação contextualizada e verificada é a chave para combater *fake news* e desinformação. De igual modo, prevenir e restringir o compartilhamento de informação falsa e limitar a capacidade para difusão da desinformação. A regulação regulamentada de notícias falsas e o compartilhamento nas redes sociais deve ser complementada para que a disseminação de notícias falsas e a distorção premeditada de informação sejam controladas.

Referências Bibliográficas

Esteves, F., & Sampaio, G. (2020). *Viral: A Epidemia de Fake News e a Guerra da Desinformação* [e-book]. Ed.Desassossego.

BAUC VOL. EXTRA 1, 2022

NOTA DE APRESENTAÇÃO

ESTUDOS

Os desafios da pós-verdade: por uma virada veritística na Ciência da Informação
Carlos Alberto Ávila Araújo

Infodemic, disinformation and fake news: the role of libraries in Post-Truth Society
Jorge Revez; Luís Corujo

O Arquivo Invertido: Limiares, Autenticidade e *Demos* (povo)
James Lowry

COVID-19: 8 lecciones de la primera infodemia global que deberían ser una oportunidad para las bibliotecas
Alexandre López-Borrull

Medidas públicas y privadas para combatir la desinformación. Un análisis comparativo
Raúl Magallón-Rosa; Juan Pedro Molina-Cañabate; José Manuel Sánchez-Duarte

Transformações, comunicações e interações digitais no contexto da pandemia COVID-19: oportunidades, desafios e agendas de pesquisa
Maria Cristina Viera de Freitas

RECENSÕES CRÍTICAS

Figueira, J., & Santos, S. (Eds.). (2021). As fake news e a nova ordem (des)informativa na era da pós-verdade. Imprensa da Universidade de Coimbra. 283p. ISBN 978-989-26-1777-0
Luís Corujo

Magallón-Rosa, R. (2021). Desinformação e Pandemia: A Nova Realidade. Média XXI/Formalpress. 138 p. ISBN 978-989-729-224-8
Andreia da Silva Almeida

Esteves, F., & Sampaio, G. (2020). Viral: A Epidemia de Fake News e a Guerra da Desinformação [e-book]. Ed.Desassossego. 157 p. ISBN 9789898892836
Alexandre Faben

ISSN

0872-5632
2182-7974

MORADA PARA CORRESPONDÊNCIA

Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra
Arquivo da Universidade de Coimbra
Rua de S. Pedro, 2, 3000-370 Coimbra, Portugal
URL: <http://www.uc.pt/auc>